UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

A SEQUÊNCIA INJUNTIVA PASSO A PASSO

Dissertação de Mestrado

Adriana Letícia Torres da Rosa

Recife-PE, fevereiro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

A SEQUÊNCIA INJUNTIVA PASSO A PASSO

Adriana Letícia Torres da Rosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção parcial do título de mestre.

Orientadora: Prof[a.] Dr[a.] Angela Paiva Dionisio

Recife-PE, fevereiro de 2003.

BANCA EXAMINADORA

Ingedore G. Villaça Koch

Angela Paiva Dionisio

Judith C. Hoffnagel

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Adeilda Torres da Rosa e Luiz Carlos da Rosa, pela trajetória de luta, respeito e amor pela família;

Ao meu marido, Guilherme Alves de Albuquerque Melo, por ser o *tudo* indispensável na minha vida;

A minhas irmãs, Regina, Andréia e Clarissa, pela amizade incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz que guia meu caminhar;

À professora Angela Dionisio por uma orientação competente e amiga;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pela oportunidade de capacitação profissional oferecida;

À professora Judith Hoffnagel, pela valiosa contribuição durante a pré-banca;

À Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco pela licença concedida;

À CAPES, pela especial colaboração financeira;

Aos professores da Pós-Graduação em Letras da UFPE, pelo *saber* a nós oferecido, em especial, à professora Abuêdia Padilha;

Aos amigos, Audria, Cláudio, Karina, Rilda e Karine, pela partilha das alegrias e das dores durante o curso.

A Eraldo e Diva, pela atenção dada aos alunos do mestrado.

Na verdade, diferente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão do homem e na consciência de que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente.

Paulo Freire

RESUMO

Pautado nos fundamentos de uma perspectiva sócio-cognitiva e interacional de estudo da linguagem, este trabalho de investigação científica propõe-se a examinar o estatuto da seqüência injuntiva, com o objetivo de observar as implicações discursivas decorrentes do seu uso, sua configuração prototípica e suas características formais. O *corpus* desta pesquisa compôs-se de noventa textos constituídos predominantemente pela referida seqüência, em diversos gêneros textuais, de circulação em ambientes públicos e privados, destinados à população de um modo geral, publicados entre janeiro e maio de 2002 e veiculados por panfletos, cartazes, embalagens de produtos, cartões telefônicos, correspondências comerciais e revistas de variedades e de informação da mídia nacional. Dentre os resultados da análise, destacamos: a) o uso da injunção na planificação de um texto está intimamente relacionado à fatores sócio-discursivos da linguagem como, por exemplo, o objetivo comunicativo, almejado por um autor autorizado socialmente, de fazer o seu interlocutor agir em uma determinada direção através de comandos, e o fato da interpretação dos comandos como uma ordem, um conselho ou um ensinamento está associado ao conhecimento, por parte do leitor, sobre a natureza do gênero textual no qual a seqüência se insere; b) o esquema cognitivo prototípico da seqüência injuntiva é configurado por três fases principais (*exposição do macro-objetivo acional*; *apresentação dos comandos* e *justificativa*); e c) no momento da planificação textual, este esquema pode apresentar-se a partir de uma relação complementar entre elementos da linguagem verbal e da não-verbal (componentes icônicos), apresentando regularidades macro e micro-estruturais notáveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I
A que se presta a seqüência injuntiva na sociedade? 15

1. A ação de linguagem e a injunção 16

CAPÍTULO II
Um constructo teórico para a seqüência textual injuntiva 38

1. O que é uma seqüência textual? 39

2. Traçando um protótipo para seqüência injuntiva 48

CAPÍTULO III
A seqüência injuntiva na integração do verbal com o não-verbal 74

1. Planificação textual injuntiva: qual o papel das imagens? 75

1.1 Imagens representando o protótipo da seqüência injuntiva 76

1.2 Processamento integrado da informação: imagens e linguagem verbal 83

2. A formatação tipográfica como apoio à injunção 89

CAPÍTULO IV
Natureza lingüística da seqüência injuntiva 95

1. Títulos: uma entrada lingüístico-cognitiva no universo

da seqüência injuntiva 96

2. Introdução do macro-objetivo e anúncio do plano de execução

de comandos 106

3. Aspectos lingüísticos que caracterizam o plano de execução de comandos 114

3.1 Elementos verbais que ajudam a distinguir categorias de comandos 118

4. Recursos formais que tipificam a justificativa 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS 140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 145

ANEXO 148

INTRODUÇÃO

A leitura das proposições bakhtinianas ([1929] 1995) permite-nos afirmar que a língua é fruto de um processo de interação verbal, sócio-cultural e historicamente determinado, que varia de acordo com a comunidade que a fala e muda com o tempo. Ao usar a língua, as diversas esferas sociais em função de seus interesses e objetivos comunicativos específicos elaboram diferentes "famílias" de textos os quais apresentam características relativamente estáveis sendo estes denominados (cf. Bakhtin, [1979] 1992:279) "gêneros do discurso" (gêneros textuais). Neste sentido, as escolhas das estratégias do dizer e agir sobre o outro perpassa o uso de um gênero textual, oral ou escrito, adequado aos propósitos dos interlocutores e à situação comunicativa.

Os gêneros textuais são formados por “esquemas lingüísticos” básicos, ou seja, *seqüências textuais* na terminologia de Adam (1992), também chamadas *de tipos textuais* por outros autores, que, como observa Bronckart (1999), exercem um papel de destaque na organização infra-estrutural mais geral de um texto, uma vez que têm por base favorecer a organização linear do seu conteúdo temático. Seguindo esta linha de pensar, os gêneros são, pois, os inúmeros textos empíricos que circulam num dado contexto sócio-histórico dotados de, como aponta Bakhtin, conteúdo temático, estilo, composição e propósitos específicos, ao passo que as seqüências são construtos teóricos semiotizados numa língua natural através de propriedades lingüísticas específicas que em geral abarcam poucas categorias como as da *narração*, *descrição*, *argumentação*, *explicação*, *diálogo* e *injunção*, por exemplo.

Entendendo a relevância do estudo dos gêneros e das seqüências textuais que os planificam para a compreensão dos fenômenos de organização e funcionamento dos textos, diante do vasto campo de pesquisa, propusemo-nos a estudar a seqüência textual injuntiva. A escolha do tipo injuntivo como objeto de pesquisa justifica-se por dois pontos fundamentais: primeiramente, porque os gêneros textuais, nos quais o tipo injuntivo se realiza com seqüência predominante, são produtos de interações que têm como objetivo principal orientar as pessoas para realização de determinadas ações e/ou normatizar e prescrever práticas sociais, bem como circulam socialmente em grande número, sobretudo na esfera da literatura não-ficcional; em segundo lugar, porque observamos a carência de um estudo mais aprofundado sobre a seqüência no âmbito da língua portuguesa, seja no universo das pesquisas realizadas na área da Lingüística Textual, seja no da Lingüística Aplicada.

Vale ressaltar que não há, ainda hoje, um consenso quanto às tipologias de texto apresentadas por diversos autores da ciência Lingüística, seja devido a própria

dificuldade de se estabelecer um padrão de classes preciso que possa dar conta da imensa demanda e heterogeneidade dos textos; seja devido à adoção por parte dos estudiosos de posturas teórico-metodológicas e critérios de análise diversos.

Sendo assim, guiamo-nos, aqui, por uma linha de análise lingüística que busca correlacionar o estudo dos gêneros e das seqüências textuais sob a ótica de uma perspectiva interacional e sócio-cognitiva. Adotamos, deste modo, como critério para se estabelecer uma tipologia, uma abordagem que explore o texto sob suas dimensões pragmático-discursiva, esquemático-cognitiva e formal.

Nesse sentido, traçamos como objetivo geral deste trabalho investigar a seqüência tipológica injuntiva em gêneros textuais veiculados na comunidade escrita, a fim de observar as implicações discursivas decorrentes do seu uso, sua configuração prototípica e suas características formais.

Para investigar o estatuto da seqüência injuntiva, coletamos, para o *corpus* da nossa pesquisa, 90 (noventa) textos, que circulam na comunidade escrita, constituídos predominantemente pela referida seqüência:

1 – 40 textos de circulação em espaços públicos e privados, destinados à população de um modo geral, tendo como suporte panfletos e/ou cartazes (entregues e/ou expostos nas ruas, nos ônibus, nos supermercados, nos postos de saúde, etc.), embalagens de produtos (limpeza, alimentos, utensílio, móveis, jogos, etc.), cartões telefônicos e correspondências comerciais;

2 – 50 textos presentes em revistas de variedades e de informação da mídia, com circulação nacional entre janeiro e maio de 2002: *Capricho* (Ed. 880, Ed. 881, Ed. 882), *Cláudia* (Nº 2 ano 41, Nº 3 ano 41, Nº 4 ano 41), *Galileu* (Nº 126, Nº 127, Nº 128), *Manequim* (Ed. 506, Ed. 507, Ed. 508), *PC Máster* (Ed. 57, Ed. 58, Ed. 59), *Saúde* (Nº 221, Nº 222, Nº 223), *Veja* (Ed. 1741, Ed. 1742, Ed. 1744).

Distribuímos os gêneros textuais planificados predominantemente pela seqüência injuntiva num agrupamento, segundo critérios pragmático-discursivos e formais, composto por três categorias básicas:

1- ***textos instrucionais-programadores*** (visam a instruir/ensinar alguém a fazer algo) como *receitas*, *aulas*, *guias* e *manuais* de um modo geral;

2 - ***textos de conselhos*** (visam a aconselhar alguém a fazer algo), como os *horóscopos* e os diversos *conselhos* (saúde, beleza, comportamento, etc.); e

3 - ***textos reguladores*** (visam a obrigar alguém a fazer algo), como *leis*, *regulamentos, regimentos*, *regras de jogos*, entre outros.

A fim de sistematizar a nossa análise, estruturamos esta dissertação em quatro capítulos. O Capítulo I – *A que se presta a seqüência injuntiva na sociedade?* – discute as relações sócio-discursivas que regem ações de linguagem instauradas por gêneros textuais planificados pela seqüência injuntiva. Aqui, desenvolvemos uma reflexão pragmático-discursiva sobre o estatuto do *texto injuntivo* inspirada no conceito sócio-histórico de gênero de discurso propagado por Bakhtin ([1979]1992) e relido por diversos autores, para citar alguns, Adam (2001, 1999), Bronckart (1999), Marcuschi (2002), Miller ([1984]/1994) e Bazerman (1994) e, também, tomamos emprestado a Fairclough (1989, 2001) pontos chaves da sua teoria que se referem às noções de discurso como forma de ação de linguagem e poder.

O Capítulo II – *Seqüência textual injuntiva: constructo teórico* – propõe uma descrição para os traços gerais que podem ser indicados como constituintes do arquétipo teórico da seqüência injuntiva. Para tanto, apresentamos a teoria de organização seqüencial defendida por Adam (2001, 1992) da qual compartilhamos a noção de seqüência textual. Em seguida, com base nas proposições de Bronckart (1999) e demais

autores sobre a necessidade de se considerar a seqüência injutiva como um tipo de base textual específico, definimos o seu protótipo configuracional.

O Capítulo III – *A seqüência injuntiva na integração do verbal com o não verbal* – tem como principal finalidade refletir sobre o papel dos componentes icônicos (imagens) e da formatação tipográfica na planificação do conteúdo temático de um texto pela seqüência injuntiva. Para fundamentar nossa discussão passamos a nos orientar, sobretudo, pelas idéias de Faria e Zanchetta Jr. (2002), Ganier et al (2001), Santaella e Nöth (1998) e Vanoye (1993).

O Capítulo IV – *Natureza Lingüística da seqüência injuntiva* - tem por objetivo central analisar os elementos formais recorrentes que caracterizam lingüisticamente o protótipo da seqüência injuntiva no quadro da língua portuguesa. Sendo assim, fundamentamos o nosso estudo lingüístico-textual junto aos postulados de Koch (2002; 1998b), e Neves (2001), dentre nossas principais referências.

Esperamos com este trabalho de pesquisa contribuir para o desenrolar de um aprofundamento sobre o estudo lingüístico-discursivo da injunção no âmbito da Lingüística Textual e deixar em suspenso possíveis aplicações dos resultados obtidos na esfera do ensino de língua materna; e, ainda, sugerir aos pesquisadores brasileiros da área da Psicolingüística o desenvolvimento de pesquisas sobre os processos cognitivos envolvidos na compreensão e na produção de textos marcados pela da seqüência injuntiva.

CAPÍTULO I

A QUE SE PRESTA A SEQUÊNCIA INJUNTIVA NA SOCIEDADE?

Este capítulo tem por objetivo traçar um estudo sobre as implicações discursivas decorrentes do uso da seqüência injuntiva na sociedade, observando os parâmetros da situação de ação verbal subjacentes à produção, circulação e recepção de gêneros textuais cuja planificação formal se dê tendencialmente através desta seqüência textual. Para tanto, apresentamos uma explanação sobre as concepções teóricas mais gerais que servem de apoio para explicar o conceito de linguagem sob a vertente da atividade social, reunindo pressupostos de Bronckart (1999) baseados nos postulados do sócio-interacionismo vigotskiano às idéias sobre as relações entre linguagem e sociedade defendidas por Bakhtin ([1929]1995 / [1979] 1992) e Fairclough (2001/1989), para citar alguns.

1. A AÇÃO DE LINGUAGEM E A INJUNÇÃO

Para se traçar considerações sobre algumas implicações discursivas decorrentes do uso da seqüência injuntiva em gêneros textuais que circulam socialmente, é importante, antes de mais nada, situar a concepção de linguagem verbal a partir da qual nos orientamos para realizar a análise dos parâmetros da situação de ação social de textos.

Compartilhamos das proposições dos autores que entendem que os interactantes valem-se da linguagem como forma de ação, e avaliam que a língua, "constituída pelo fenômeno social da interação verbal" (Bakhtin, [1929] 1995:123), é determinada por fatores sociais, históricos, culturais e cognitivos.

Atento ao estudo das relações existentes entre ação de linguagem e texto, Bronckart (1999) atesta que os princípios epistemológicos que levaram Vygotsky a desenvolver as bases do interacionismo social incidem sobre três pressupostos fundamentais aos quais aderimos em grande parte neste trabalho:

1º - A atividade humana possui um caráter essencialmente coletivo, isto é, resulta de um processo histórico de socialização e é através dela que são gerados instrumentos materiais e representacionais sobre o mundo.

2º - O desenvolvimento de instrumentos semióticos está diretamente ligado à organização dos grupos sociais e das atividades produtivas que neles se realizam; valendo-se dos discursos, os membros de uma sociedade podem construir e compartilhar representações do mundo, bem como avaliar as atividades desenvolvidas neste mundo; assim, admite-se que através do discurso os indivíduos têm a possibilidade de se apropriar e de interiorizar situações de ação social, o que o torna gerador de agentes sociais conscientes.

3º - O desenvolvimento da pessoa humana se dá no quadro das intervenções sociais por meio de processos formativos de aprendizagem social.

Diante de tais pressupostos, podemos inferir que o mundo que conhecemos é, pois, socialmente constituído através da linguagem. A partir dela fazemos representações coletivas sobre o que vivemos e sobre o que existe, e a usamos para nos socializar. Deste modo, a linguagem como postula Fairclough (1989:22), pode ser entendida como uma forma de prática social visto que é uma parte da sociedade, um processo de interação condicionado socialmente. O autor (2001:91) ao defender que a concepção da linguagem ("discurso") como prática social permite-nos refletir sobre duas questões relevantes. Primeiramente, constatar que o discurso assume, como já mencionamos, um caráter de **ação**, uma forma de agir sobre o mundo e sobre os nossos interlocutores, e também um modo de **representação** do mundo. E, em segundo lugar, entender que o discurso estabelece uma relação dialética com a estrutura social: assim como é moldado e restringido pela mesma, contribui, em contrapartida, para constituição desta estrutura social (identidades e relações sociais, bem como construção de sistemas de conhecimentos e crenças) que o molda e o restringe, ou seja, é **socialmente constitutivo**.

A discussão sobre o papel da linguagem enquanto forma de ação e representação do mundo que nos cerca e, também, como constituinte da estrutura social nos serve de apoio para traçarmos algumas considerações sobre o questionamento central que intitula este capítulo "A que se presta a seqüência injuntiva na sociedade?". Entendendo ser a linguagem uma forma de prática social, acreditamos que qualquer análise de textos deve levar em consideração a sua relação com as condições do seu contexto comunicativo situacional e da estrutura sócio-cultural da qual faz parte.

Nesta perspectiva, buscando identificar as possíveis implicações discursivas decorrentes do uso da seqüência injuntiva nos textos que circulam socialmente,

caminhamos no sentido de propor algumas respostas para as seguintes interrogações: em que gêneros textuais escritos a seqüência injuntiva circula com mais freqüência? que objetivos comunicativos os interactantes almejam ao realizar lingüisticamente um gênero marcado pela seqüência injuntiva? quem é legitimado pela sociedade para produzir gêneros de cunho injuntivo? Estas são questões que exigem uma compreensão do inter-relacionamento entre a linguagem e a sociedade, mais especificamente, da linguagem verbal estruturada, em cada língua natural, pelos gêneros textuais.

a) Em que gêneros textuais a seqüência injuntiva circula com mais freqüência?

Como discutimos anteriormente, através da linguagem os indivíduos agem sobre os seus interlocutores e sobre o mundo que os cerca. Numa língua particular, a ação de linguagem organiza-se e materializa-se em gêneros textuais. Os gêneros são, pois, formas empíricas de agir verbalmente. Podemos inferir, como o fez Bakhtin ([1929]1995) que um texto, num sentido amplo, é a unidade superior da comunicação verbal, e, assim, afirmar que a sua produção, circulação e consumo são processos vivos da interação social.

Os múltiplos textos que circulam socialmente, fruto da própria diversidade das esferas da atividade humana, caracterizam-se não só por seus elementos formais, mas, principalmente, por suas funções comunicativas. Assim, eles podem ser reunidos por "espécies"/ “gêneros” de acordo com suas afinidades. Os gêneros textuais, orais e escritos, estão intimamente relacionados com o caráter sócio-discursivo e histórico da língua. Eles realizam-se através de enunciados pelos quais os interactantes apresentam formas típicas de se dirigir e de agir verbalmente.

Tomamos a visão de Bakhtin ([1979]1992:279) aceita por muitos estudiosos (Adam, 2001/1999; Bronckart, 1999; Dolz & Schneuwly 1996; Koch, 2002;

Marcuschi, 2002/2000; Vilela & Koch, 2001; Machado, 1998a, 1998b; Paredes Silva, 1997; entre outros autores) para definir o gênero textual. Segundo o autor, os **gêneros do discurso**, doravante chamados gêneros textuais, são **tipos relativamente estáveis de enunciados** elaborados pela sociedade mediante cada esfera de utilização da língua. São, pois, os textos empíricos, orais ou escritos, como um *bate papo* ou um *bilhete*, uma *receita* ou uma *entrevista*, uma *conferência* ou uma *lei*, observados a partir dos usos sociais da linguagem, estando estritamente relacionados aos sujeitos do discurso.

Conforme Bakhtin ([1979]1992), toda atividade humana está permeada pela linguagem verbal, logo por gêneros textuais. A seu ver, os gêneros apresentam-se em número infinito, fruto da variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve, e da amplitude e complexidade das esferas da comunicação nas quais se realizam. O autor evidencia, também, que os gêneros são susceptíveis a mudanças e evoluções, pois sofrem o processo de reestruturação e renovação ao longo da história.

A relativa estabilidade conferida aos gêneros fundamenta-se, assim, na acepção de que os gêneros são marcados por dois princípios básicos, mais complementares que contraditórios: "um princípio de *identidade*, princípio que podemos dizer *centrípeto*, voltado para o passado, a repetição, a reprodução e governado por regras (núcleo normativo), e, em contrapartida, um princípio de *diferença*, princípio *centrifugo*, voltado para o futuro e a inovação, deslocando as regras (variação)" (Adam, 2001:16), ou seja, a cada realização, um dado gênero apresenta-se de forma singular uma vez que é o reflexo de uma situação comunicativa sócio-histórica e discursiva única, bem como do estilo individual do agente produtor.

Essa flexibilidade que marca o processo constitutivo dos gêneros mostra-nos que definir seguramente os limites que distinguem alguns gêneros de outros pode não ser possível, e que nem todos os textos que circulam na sociedade foram nomeados, ou

seja, considerados como pertencentes a um determinado gênero textual. Diante do exposto, como comenta Bronckart, "a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma nebulosa" (1999:74) na qual se encontram desde gêneros mais estabilizados àqueles indefinidos ou em processo de (trans)formação.

Pelo que vimos, toda comunicação verbal realiza-se mediante o uso de algum gênero. Bakhtin já defendia posição similar quando afirmava que as pessoas interagem verbalmente através de enunciados (gêneros). Para o autor, "os gêneros do discurso organizam nossa fala, aprendemos a moldá-la às formas dos gêneros" (1992:302). Logo, os gêneros são entidades sócio-históricas com as quais operamos quando usamos a língua para interagir. Assim, é indispensável para ação comunicativa que os interactantes compreendam e se façam compreender através deles. Sobre este aspecto, Bronckart (1999) assinala que um dos mecanismos fundamentais de socialização é justamente a apropriação dos gêneros textuais.

Afinal de contas, em que gêneros textuais a seqüência injuntiva circula? Para responder a esta questão é preciso esclarecer, primeiramente, a diferença existente entre *gênero* e *seqüência*. As seqüências textuais, também chamadas em outras terminologias, conforme Marcuschi (2002:22), de **tipos textuais**, são consideradas como constructos teóricos que nos textos empíricos são definidos pela "natureza lingüística de sua composição". É preciso não confundi-las com a noção de **gênero textual** visto que estes são os textos lingüisticamente materializados, dotados de natureza sócio-comunicativa definida "por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica" (Marcuschi, 2002:23), ao passo que os *tipos* resumem-se a "um conjunto limitado, teoricamente definido e sistematicamente controlado de formas abstratas e não artefatos materiais" (Marcuschi, 2000b:07-08) abarcando poucas categorias como, por exemplo, as da **narração**, **descrição**, **argumentação**, **exposição, diálogo** e **injução**.

Em geral, um gênero textual possui o seu conteúdo temático planificado por uma ou mais de uma seqüência ao mesmo tempo, logo em primeira instância afirmamos que a seqüência injuntiva poderia, *a priori*, compor qualquer gênero. Contudo, mesmo que o gênero seja heterogêneo quanto a sua planificação seqüencial, uma das seqüências apresenta-se, freqüentemente, como preponderante sobre as demais. Levando em consideração tal aspecto, identificamos exemplares de gêneros que têm tendência a compor-se pela seqüência injuntiva, e chamamo-nos de *textos injuntivos*.

De acordo com Bronckart (1999), a escolha da seqüência injuntiva por parte do produtor textual para compor um gênero, do ponto de vista discursivo, está ligada a um objetivo geral de "fazer agir" o seu interlocutor numa determinada direção explicitada textualmente. Nesse sentido, constatamos que o funcionamento de um texto planificado predominantemente pela seqüência injuntiva passa por um processo social pelo qual a linguagem é usada por um produtor em função de permitir ao seu interlocutor executar ou adquirir um conhecimento sobre como executar uma determinada tarefa.

Seguindo esta linha de pensar, Heurley (2001:65) nos seus estudos sobre o funcionamento de *textos processuais,* enfatiza que este processo que rege o funcionamento de um texto injuntivo pode ser considerado como bipolar, ou seja, de um lado tem-se o pólo da "concepção/redação" textual por um autor ou um grupo de autores que em geral detêm um saber específico; e por outro lado tem-se o pólo da "utilização" (leitura, compreensão, execução) por uma única pessoa ou uma equipe homogênea de indivíduos (um grupo de especialistas em culinária) ou extremamente heterogênea (qualquer um que deseje montar um armário de cozinha, por exemplo).

Nesta perspectiva, direcionado nosso olhar para utilização da seqüência injuntiva, ao desejar "fazer agir" o seu destinatário, o enunciador do texto pressupondo que seu interlocutor está apto para realizar uma dada tarefa, explicita através da sua ação

lingüística o “como fazer”: em face de um macro-objetivo acional (ação principal) a se executar, o enunciador apresenta uma série de *comandos* (ações secundárias) que formam um *plano de execução* para que aquele macro-objetivo seja atingido. Numa *receita culinária*, por exemplo, tem-se o macro-objetivo acional – preparar um determinado alimento, e para se realizar esta macro-ação é preciso que o leitor do texto siga um plano de comandos explicitado verbalmente, desenvolvendo, assim, uma série de micro-ações referentes ao processamento dos ingredientes *in natura* para, após a transformação da situação inicial, chegar ao produto final – o alimento preparado.

Do ponto de vista do leitor, como nos indica Heurley (2001:69), um texto marcado pela seqüência injuntiva representa um conjunto de informações e instruções organizadas, as quais lhe permitirão executar o mais diretamente possível as ações orientadas. O texto, então, responde a um objetivo de otimização e de execução imediatas visto que se instaura numa situação comunicativa que tem por finalidade a transmissão sistematizada de conhecimentos.

A circulação de textos planificados predominantemente pela seqüência injuntiva é extremamente intensa na sociedade, sobretudo, no campo da literatura não-ficcional. Observamos textos escritos à disposição da população em ambientes públicos e privados da cidade do Recife como órgãos públicos, transportes coletivos, sinais de trânsito, ruas da cidade, lojas, supermercados, condomínios e agências bancárias. Aqui a seqüência injuntiva circula em textos publicados em inúmeros suportes, com graus de planificação e de acesso ao público variados.

Nos gêneros como *bulas*, *panfletos promocionais* e *rótulos* (alimentos, produtos de limpeza, etc.) a seqüência injuntiva vem a planificar áreas específicas do plano geral do texto. Nas *bulas*, a injunção ocorre com mais freqüência nos tópicos referentes à *informação ao paciente* e *posologia*; nos *panfletos promocionais*, nos trechos que

explicitam o que o consumidor de um determinado produto deve fazer para participar de uma promoção e concorrer a prêmios; já nos *rótulos*, nos que se referem ao *modo de preparo do alimento, sugestões de receitas, instruções de uso* e *precauções*. No *rótulo de alimento,* exemplo (01), verificamos que a injunção planifica o conteúdo temático de duas *seções* em especial: *Sugestão* e *Modo de preparar*.

(01)

Figura 1

ARISCO
Lámen
Sabor Legumes
3 Minutos
SUGESTÃO
MACARRÃO LÁMEN ARISCO COM CAMARÃO E LEGUMES
Ingredientes: 200 g de camarões pequenos • 2 colheres (sopa) de óleo • 2 colheres (sopa) de cebola picada • 2 tomates sem pele e sem sementes picados • 1 xícara (chá) de abobrinha cortada em cubos • 1/2 xícara (chá) de pimentão vermelho cortado em cubos • 1 embalagem de Macarrão Instantâneo Lámen ARISCO Sabor Legumes
MODO DE PREPARAR
Refogue ligeiramente os camarões com 1 colher de óleo. Reserve. Refogue os demais ingredientes com o óleo restante. Junte o camarão reservado. Cozinhe o Macarrão Lámen ARISCO com 1 1/2 xícara (chá) de água, por 3 minutos. Retire do fogo e junte o tempero. Acrescente o refogado reservado e misture bem. Sirva quente.
Rendimento: 2 porções

Figura 2

MODO DE PREPARAR
Ferva 2 copos e meio de água (450 ml).
Adicione o macarrão e cozinhe por 3 min.
Retire do fogo e misture o tempero.

Arisco – Lamen – Recife-PE/Fev-2002

Como vimos, no *rótulo* de macarrão instantâneo "Lamen", a seqüência injuntiva planifica quase que homogeneamente as *seções* referentes à *Sugestão* (**Figura 1**) e *Modo de preparar* (**Figura 2**). Estas seções que fazem parte da composição do plano geral do gênero *rótulo de alimento*, são constituídas, respectivamente, pelos gêneros *receita culinária* e *manual de instrução (instruções de uso do produto)*. Neste caso, temos

a indicação de que o *rótulo* é formado a partir de uma miscigenação de gêneros textuais, ou seja, *intertextualidade inter-gêneros*[1] e a seqüência injuntiva, assim, compõe o trecho do texto que visa a instruir o consumidor a realizar alguma atividade com o produto vendido, ao lado de outras seqüências como a *descritiva* que planifica o trecho referente à *informação nutricional*.

Em gêneros como *cartilhas*, *manuais* (instalação, confecção, montagem, etc.), *envelopes bancários* (depósito e pagamento de contas), *envelopes de solicitação de cartão de crédito*, *receitas* (culinária, beleza, saúde, etc.), *panfletos de saúde*, *regimentos* e *regras de jogos*, a seqüência injuntiva é, por tendência, predominante sobre as demais.

Além do grau de planificação textual, outro fato interessante para se ressaltar é a diversidade de suportes em que a injunção, enquanto mecanismo de planificação textual, se faz presente. Dentre estes suportes, temos as **caixas de produtos** onde aparecem gêneros planificados pela seqüência injuntiva como *rótulos*, *bulas*, *regras de jogo*, *manuais de instalação*, *certificados de garantia*; **livros**, nos quais observamos a ocorrência da injunção em *receitas* e *guias de beleza*; bem como **envelopes** que trazem textos injuntivos como *envelopes bancários* e *propostas de assinatura de revistas;* e, ainda, **cartilhas, cartazes** e **panfletos,** elementos que se caracterizam por serem suportes que veiculam gêneros textuais de mesmo nome.

Além destes suportes que já mostram o quanto é extensa a circulação da seqüência injuntiva, podemos apontar, ainda, outros de natureza curiosa em que gêneros tipicamente injuntivos como os *manuais de instrução* freqüentemente estão dispostos: **filme protetor de papel auto-colante**, **cartão magnético, capa de talão de cheque** e até **saco de pipoca** como constatamos no exemplo (02):

[1] expressão usada para designar uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num mesmo gênero (cf.Marcuschi, 2002).

(02)

Frente

Verso

Este para lado cima
ABRA AQUI
1 NO MICROONDAS
Este lado para cima
HORA DO AQUECIMENTO
Retire o plástico que envolve o pacote e coloque-o no microondas com o lado indicado virado para cima.
2 PRESTE ATENÇÃO
PIPOCA
POP!
Regule o tempo para a pipoca estourar entre 2 e 5 minutos, DEPENDENDO DA POTÊNCIA DO SEU MICROONDAS.
QUE ESTOURO!!!
FIQUE junto ao forno e OUÇA ATENTAMENTE. Quando o tempo entre um estouro e outro for maior que 2 SEGUNDOS DESLIGUE O APARELHO.
3 ABRIR E SABOREAR
PopCorn Yoki
É A MAIOR CURTIÇÃO!!!
Retire o pacote do forno e abra-o puxando pelos cantos superiores. TOME CUIDADO AO ABRIR, O VAPOR É MUITO QUENTE! BOM APETITE!!!
MRCORN
OBSERVAÇÕES
Não reutilize o saco de papel.
Não torne a aquecer os grãos que não estouraram.
Não coloque utensílios metálicos dentro do forno de microondas.
Este para lado cima

Yoki – Recife-PE – Fev/2002

Em (02), o *saco de pipocas* “Yoki” serve de suporte para veiculação do gênero *manual de instrução*, texto injuntivo. Antes do advento do forno microondas, o *saco de pipocas* funcionava, basicamente, como um recipiente para o depósito do alimento. Hoje, além de manter esta função, este *saco*, atendendo às novas demandas da sociedade de consumo, ganhou uma roupagem diferenciada: adquiriu um veio publicitário e informativo para, assim, servir de suporte de comunicação dos textos produzidos por uma empresa para o consumidor dos seus produtos.

Quanto ao acesso da população a essa infinidade de textos planificados pela seqüência injuntiva, cabe-nos enfatizar que o mesmo se apresenta em vários níveis: desde o acesso completamente gratuito, como os *panfletos de saúde* distribuídos em todas regiões da cidade pelos órgãos públicos que visam a orientar as pessoas, entre outras coisas, a se prevenir contra epidemias, ou como os *panfletos de promoção* ou *anúncio* de algum produto entregues em mãos nas lojas, sinais de trânsito e supermercados com vistas a induzir o cliente a uma futura compra; passando pelo acesso mais restrito, como por exemplo, os *rótulos* e *bulas* que podem ser consultados nos locais de venda do produto a que eles se referem, porém sua aquisição se dá apenas mediante compra, ou como alguns *manuais* e *regras de jogos* que não podem nem ser lidos no local de venda.

Além dos numerosos *textos injuntivos* disponíveis em ambientes públicos e privados até aqui mencionados, identificamos, também, uma variedade de textos cuja planificação do conteúdo temático se dá predominantemente pela seqüência injuntiva, publicados em revistas nacionais. Neste caso, temos apenas um suporte, a revista, cuja forma de acesso à população é restrita, visto que para adquiri-lo no tempo atual a sua publicação é preciso comprá-lo.

Cabe-nos comentar que as revistas Cláudia, Manequim e Capricho, voltadas especialmente para o público feminino, são povoadas por inúmeras *receitas*, seja

de culinária, de produtos de beleza ou para manter a saúde, bem como por *manuais* de estética (para orientar sobre maquiagem, penteado, vestimenta), pelos *horóscopos* e matérias de *conselhos* em especial sobre comportamento sentimental e social.

A revista Manequim além, de estar dirigida às mulheres, também está voltada para um público de profissionais, como costureiros e estilistas; do mesmo modo o público da revista PC Master também inclui profissionais como os programadores de computador e afins. Nestas revistas, se publicam inúmeros *manuais* de instrução (confecção, instalação, montagem), visto que são gêneros com os quais os prováveis leitores irão "operar" no seu ambiente profissional.

A revista Veja, direcionada a um público misto, homens e mulheres adultos, possui um universo temático bem definido: trata dos acontecimentos da atualidade no que tange a economia, política e relações sociais. O que se percebe é que os textos injuntivos são quase ausentes neste veículo de comunicação, ao passo que os de relato, como as *notícias* e *reportagens*, são o ponto forte. Já a revista Galileu, voltada a área de educação – estudantes do ensino médio e seus professores – é composta essencialmente por textos expositivos e argumentativos. Nas duas revistas, observa-se, em especial, a publicação de conselhos sobre saúde e comportamento.

Quanto à revista Saúde, que é lida por um público similar ao da revista Veja, cabem-lhe *receitas*, porém extremamente vinculadas ao tema "saúde" (preparo de alimentos – observação para fatores nutricionais e terapêuticos), bem como *conselhos* e *aulas* de *ginástica* que visam a orientar o leitor para atividades que gerem o seu bem estar mental e físico, objetivo diferente das *aulas* publicadas na revista Capricho, na qual a ginástica tem o efeito do embelezamento corporal.

Quanto às *regras de jogo,* em número pequeno, só circulam em revistas para adolescentes como a Capricho e a Galileu, fruto do interesse que os jovens ainda despertam pelo conteúdo temático explorado pelo gênero.

Ao analisarmos a circulação do *texto injuntivo,* podemos inferir que a publicação de determinados gêneros está inter-relacionada, não só com o universo temático explorado pelo veículo, mas também com os interesses do seu leitor virtual e o papel que este desempenha na sociedade. Isto mostra-nos que os gêneros são elementos relevantes da organização das relações e das estruturas sociais. Deste modo, ao produzir um texto injuntivo o agente terá que ter em mente quais os elementos do contexto de circulação e quem será seu provável interlocutor, para assim escolher estratégias de planificação que melhor retratem seus objetivos discursivos para agir socialmente. O que abre a discussão para nossa próxima questão.

b) Que objetivos comunicativos os interactantes almejam ao realizar lingüisticamente um gênero marcado pela seqüência injuntiva?

Como vimos, toda comunicação verbal realiza-se mediante o uso de algum gênero. No entanto, moldar a nossa fala à forma do gênero não significa dominar, em especial, formas lingüísticas estabilizadas, mas, principalmente, formas de "realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares" (Marcuschi, 2002:29).

A escolha do uso da seqüência injuntiva por parte do produtor textual, do ponto de vista discursivo, como já enfatizamos, está ligada a um objetivo geral de "fazer agir" o seu interlocutor numa determinada direção explicitada textualmente. Assim, o "fazer agir" está associado a um "dizer como agir", através de atos imperativos que ora

assumem uma conotação de ordem sobre o que se deve fazer, ora de indicação sobre uma forma de fazer, ora de sugestão sobre como ou o que é melhor fazer, ora solicitação a realizar uma dada ação.

O entendimento do uso da seqüência injuntiva como uma ordem ou um conselho, por exemplo, dependerá das relações sociais geradas pela natureza do gênero no qual a seqüência está inserida. O exemplo (03), trecho do texto "Código de trânsito brasileiro", ilustra esta tese:

(03)

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

CAPÍTULO III
DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA

Art. 26. Os usuários das vias terrestres devem:

I - abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas;

II - abster-se de obstruir o trânsito ou torná-lo perigoso, atirando, depositando ou abandonando na via objetos ou substâncias, ou nela criando qualquer outro obstáculo.

Art. 27. Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.

Art. 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

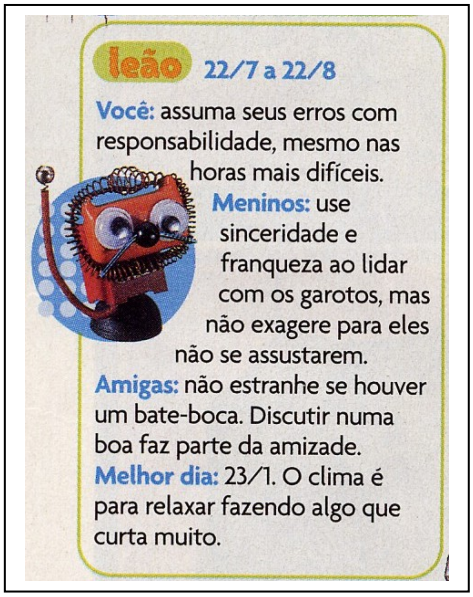
I - a circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas;

II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas; (...).

www.detran.gov.br / Maio/2002

No caso do *código de trânsito*, o destinatário do texto se verá obrigado a cumprir os comandos explicitados; a não realização de qualquer uma das ações indicadas acarretará uma punição conforme o estabelecido por lei. Neste gênero, assim como em outros também reguladores, como *regimentos* e *decretos*, o produtor textual, em geral, representa uma instituição social e se põe em uma situação de autoridade sobre a do seu interlocutor, o que lhe permite valer-se da injução sob o cunho de uma ordem. Por outro lado, há ocorrências lingüísticas em que a seqüência injuntiva não assume o caráter discursivo do "fazer agir" extremamente imperativo, como observamos no exemplo (04):

(04)


leão 22/7 a 22/8
Você: assuma seus erros com responsabilidade, mesmo nas horas mais difíceis.
Meninos: use sinceridade e franqueza ao lidar com os garotos, mas não exagere para eles não se assustarem.
Amigas: não estranhe se houver um bate-boca. Discutir numa boa faz parte da amizade.
Melhor dia: 23/1. O clima é para relaxar fazendo algo que curta muito.

Revista Capricho-Jan/2002

Em (04), vimos um *horóscopo*. Neste gênero textual, a relação social de hierarquia entre o produtor e o leitor é bem mais flexível, o seguimento ou não dos comandos explicitados textualmente através da seqüência injuntiva dependerá apenas da crença do leitor sobre esta "ciência". O gênero, estruturado em convenções sociais, impõe ao ato de fala um cunho de conselho e não de ordem a se cumprir. Em alguns casos, as operações discursivas que regem a escolha de planificação textual pela seqüência injuntiva assume a conotação de um ensinamento como é o caso do exemplo (05):

(05)

Receitas-modelo

Vida de modelo não é fácil. Para batalhar a carreira, as meninas têm que largar casa, comida e roupa lavada para morar sozinhas nas grandes capitais. Natália Fell, 16 anos, e Poliane Novodvorski, 14, ensinam as receitas que fazem na hora em que aperta a fome e a mamãe não está por perto.

Atum saudável da Poliane

Ingredientes

1 latinha de atum light • 4 folhas de alface • 4 folhas de couve • 1 tomate cortado em rodelas • 1 cenoura ralada

Modo de fazer

"É só arrumar no prato o atum e a salada e servir.", conta.

Sopa florida da Natália

Ingredientes

1/4 de maço de couve-flor • 1 pacote de sopa de frango ou legumes

Modo de fazer

Cozinhe a couve-flor cortada em florzinhas em água fervente. Escorra e misture à sopa, já preparada.

FOTOS: FREDERICO HARAL

Revista Capricho – Jan/2002

Nas *receitas*, "Atum saudável da Poliane" e "Sopa florida da Natália", a seqüência injuntiva foi tomada para realizar um objetivo discursivo de indicar ou ensinar uma forma de se fazer algo, como o próprio texto que as antecede anuncia: "Natália Fell, 16 anos, e Poliane Novodvorski, 14, *ensinam* as receitas que fazem na hora em que aperta a fome e a mamãe não está por perto" (*grifo nosso*). Os leitores destas *receitas* não estão obrigados a realizá-las, salvo desejem. Além do recurso à injunção como estratégia de planificação textual para instruir o seu interlocutor a fazer algo, o autor de um texto poderá, ainda, usá-la para fins de apelo, conforme ocorrência no exemplo (06):

(06)

Nestlé
e você no
SHOW MILHÃO
VEM PRA CÁ, VEM PRA CÁ!
MAIS DE 500 CHANCES
DE GANHAR ATÉ 1 MILHÃO!
E MAIS DE 140 PRÊMIOS EXTRAS
PARA VOCÊ COMPRAR A SUA CASA.
• Junte 8 rótulos ou embalagens de produtos Nestlé diferentes e responda à pergunta:
"Que empresa líder em alimentos leva você ao Show do Milhão?"
• Envie suas cartas com nome e endereço completos, telefone, RG e data de nascimento para:
"Promoção Nestlé e Você no Show do Milhão" - São Paulo - SP - 05939-960
• Mais de 500 pessoas serão sorteadas para participar dos programas
Nestlé e Você no Show do Milhão. No mínimo, 8 por Estado
• Em cada programa, serão sorteados 3 prêmios extras de R$ 40 mil para comprar a sua casa
Você não precisa responder às perguntas do Show do Milhão
para ganhar os prêmios extras
Todos os produtos Nestlé participam da promoção – exceto fórmulas infantis
Sorteios: 24/04, 22/05, 25/06 e 24/07
Para mais informações:
• Veja o regulamento nos pontos-de-venda
• Telefone para: 0300 789 2000**
• Visite o nosso site: www.nestle.com.br/showdomilhao
* "ESTE PRODUTO NÃO DEVE SER UTILIZADO NA ALIMENTAÇÃO DOS LACTENTES NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA, SALVO SOB ORIENTAÇÃO DE MÉDICO OU NUTRICIONISTA."
PARA REALIZAR SEUS SONHOS, DE UMA CASA A UMA MANSÃO.

Nestlé - Recife-PE - Fev/2002

O caráter apelativo do *panfleto promocional* "Nestlé e você no Show do Milhão" permite que o leitor entenda a planificação do conteúdo temático do texto pela seqüência injuntiva não como uma ordem, mas como uma solicitação/convite e o cumprimento a este pedido pode gerar uma recompensa ao leitor. Vale ressaltar que o objetivo geral - "fazer agir" dizendo "como agir" - conferido pelo uso da seqüência injuntiva pode está vinculado a outros objetivos gerados pela função comunicativa do

próprio gênero textual. No caso dos *panfletos promocionais*, por exemplo, a empresa solicita ao cliente a realização de uma ação – participar do concurso ou sorteio – indicando os passos que deve seguir para concorrer aos prêmios prometidos, mas por trás desta solicitação há também o intuito de se vender produtos.

Toda esta discussão vem nos explicar que um gênero traz em si muito mais do que formas estabilizadas e características lingüísticas, ele funciona como um verdadeiro evento discursivo, já que o seu uso reflete relações e convenções sociais. Nesse sentido, os gêneros podem ser tratados como uma forma de ação social.

Caminhando neste sentido, Miller (1994a:24), na tentativa de compreender como a sociedade funciona em relação aos seus atos discursivos, propõe abertamente a noção de *gênero como ação social*. Para a autora, uma abordagem significativa sobre o universo dos gêneros textuais é aquela que dirige seu olhar não para a forma ou para substância (conteúdo) do discurso, mas para a **ação** decorrente de seu uso. O que confere o estatuto acional do gênero é o fato dele ser gerado a partir da recorrência de ações e situações de produção similares e, nestes termos, na medida em que os indivíduos de uma comunidade agem de forma semelhante quando se deparam com situações comunicativas similares, os gêneros vão se consolidando nestas convenções sociais recorrentes.

Uma consideração relevante apontada por Miller (1994a; 1994b) sobre a relação entre gênero e ação é a noção de que, ao aprendermos um gênero, aprendemos como agir socialmente. Em relação aos *textos injuntivos*, por exemplo, aprendemos os objetivos que podemos ter ao usá-los: aprendemos que podemos aconselhar alguém a fazer algo ou ordenar-lhe que cumpra determinadas tarefas; bem como apelar para que um indivíduo aja numa determinada direção ou instruí-lo, ensiná-lo, a desenvolver uma atividade; dentre outros.

Afirmando-se que os gêneros fundam-se em ações retóricas recorrentes, admite-se que os mesmos adquirem significação do contexto social no qual a situação comunicativa surge (Miller, 1994a:37) e, somando-se a isto, incorporam os elementos culturais da comunidade pela qual são usados para atuar. Os gêneros são, pois, competências culturais que contribuem para organizar a interação humana. Disto decorre que os processos de produção, recepção e circulação de um gênero estão vinculados às condições do sistema sócio-cultural do qual o texto faz parte. A análise de um gênero textual permite-nos identificar os papéis dos interactantes, as intenções possíveis que os mesmos possam ter, bem como as exigências do contexto de produção e, ainda, relações de poder que estruturam a sociedade, como, por exemplo, reconhecer quem é legitimado para agir socialmente através dele, o que veremos a seguir.

c) Quem é legitimado pela sociedade para produzir gêneros de cunho injuntivo?

Traçar respostas para esta última questão exige-nos discutir algumas relações de poder geradas a partir do uso dos gêneros. A análise de relações de poder merece um estudo mais aprofundado, o qual não realizaremos por fugir do objetivo básico deste trabalho, contudo trataremos de alguns pontos que evidenciam estas relações, mais especificamente a discussão sobre quem é autorizado socialmente para produzir um texto de cunho injuntivo.

Como Bazerman (1994:82) postula, os gêneros identificam um repertório de ações que podem ser realizadas em certas circunstâncias. Para se produzir um gênero ou se requerer a sua produção por parte de alguém ou de alguma instituição, é preciso que certas condições sociais sejam preenchidas. Vejamos o panorama gerado pelo gênero explicitado no exemplo (07):

(07)

RETIRE A FITA E LACRE O ENVELOPE

INSTRUÇÕES DE USO

DEPÓSITOS EM CHEQUES

- Em Conta Corrente ou Poupança para qualquer agência.
- Os cheques devem ser cruzados e nominais ou endossados.
- No verso do(s) cheque(s) anotar o código da agência e o número da conta para depósito.
- Colocar os cheques abertos. **Máximo de 50 cheques por envelope.**
- A não observância das instruções poderá prejudicar o processamento do seu depósito.
- **Utilizar um envelope para cada conta favorecida.**

PAGAMENTO DE CONTAS

- Somente contas que o Bandepe esteja autorizado a receber, desde que dentro do prazo de vencimento/recebimento.
- No caso de carnês, enviar somente a parcela a ser quitada.
- O pagamento deve ser efetuado através de Cartão ou Cheque do Bandepe, cruzado e nominal ao Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe), anotando no verso a finalidade do mesmo.
- O pagamento das contas só ocorrerá caso exista saldo disponível na conta do cheque ou do cartão.
- Preencha corretamente seu endereço completo (inclusive CEP) visando garantir o recebimento de seus comprovantes de pagamento pelo correio.
- **Colocar no máximo 10 contas por envelope.**

INFORMAÇÕES GERAIS

- Este envelope será conferido na presença de dois funcionários do Bandepe.
- A efetivação da operação fica condicionada à verificação e conferência, pelo Banco, nos horários para tanto estabelecidos pelo mesmo, dos documentos e valores depositados.
- A não observância das instruções poderá implicar na devolução do(s) documento(s) sem o processamento.

IMPORTANTE

UTILIZE ESTE ENVELOPE SOMENTE PARA DEPÓSITOS EM CHEQUES OU PAGAMENTOS. PAGAMENTOS E DEPÓSITOS EM CHEQUE DEVEM SER FEITOS EM ENVELOPES SEPARADOS.

PARA EFETUAR DEPÓSITOS EM DINHEIRO UTILIZE O ENVELOPE VERDE.

CARIMBO IDENTIFICADOR DA AGÊNCIA

Bandepe

Cais do Apolo, 222 - Bairro do Recife
Recife - PE - 50030-905

MOD. B 14.32 B (10/01)

NÃO MANDE DINHEIRO

Bandepe - Recife-PE – Abr/2002

O *envelope bancário* é um gênero textual que só pode ser produzido por uma instituição, visto que tem a função específica de organizar e agilizar operações financeiras dos bancos. A instituição, assim, tem o papel de instruir os clientes sobre como usar o documento, determinar as condições de validade da operação e dar uma posterior resposta sobre a efetivação do depósito/pagamento solicitado pelos clientes.

Fairclough (1989) comenta que "tipos de discurso" específicos, e nós diríamos "gêneros textuais", envolvem relações particulares de poder estabelecidas por convenções sociais bem marcadas pelo evento discursivo. No caso do exemplo (07), apesar de haver uma relação de dependência entre os pares, o banco precisa de clientes para funcionar e os clientes necessitam dos serviços do banco. O uso deste gênero, num contexto situacional particular, permite que a instituição gerencie as ações sociais, e, ao mesmo tempo, que seja reconhecida pelos clientes como autorizada para tal.

A escrita de *textos injuntivos*, em especial, depende explicitamente de uma legitimação social. Na medida em que um agente produz um texto ditando verbalmente como o seu interlocutor deve agir para chegar a um objetivo maior – que ações deve realizar para conviver bem no trânsito, exemplo (03) (p. 29); que atitudes deve tomar para aprimorar suas relações inter-pessoais, (04) (p. 30); que passos precisa seguir para confeccionar um alimento, (05) (p. 31), ou o que fazer para concorrer a um prêmio, (06) (p.32), – este produtor se posiciona num patamar igual ou superior de uma hierarquia de papéis sociais, e assim, precisa estar legitimado para tal, caso contrário não terá respaldo do seu interlocutor. Representar alguma instituição como um órgão do governo para estabelecer normas sociais no caso do *código de trânsito*, ser um profissional da área, como um astrólogo para aconselhar em revistas, ser um ideal de beleza ou ter conhecimento técnico sobre o tema para ensinar *receitas*, podem ser pré-condições para obter este respaldo.

Esta legitimação não se encerra no fato de estar autorizado apenas para produzir um texto, mas ainda dá o poder ao produtor, em muitos casos, de ditar regras e normas sociais segundo a opinião do grupo do qual faz parte, o que contribui para a reprodução ou para a mudança da estrutura social.

Neste capítulo, no intuito de identificar as implicações discursivas que regem o uso da seqüência injuntiva na planificação do conteúdo temático dos gêneros textuais, fizemos algumas reflexões sobre o lugar de circulação da seqüência, sobre os objetivos comunicativos almejados pelos interactantes ao realizar lingüisticamente um gênero textual planificado predominantemente por esta seqüência textual e, ainda, sobre a legitimação social para se produzir um gênero de cunho injuntivo. Toda discussão baseada numa noção de gênero como forma de ação social vem contribuir para termos uma maior compreensão sobre como, através da atividade sócio-interativa com a linguagem, produzimos, interpretamos e reagimos aos *textos injuntivos* com os quais nos deparamos. No próximo capítulo, passaremos da análise dos aspectos discursivos mais gerais que estão implicados na produção e recepção destes textos, para o estudo sócio-cognitivo da organização prototípica seqüencial da injunção.

CAPÍTULO II

UM CONSTRUCTO TEÓRICO PARA A SEQUÊNCIA TEXTUAL INJUNTIVA

Neste capítulo, discutimos o estatuto da seqüência injuntiva a fim de descrever a sua organização macro-estrutural no universo dos gêneros textuais. Primeiramente, expomos a teoria de organização seqüencial de Adam (1992, 2001), tomando-a como base teórica no que se refere à concepção de seqüência textual. Em seguida, comungando com idéias de Bronckart (1999), traçamos considerações sobre as operações discursivas que regem a escolha e o uso da seqüência injuntiva e, assim, definimos um protótipo para a referida seqüência.

1. O QUE É UMA SEQÜÊNCIA TEXTUAL?

As seqüências textuais exercem um papel de destaque na organização infra-estrutural mais geral de um gênero textual, uma vez que têm por base favorecer a organização linear do seu conteúdo temático. Aderimos às palavras de Bronckart (1999) que afirmam que o modelo teórico proposto por Adam sobre a noção de organização seqüencial está solidamente sustentado e a sua descrição técnica das seqüências textuais é ainda hoje uma referência pouco contestável. Diante disto, apresentaremos a resposta a questão "o que é uma seqüência textual?" baseados, principalmente, nos pressupostos de Adam (2001, 1992) sobre o tema.

Compartilhando das proposições da teoria da organização seqüencial de Adam, Bronckart (1999) comenta que os conhecimentos sobre um dado tema estocados, em formas lógicas, na memória de um interactante – "macroestruturas" – são, no momento da produção textual, reorganizados através das estruturas lingüísticas da língua natural. Estas macroestruturas desenvolvem-se a partir de diversas formas de organização linear, dentre as quais as seqüências textuais.

Desta forma, as seqüências, inicialmente, poderiam ser consideradas, numa dimensão cognitiva textual, como protótipos[1]: *esquemas* textuais prototípicos que atuam como representações (cf. Adam, 1992), elaboradas pelos sujeitos progressivamente no curso do seu desenvolvimento, das propriedades superestruturais canônicas dos textos

[1] A noção de *protótipo,* numa perspectiva cognitivista, compreende-se por "modelos abstratos de que os produtores e receptores de texto disporiam, definíveis, ao mesmo tempo, pela natureza das macroproposições que comportam e pelas modalidades de articulação dessas macroproposições em uma estrutura autônoma" (Bronckart, 1999:218).

reconhecidos na sua cultura. Assim, as seqüências, em primeira instância, constituem-se no produto da reorganização dos conhecimentos disponíveis na memória.

No processo desta reorganização de conhecimentos, no momento de interação pela linguagem, as seqüências assumem determinadas formas lingüístico-estruturais que são motivadas por representações que o agente da produção textual faz dos seus interlocutores e dos efeitos de sentido que deseja produzir nestes. Por tal motivo, Bronckart (1999:234) defende que o empréstimo de um protótipo de seqüência disponível no intertexto[2] resulta de uma decisão interativa do agente em relação à situação de linguagem; logo, as seqüências possuem um caráter essencialmente dialógico.

Adam (2001:17-19) descreve tecnicamente uma seqüência como uma unidade composicional de complexidade superior a um período simples que compreende dois níveis hierárquicos: a) as proposições re-agrupadas em um número dado de macroproposições características do protótipo, e b) as macroproposições re-agrupadas na unidade da seqüência; conforme sistematiza no quadro adiante:

Micro-nível de composição (textura)
a) Simples períodos: Proposições re-agrupadas em períodos simples (não ou muito fracamente tipificadas) **b) Períodos (proto)tipificados e seqüências**: **Empacotamento 1** – das proposições em **macroproposições** **Empacotamento 2** – das macroproposições em **seqüências**

Uma proposição, numa análise superficial, pode ser concebida como uma unidade semântica básica que num texto é organizada a partir de estruturas sintáticas (sintagmas e/ou relações predicativas). Um conjunto, unitário ou não, de proposições vem

[2] Entendemos por *intertexto* o "conjunto de gêneros de textos elaborados pelas gerações precedentes, tais como são utilizados e eventualmente transformados e reorientados pelas formações sociais contemporâneas" (Bronckat, 1999:100).

a compor uma macroproposição (*empacotamento 1*) que por sua vez, aliada ou não a outras macroporposições, passa a configurar uma seqüência textual (*empacotamento 2*), desempenhando uma função X nesta seqüência (na seqüência argumentativa, por exemplo, uma macroproposição pode apresentar-se como a representação da fase de apresentação de argumentos ou da fase de conclusão).

Conforme as hipóteses de Adam, um texto pode ter seu conteúdo temático planificado por uma ou mais de uma seqüência textual (narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa ou dialogal) articuladas entre si, chegando-se, deste modo, a uma fórmula geral de caráter ilustrativo,(cf. Adam, 1992:30):

{Texto **[**Seqüência(-s) **(**Macroporoposição(-ões) **(**Proposição (-ões)**))]}**

Para Adam (2001:18), um gênero textual, quanto ao seu macro-nível de composição, é constituído por um *plano geral* de organização do seu conteúdo temático (*plano de texto*) e por uma base de *estruturação seqüencial*.

Os *planos de texto* podem assumir formas de nível de complexidade variável, porque, como analisa Adam, são regrados pelos gêneros do discurso (textuais). Muito embora, verifiquemos a presença de modelos de gêneros disponíveis no intertexto que se caracterizam facilmente pelos elementos configuracionais apontados por Bakhtin ([1979]1992) - conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional - nem sempre, empiricamente, é possível definir claramente os textos. Sobre este respeito, Marcuschi (2002:01) aponta, por exemplo, que os "gêneros caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais".

Isto nos faz novamente mencionar a concepção bakhtiniana de que os gêneros são formas *relativamente estáveis* de enunciados ([1979]1992:279). Esta relativa estabilidade, como vimos, fundamenta-se na acepção de que os gêneros são marcados por dois princípios básicos: um de *identidade* e um de *diferença* (Adam, 2001:16). Portanto, levando em consideração tais princípios, Adam (2001) verifica que o *plano de texto* tanto pode obedecer a um *plano fixo* (típico do conjunto de gêneros textuais ao qual pertence) quanto a um *plano ocasional* (próprio a um texto singular) de acordo com as características que regem o gênero empiricamente estudado.

Além do plano de texto, quanto a sua estruturação organizacional, um gênero é formado pelo resultado da combinação dos vários tipos de seqüência. Adam (2001) descreve a *organização seqüencial* de um texto observando-a sob a ótica de três níveis de análise:

1º Nível - *tipos de seqüência à base das disposições*: um texto pode ser composto por apenas uma seqüência textual, caso mais raro, *disposição uni-seqüencial,* ou ser composto por mais de uma seqüência, caso mais comum, *disposição pluri-seqüencial.* Esta última disposição poderá organizar-se de forma *homogênea* (por um número de seqüências do mesmo tipo de base articuladas entre si) ou de forma *heterogênea* (por uma mistura de seqüências de tipos de base diferenciados).

2º Nível - *modalidades de combinação entre as seqüências num texto*: estas modalidades podem se dá através de: a) uma sucessão - seqüências coordenadas; b) um montagem paralela - seqüências alternadas; ou , ainda, c) uma intercalação – seqüências inseridas.

3º Nível - *tipificação global dominante*: a unidade textual sendo heterogênea, terá sua a base tipológica definida em função da hierarquia seqüencial que o texto possui, seja pela seqüência intercalante (abrindo e fechando o texto), seja pela

seqüência de resumo (permitindo resumir o texto). Assim, o todo textual é caracterizável, em sua globalidade e sob forma de resumo, como mais ou menos *narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo ou dialogal*. O efeito de dominante é ora determinado pelo maior número de seqüências de um tipo dado, ora pelo tipo de uma seqüência intercalada. Em todos os casos, a estrutura global é organizada pelo plano de texto.

Está claro que num dado gênero textual mais de uma seqüência pode vir a organizar o seu conteúdo temático, todavia por questões metodológicas cada seqüência pode ser isolada como constructo teórico homogêneo, a fim de que seja possível observar detalhadamente a sua configuração. Neste sentido, vários autores, dentre os quais Adam (1992) e Bronckart (1999) expuseram modelos de análise das seqüências textuais evidenciando os seus protótipos e as macroproposições, doravante chamadas de fases, que os compõem; enquanto autores como Vilela & Koch (2001:545-553) preocuparam-se com a descrição dos tipos lingüísticos que as caracterizam, como sintetizamos a seguir, dispensando uma descrição exaustiva para não fugirmos ao nosso objetivo central que é o trabalho mais específico com a seqüência injuntiva.

Na leitura de Adam, a seqüência **narrativa** apresenta como protótipo mínimo três fases básicas: 1ª) situação inicial; 2ª) transformação; e 3ª) situação final. Baseado nos estudos de Labov & Waletzky, datados do ano de 1967, o autor sugere que junto a este protótipo mínimo seja também evidenciada a possibilidade de existência de um protótipo padrão composto de 5 fases principais, com ordem de funcionamento não obrigatória: 1ª) situação inicial; 2ª) complicação; 3ª) ações; 4ª) resolução e 5ª) situação final. A estas fases é possível, ainda, acrescentar outras duas que dependem do posicionamento do narrador em relação à história narrada: 6ª) avaliação e 7ª) moral. Vale ressaltar que, como nos lembra Bronckart (1999:219), para que haja uma seqüência

narrativa é preciso que a história contada mobilize personagens implicados em acontecimentos sustentados por um processo de *intriga*.

Quanto aos traços lingüísticos típicos, na seqüência narrativa, segundo estudos de Vilela & Koch (2001), todos os tempos verbais no passado são utilizados, especialmente o pretérito perfeito. Para iniciar a narrativa, em geral, o pretérito imperfeito é o tempo de maior incidência. Já o presente do indicativo é utilizado com um valor de falso tempo ou metáfora temporal. No que se refere à coesão textual, a repetição lexical, a sinonímia lexical ou associativa e a elipse são os elementos coesivos privilegiados. Na relação entre o narrador e a sua narração temos: a relação que compreende os situadores de espaço e tempo – uso dos dêiticos; e o seu distanciamento em relação à narração – discurso como expressão do pensamento do ator da ação ou como discurso reportado.

Diferente do que ocorre com a narração, no que diz respeito à **descrição**, Adam alega que as fases desta seqüência não se apresentam em uma ordem linear obrigatória, mas se combinam e se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical. O protótipo de uma descrição comporta três fases principais:1ª) ancoragem – tema da descrição é assinalado; 2ª) aspectualização – aspectos do tema são enumeradas; e 3ª) relacionamento – elementos descritivos são assimilados a outros, por caráter comparativo.

No que tange aos seus aspectos lingüísticos principais, podemos citar, como o fazem Vilela & Koch, que, preferencialmente, os verbos de estado, nos tempos que perspectivam a duratividade – presente do indicativo e tempos do imperfeito – são os mais usados. Do mesmo modo, os adjetivos e os equivalentes de adjetivos, bem como os advérbios também são usados com freqüência. Quanto aos mecanismos coesivos, ocorre que os recursos de associações léxicas, nas várias espécies de anáforas, são os elementos mais marcantes. Cabe ainda ressaltar que a seqüência descritiva apresenta variações na sua

estruturação micro-lingüística a depender dos diferentes domínios discursivos nos quais se enquadra. Vilela e Koch exemplificam que na publicidade a descrição é mais sugerida que expressa, já nas descrições de caráter científico, os adjetivos ganham peso e perdem elasticidade.

Uma terceira seqüência descrita por Adam é a **argumentativa**. Tal seqüência textual dispõe de um protótipo instaurado na sucessão de cinco fases: 1ª)exposição da *tese anterior* supostamente admitida a respeito de um tema; 2ª) *premissas* – constatação de partida da argumentação; 3ª) apresentação de *argumentos*; 4ª) apresentação de *contra-argumentos*; e, por fim, 5ª) *conclusão* (ou nova tese).

Vilela e Koch asseguram que a argumentação caracteriza-se pela presença freqüente de marcas gramaticais como o verbo *ser*, ou equivalente, na construção da proposição; bem como pela presença de verbos que põem em relação a causa e o efeito (*causar, originar, ocasionar, suscitar, motivar,* etc.), de certos *uerba discendi* (*afirmar, declarar, considerar, implicar, alegar, assegurar*); e de determinados tempos, como o presente como o tempo do valor universal. A estrutura argumentativa tem como articuladores específicos de coesão e coerência, aqueles que marcam a ordenação dos argumentos (*em primeiro lugar, em segundo lugar, por último, finalmente, a seguir*) ou a conexão entre os argumentos (como: *já que, assim, posto que, considerando que, de modo que,* etc.).

Em relação à seqüência **explicativa**, nas palavras de Bronckart (1999), temos que a tarefa da *explicação* origina-se na constatação de um fenômeno incontestável que se apresenta, no entanto, como requerendo um desenvolvimento destinado a resolver as questões que coloca ou às contradições aparentes que poderia suscitar. Na teoria de Adam, o seu protótipo compreende quatro fases de complexidade variável: 1ª) *constatação inicial* de um fenômeno incontestável (ação, situação, objeto, acontecimento, etc.);

2ª) problematização que visa a explicitar o "porquê" ou o "como" desta constatação inicial; 3ª) resolução (explicação propriamente dita); e 4ª) conclusão avaliativa (reformula-se a 1ª fase).

Dentre os seus aspectos gramaticais típicos, Vilela & Kock apontam que o tempo mais presente na explicação é o presente do indicativo, quer com o seu valor de vinculação ao "aqui agora" da enunciação, quer com o seu valor universal e intemporal; os adjetivos descritivos ou qualitativos e os advérbios são recursos usados para precisar, identificar, situar; quanto aos conectores, vê-se que os conjuncionais e expressões equivalentes relacionam, restringem, condicionam as operações explicativas. O recurso a comparações, analogias, a estruturas modalizadoras é, do mesmo modo, uma marca relevante do tipo textual explicativo, assim como a coesão lexical, freqüentemente, realiza-se pelos mecanismos da repetição, hipônimos, merônimos, sinônimos e anáfora associativa, também o é.

Finalmente, a última seqüência descrita por Adam foi a **dialogal**. Para o autor, a realização da mesma restringe-se aos discursos interativos dialogados, estruturados em turno de fala assumidos pelos agentes produtores de uma interação verbal, ou atribuídos a personagens postos em cena no interior de um discurso principal. Seu protótipo é organizado em três níveis encaixados: 1º) nível superordenado, composto de 3 fases – 1ª) abertura, 2ª) transacional (conteúdo temático é co-construído) e 3ª) encerramento; 2º) nível em que cada uma das 3 fases acima são decompostas em unidades dialogais ou trocas; e 3º) nível em que cada intervenção pode ser decomposta em atos discursivos (pedido, afirmação, etc.).

Vilela & Koch (2001) não descreveram as marcas lingüísticas típicas desta última seqüência, no entanto podemos afirmar que o diálogo caracteriza-se, dentre

outros aspectos, pela grande incidência de elementos lingüísticos que remetem à própria interação verbal, como os dêiticos extra-textuais e os marcadores conversacionais.

O trabalho de descrição da organização seqüencial proposto por Adam restrigiu-se à análise das seqüências narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal, porém cabe, ainda, apontar que alguns autores constataram a existência de outras seqüências como é o caso do **relato** estudado por Dolz & Schneuwly (1996) e, sobretudo, da **injunção,** estudada por Bronckart (1999), alvo principal do nosso estudo. No que diz respeito ao relato, Dolz & Schneuwly distinguem-no da seqüência narrativa defendendo que o mesmo pertence ao domínio social de comunicação referente à documentação e memorização das ações humanas, ao passo que a narração está inserida no domínio da cultura literária ficcional. A seqüência injuntiva, do mesmo modo que o relato, também ficou fora dos estudos de Adam. Em trabalhos anteriores a 1992, o autor apontava a existência desta seqüência, porém reformulou sua classificação e decidiu excluí-la pois avaliou que os textos denominados **injuntivos** ao descreverem ações "a ser realizadas" são planificados pela seqüência descritiva.

Entendendo que a descrição propriamente dita e a injunção são seqüências distintas, Bronckart contesta o posicionamento de Adam, alegando que a escolha da seqüência descritiva pelo agente da produção textual estaria ligada, do ponto de vista discursivo, ao objetivo de "*fazer ver* no detalhe os elementos do objeto de discurso" e ao de "*guiar o olhar* do destinatário" (Bronckart, 1994:34 apud Machado, 1998a:87); ao passo que a escolha da seqüência injuntiva não só está ligada ao objetivo de *fazer ver ações* a serem desenvolvidas para se realizar uma macro-ação, como também ao de *fazer agir* o destinatário. Nesse sentido, diferente da descrição propriamente dita, a injunção "é sustentada por um **objetivo próprio** ou **autônomo**: o agente produtor visa a **fazer agir** o destinatário de um certo modo ou em uma determinada direção" (Bronckart,1999:237).

Assim, em resumo, enquanto a seqüencialização do conteúdo temático para seqüência *narrativa* baseia-se em operações "criadoras de tensão"; para seqüência *descritiva*, operações destinadas a "fazer ver"; para as seqüências *explicativa* e *argumentativa*, operações que "visam a resolver um problema ou a convencer"; para seqüência *dialogal*, operações "destinadas a regular a interação"; para a seqüência **injuntiva**, as operações em questão seriam aquelas destinadas a "fazer agir" (Bronckart, 1999:237-238).

Conseqüentemente, este objetivo supra-acrescentado, "fazer agir", à seqüência injuntiva, interfere sobre as próprias propriedades lingüístico-estruturais da seqüência o que permite-nos traçar o seu protótipo configuracional. Nesse sentido, é possível identificar e descrever os aspectos macro e micro-estruturais que tipificam a injunção observando sua realização no universo dos gêneros textuais que circulam socialmente.

2. TRAÇANDO UM PROTÓTIPO PARA SEQUÊNCIA INJUNTIVA

Como pudemos observar, a seqüência injuntiva tem sido alvo de discussões. Na perspectiva de Adam (1992, 2001), que busca evitar a criação de mais um tipo de base, deve-se considerá-la como uma estrutura especial de descrição – "descrição de ações". Em contrapartida, Bronckart (1999) defende que a mesma não se trata de uma descrição propriamente dita, visto que o seu principal objetivo não é o de "fazer ver ações", mas "fazer agir" o destinatário do texto. Concordamos com Bronckart sobre a necessidade de se considerar a seqüência injuntiva como uma seqüência à parte, distinta da descritiva, assim como também a consideram, por exemplo, Koch (2002), Koch & Fávero (1987), Marcuschi (2002), Nogueira (2000) e Travaglia (1991).

Sendo a linguagem uma forma de ação social, pressupõe-se que ao se produzir um texto, de base injuntiva ou não, o indivíduo age sobre o mundo e sobre o "outro", bem como objetiva fazer o seu destinatário agir: concordar com suas acepções, comprar um produto ou até mesmo se divertir com um texto de humor. Nesse sentido, quaisquer que sejam as seqüências que componham um texto, serão todas utilizadas com o intuito do "fazer agir" do produtor textual. No entanto, na seqüência injuntiva, diferente das demais, a "ação" é incitada de forma direta e, como bem observa Nogueira (2000:52), o tipo injuntivo é "aquele tipo textual cuja característica básica são atos imperativos, onde ordena cumprir ou seguir".

Neste sentido, o "fazer agir" comunicado textualmente está associado ao "dizer como fazer" do produtor, um "dizer" que não está expresso de forma subjetiva – nas supostas "intenções" do agente produtor ou nas funções sócio-culturais que cada gênero textual abarca; mas sim de forma explícita – o destinatário, em geral, está ciente de que o texto injuntivo o levará, através da programação de uma seqüência, ordenada ou não, de *micro-ações*, a concluir uma *macro-ação (macro-objetivo acional)* a qual se deseja ou está encarregado a cumprir.

Analisando as variadas formas de ação de linguagem verbal, baseando-nos nas constatações de Adam (2001) sobre os *textos processuais*, observamos a possibilidade de se estabelecer um agrupamento, ainda que preliminar, de gêneros textuais que por suas funções sócio-comunicativas possuem um caráter pragmático similar – o objetivo de levar alguém a *"fazer alguma coisa"* – sendo, freqüentemente, o conteúdo temático dos mesmos planificado pela seqüência injuntiva. Temos, então, um agrupamento de **textos injuntivos** subdividido em três grandes categorias: **textos instrucionais-programadores** (visam a instruir/ensinar alguém a fazer algo) como *receitas*, *guias* e *manuais* de um modo geral; **textos de conselho** (visam a aconselhar alguém a fazer algo),

como os *horóscopos* e os diversos *conselhos* (saúde, beleza, comportamento, etc.) bastante comuns em revistas femininas da atualidade; e **textos reguladores-prescritivos** (visam a obrigar alguém a fazer algo), como *ordens*, *leis*, *regimentos*, *regras de jogos*, entre outros.

Chamamos este agrupamento de "preliminar" pelo fato de que: a) os gêneros não são passíveis de classificações estanques e inflexíveis, pois, como já defendia Bakhtin ([1979]1992), quanto a sua natureza, apresentam-se em número infinito, fruto da variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve, e da amplitude e complexidade das esferas da comunicação humana nas quais se realizam, bem como, são susceptíveis a mudanças e evoluções, pois sofrem o processo de reestruturação e renovação ao longo da história; b) os gêneros são, em geral, compostos por mais de um tipo textual (seqüência). Portanto, ciente da complexidade dos fatos discursivos que envolvem os gêneros, Adam (2001:15) sugere que ao se traçar uma possível classificação para os textos, deixe-se de lado a idéia de se estabelecer critérios definitivos em termos de condições necessárias e suficientes, a lógica de *tudo ou nada*; e, ao contrário, centralize-se na noção de "gradualidade", *mais ou menos*. Nestes termos um texto pode ser considerado *mais ou menos* típico ou atípico, segundo ele se aproxime ou se distancie do protótipo nocional de referência da categoria do discurso ou do gênero discursivo considerado.

Diante do exposto, tomando as palavras de Travaglia (1991:49-50), podemos afirmar que o tipo injuntivo possui um modo de enunciação particular através do qual o enunciador, em relação à atualização temporal e espacial de seu discurso, se coloca na perspectiva do "fazer posterior ao tempo da enunciação". Este modo de enunciação está pautado num objetivo central gerado pela atitude do enunciador em relação ao objeto do dizer: "na injunção, diz-se a ação requerida, desejada; diz-se o que e/ou como fazer; incita-se à realização de uma situação". Com isto a injunção estabelece o destinatário do texto como aquele que realiza aquilo que se requer.

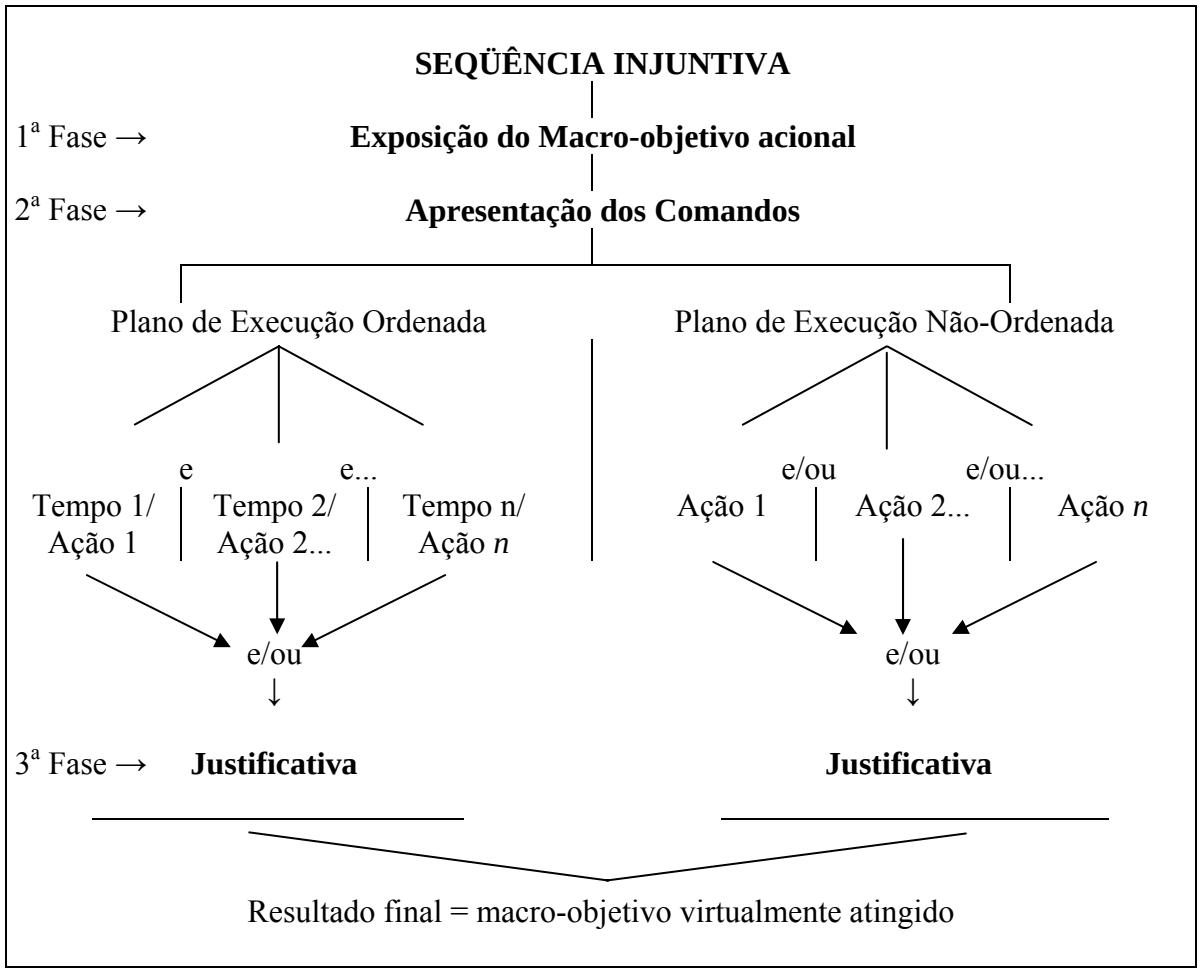
Nesse sentido, a organização geral da seqüência injuntiva é sustentada por um processo *instrucional/pedagógico* através do qual há uma exposição de um plano de ação, *seqüência de comandos*, a ser seguido para se concretizar um objetivo maior desejado pelo produtor e/ou pelo destinatário do texto.

Assim, a seqüência em questão é caracterizada por um protótipo composto por três fases básicas:

> 1ª) E*xposição do macro-objetivo acional*:
> indicação de um objetivo geral que se deve atingir sob a orientação de um plano de comandos;
>
> 2ª) *apresentação dos comandos*:
> disposição de uma seqüência de ações (coordenadas ou não) a ser executada para que se possa atingir o macro-objetivo acional; e
>
> 3ª) *justificativa*:
> esclarecimento, por parte do produtor do texto, em face da situação de ação, sobre os motivos pelos quais seu destinatário deve seguir o(s) comando(s) estabelecido(s).

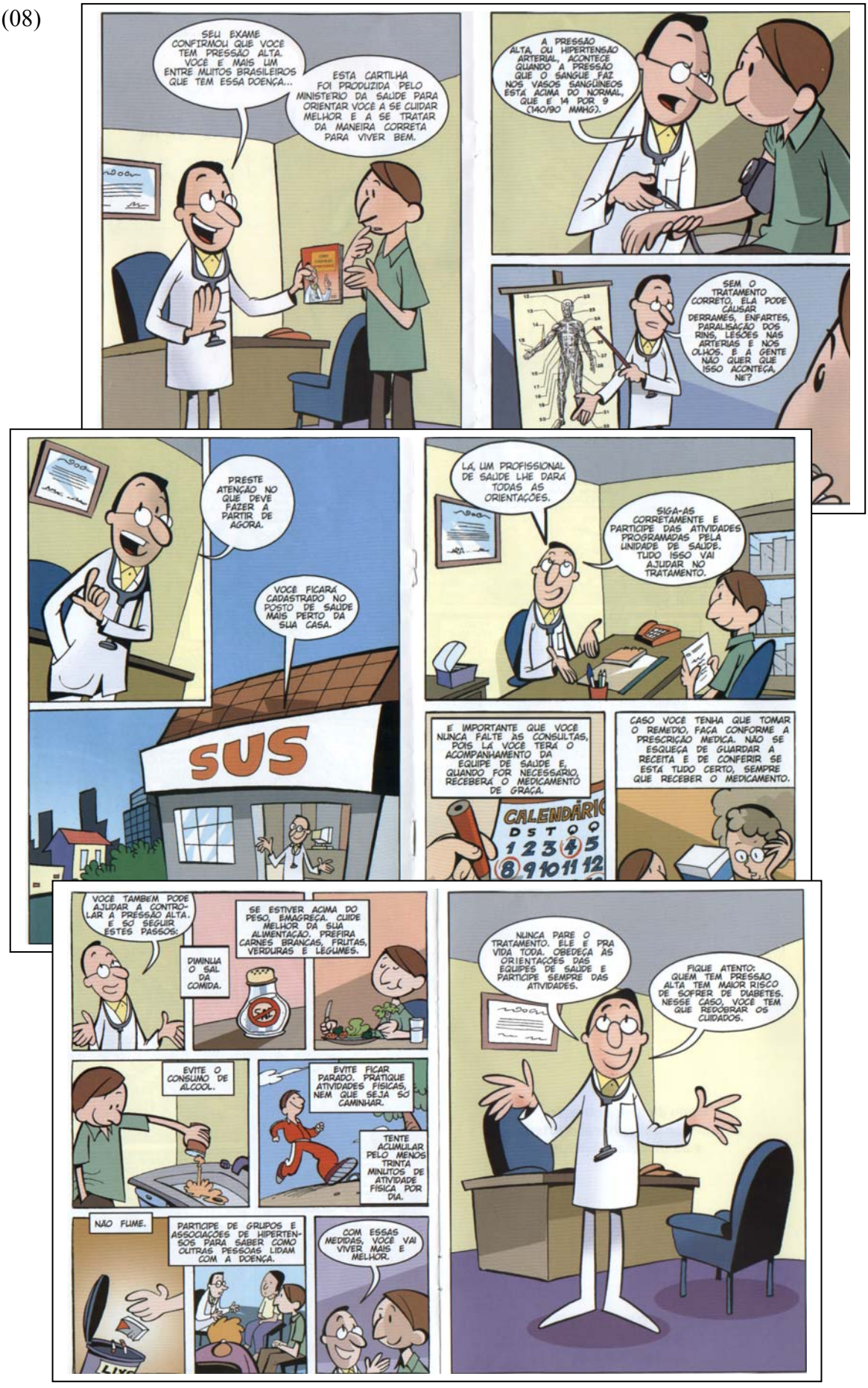
Deste modo, o protótipo da seqüência injuntiva poderia ser assim representado:

Esquema 1 – Protótipo da Seqüência Injuntiva



O *macro-objetivo acional,* que compõe a primeira fase da seqüência injuntiva, tem o gênero textual como ponto de partida para sua sinalização: a identificação por parte do leitor de que o objeto da sua leitura é um texto injuntivo já lhe permite saber que este texto o instruirá a fazer algo. Além da sinalização estabelecida pela própria natureza do gênero, o *macro-objetivo acional* pode ser identificado com maior precisão a partir do título do texto ou, também, por uma explanação introdutória à indicação do plano de execução dos *comandos*, como nos evidencia o exemplo (08), *cartilha* intitulada "Como cuidar da hipertensão":

(08)


SEU EXAME CONFIRMOU QUE VOCÊ TEM PRESSÃO ALTA. VOCÊ É MAIS UM ENTRE MUITOS BRASILEIROS QUE TÊM ESSA DOENÇA...
ESTA CARTILHA FOI PRODUZIDA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA ORIENTAR VOCÊ A SE CUIDAR MELHOR E A SE TRATAR DA MANEIRA CORRETA PARA VIVER BEM.
A PRESSÃO ALTA, OU HIPERTENSÃO ARTERIAL, ACONTECE QUANDO A PRESSÃO QUE O SANGUE FAZ NOS VASOS SANGUÍNEOS ESTÁ ACIMA DO NORMAL, QUE É 14 POR 9 (140/90 MMHG).
SEM O TRATAMENTO CORRETO, ELA PODE CAUSAR DERRAMES, ENFARTES, PARALISAÇÃO DOS RINS, LESÕES NAS ARTÉRIAS E NOS OLHOS. E A GENTE NÃO QUER QUE ISSO ACONTEÇA, NÉ?
PRESTE ATENÇÃO NO QUE DEVE FAZER A PARTIR DE AGORA.
VOCÊ FICARÁ CADASTRADO NO POSTO DE SAÚDE MAIS PERTO DA SUA CASA.
SUS
LÁ, UM PROFISSIONAL DE SAÚDE LHE DARÁ TODAS AS ORIENTAÇÕES.
SIGA-AS CORRETAMENTE E PARTICIPE DAS ATIVIDADES PROGRAMADAS PELA UNIDADE DE SAÚDE. TUDO ISSO VAI AJUDAR NO TRATAMENTO.
É IMPORTANTE QUE VOCÊ NUNCA FALTE ÀS CONSULTAS, POIS LÁ VOCÊ TERÁ O ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE SAÚDE E, QUANDO FOR NECESSÁRIO, RECEBERÁ O MEDICAMENTO DE GRAÇA.
CALENDÁRIO
CASO VOCÊ TENHA QUE TOMAR O REMÉDIO, FAÇA CONFORME A PRESCRIÇÃO MÉDICA. NÃO SE ESQUEÇA DE GUARDAR A RECEITA E DE CONFERIR SE ESTÁ TUDO CERTO, SEMPRE QUE RECEBER O MEDICAMENTO.
VOCÊ TAMBÉM PODE AJUDAR A CONTROLAR A PRESSÃO ALTA. É SÓ SEGUIR ESTES PASSOS:
DIMINUA O SAL DA COMIDA.
SE ESTIVER ACIMA DO PESO, EMAGREÇA. CUIDE MELHOR DA SUA ALIMENTAÇÃO. PREFIRA CARNES BRANCAS, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES.
EVITE O CONSUMO DE ÁLCOOL.
EVITE FICAR PARADO. PRATIQUE ATIVIDADES FÍSICAS, NEM QUE SEJA SÓ CAMINHAR.
TENTE ACUMULAR PELO MENOS TRINTA MINUTOS DE ATIVIDADE FÍSICA POR DIA.
NÃO FUME.
PARTICIPE DE GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE HIPERTENSOS PARA SABER COMO OUTRAS PESSOAS LIDAM COM A DOENÇA.
COM ESSAS MEDIDAS, VOCÊ VAI VIVER MAIS E MELHOR.
NUNCA PARE O TRATAMENTO. ELE É PRA VIDA TODA. OBEDEÇA ÀS ORIENTAÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE E PARTICIPE SEMPRE DAS ATIVIDADES.
FIQUE ATENTO: QUEM TEM PRESSÃO ALTA TEM MAIOR RISCO DE SOFRER DE DIABETES. NESSE CASO, VOCÊ TEM QUE REDOBRAR OS CUIDADOS.

Governo Federal - Ministério da Saúde – Maio/2002

O título "Como cuidar da hipertensão", aliado ao conhecimento que o leitor possui sobre a própria natureza do gênero *cartilha*¸ sinaliza que o *macro-objetivo acional* diz respeito a *o que fazer para cuidar dos problemas causados pela pressão arterial alta*. Além desta primeira indicação sugerida, especialmente, pelo título do texto, há também, no exemplo, uma informação suplementar sobre o *macro-objetivo* acional expressa verbalmente, no primeiro quadro da *cartilha,* pela frase: "Esta cartilha foi produzida pelo Ministério da Saúde para orientar você a se cuidar melhor e a se tratar da maneira correta para viver bem". Este enunciado esclarece mais especificamente a finalidade do texto (*orientar o cidadão no trato com a saúde*), objetivo que será alcançado mediante a execução de um plano de comandos apresentado a partir do quarto quadro do texto.

Já no exemplo (09), verificamos que apesar de o título do texto não sinalizar o *macro-objetivo acional,* como ocorre em (08), uma *explanação introdutória,* além de exercer o papel de indicar tal objetivo, contribui para o anúncio do conjunto dos comandos da injunção:

(09)

Violência para menores

A criminalidade é a estrela do noticiário de televisão. As crianças, altamente expostas a esse tipo de informação, precisam ouvir dos pais mais esclarecimentos a respeito. Segundo a psicanalista infantil Anne Lise Silveira Scappaticci, da Universidade Federal de São Paulo, não adianta fingir que a violência não existe, mas também não convém expor detalhes aos pequenos. Veja algumas recomendações de como falar com eles sobre o assunto:

■ tente ajudar a criança a entender a realidade sem ampliar seus medos nem estimular as fantasias;

■ aproveite as perguntas para explicar as causas da violência e ensinar noções de solidariedade;

■ ouça o que a criança tem a dizer para saber o que é importante do ponto de vista dela e não confundi-la com aspectos que não a preocupavam antes da conversa; e

■ não despreze o medo que a criança sente. A melhor forma de acalmá-la é deixá-la falar a respeito.

Revista Veja – 27/Mar/2002

No exemplo (09), gênero *conselho,* o título "violência para menores", tematicamente muito amplo, não chega a sinalizar o *macro-objetivo* que marca a primeira fase da seqüência injuntiva, todavia uma explanação introdutória ao plano de ação faz a vez desta função: "Veja algumas recomendações de como falar com eles sobre o assunto". Aqui, torna-se claro que o leitor que desejar seguir aos *comandos* (as "recomendações" então anunciadas) explicitados pelo autor terá como macro-objetivo *saber como interagir com crianças ao tratar sobre o tema da violência*. Observa-se que a *explanação introdutória,* que tanto situa o leitor sobre o *macro-objetivo* da injunção como anuncia os *comandos,* tem ocorrência freqüente nos *textos injuntivos*.

Quanto à segunda fase do protótipo da seqüência injuntiva, *apresentação dos comandos*, a mesma pode variar na sua organização, tendencialmente, segundo três possibilidades básicas em se tratando da sua realização em gêneros textuais pertencentes às categorias: textos instrucionais-programadores; textos de conselho; ou textos reguladores-prescritivos.

Nos textos instrucionais-programadores, para se atingir o macro-objetivo acional de injunção, no momento da execução, o leitor deverá seguir passo a passo os comandos traçados textualmente pelo autor, obedecendo a uma ordem seqüencial cronológica.

O *manual* (10), texto "Fuxico passo a passo", é um exemplo que se enquadra na categoria dos textos instrucionais-programadores. Este texto tem como macro-objetivo acional instruir o leitor sobre como "confeccionar um *fuxico*", objeto utilizado para montagem de peças de artesanato:

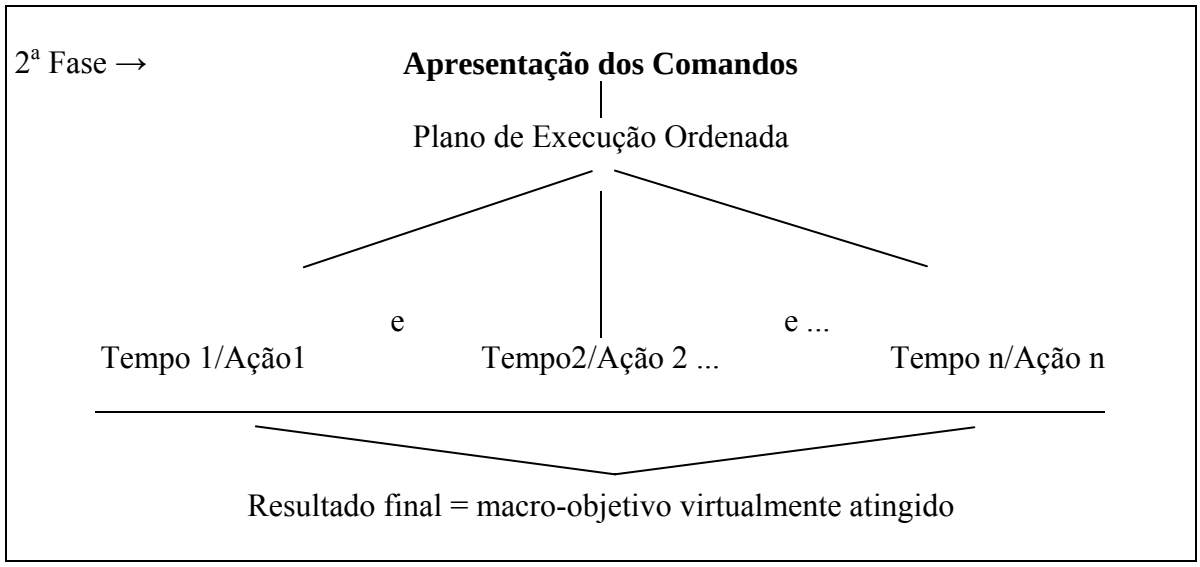
(10)

O fuxico passo a passo
1
Recorte um círculo de cartolina com 10 cm de diâmetro. Use-o como molde para cortar o tecido.
2
Faça um alinhavo na borda de cada círculo (se o tecido for do tipo que desfia, dobre uma pequena bainha).
3
Depois de alinhavar toda a volta do círculo, puxe a linha para franzir, formando uma trouxinha.
4
Achate a trouxinha, dando-lhe a forma de fuxico, e faça pontos no centro para que ele não se solte.

Revista Manequim – Fev/2002

Em (10), a *apresentação dos comandos* se dá a partir de um plano de execução no qual há a exposição de seis ações básicas (1- Recorte um círculo de cartolina com 10 cm de diâmetro; 2- Use-o como molde para cortar o tecido; 3- Faça um alinhavo na borda de cada círculo; 4- Puxe a linha para franzir; 5- Achate a trouxinha; 6- faça pontos no centro) e uma ação ocasional ("se o tecido for do tipo que desfia, *dobre uma pequena bainha*" – *grifo nosso*). Estas ações expressas por comandos deverão ser realizadas de forma ordenada para que se possa obter o resultado desejado. Caso o leitor não siga corretamente a seqüência de ações indicada, há o risco do resultado final não sair conforme o previsto. Observando tais características inferimos que os textos instrucionais–programadores seguem, por tendência, a um esquema do tipo:

Esquema 2 – Apresentação dos comandos em textos instrucionais-programadores



Nestes textos, em geral, para se atingir ao macro-objetivo acional é preciso que se realize a grande maioria dos comandos indicados de acordo com uma ordem processual hierárquica: em (10), vimos que a ação explicitada no comando 3 ("faça um alinhavo na borda de cada trouxinha") depende da realização inicial das ações apresentadas no comando 1 ("recorte um círculo de cartolina") e no 2 ("Use-o como molde para cortar o tecido"), respectivamente. A ação incitada através do comando 4 ("puxe a linha para franzir"), só poderá ser realizada se o conjunto das ações referentes aos comandos 1, 2 e 3 já estiver consumado, e assim sucessivamente. No entanto, dependendo da habilidade e/ou experiência do leitor sobre o assunto em questão, é possível que um ou outro passo possa ser desenvolvido fora da ordem instituída ou ser substituído por algum que não faça parte daqueles estabelecidos no texto.

Diferente do que ocorre com os *textos instrucionais-programadores*, os *textos de conselho* possuem uma fase de *apresentação de comandos* na qual o plano de execução se constitui a partir de uma seqüência de ações que não cumprem uma ordem hierárquica tão rígida. O texto "Sexy como uma deusa", exposto em (11), evidencia-nos esta maior independência entre os comandos solicitados a se realizar:

(11)

Sexy como uma deusa

"Qualquer mulher pode ser irresistível", afirma a psicóloga e terapeuta sexual americana Linda Savage. No livro *Reclaiming Goddess Sexuality: the Power of the Feminine Way*, ainda não publicado no Brasil, ela mistura a mitologia antiga ao conhecimento clínico e ensina a despertar o poder feminino de sedução. Algumas das sugestões:

Elogie-se diante do espelho repetidas vezes, como se recitasse um mantra. E acredite no que diz.

Substitua a autocrítica excessiva por uma atitude que valorize suas qualidades. "Assim você ganha confiança para corrigir os defeitos", revela Linda.

Preste atenção nos pequenos prazeres. Saboreie a comida, sinta o aroma das flores, massageie a pele, ouça sua música favorita. "Perceba o que causa boas sensações ao corpo", aconselha.

Decore o quarto como um santuário para o amor. Livre-se de objetos que lembrem casos antigos e das fotos em que aparece sozinha. Use vermelho e cor-de-rosa para inspirar novos relacionamentos.

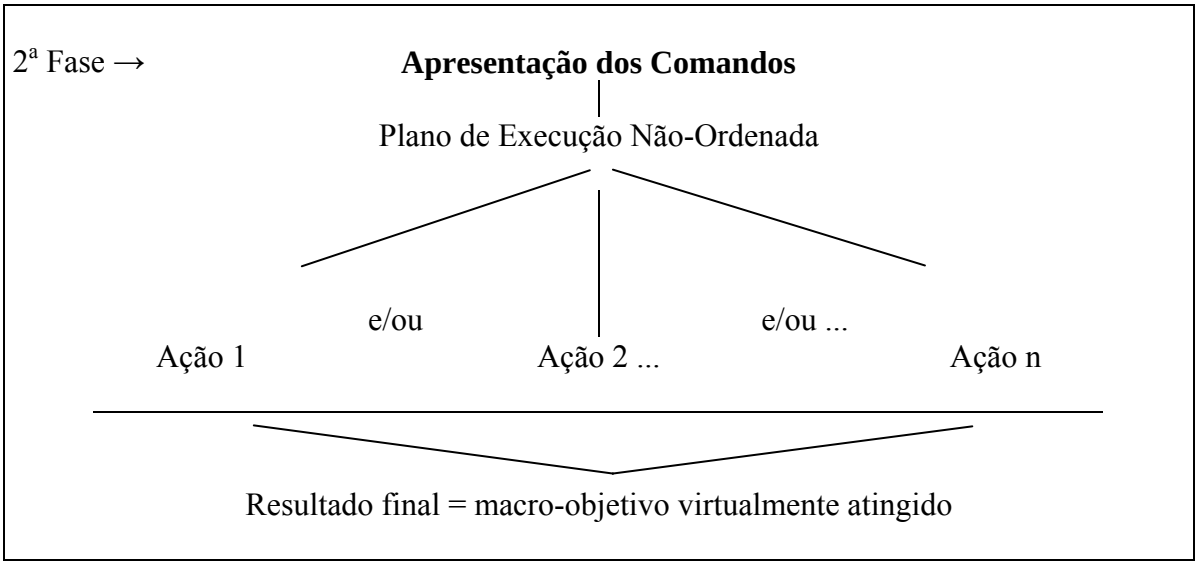
Deixe o parceiro deitar em seu colo. Toque-o no rosto, nos cabelos e depois no corpo. Curtam a massagem sem pressa de partir para o sexo.

Abra o jogo sobre o que a excita. Carícias bem-feitas são o melhor combustível para o desejo. Tenha uma conversa franca com ele. "Isso vai aproximá-los, e o sexo vai ficar ótimo", completa.

Revista Cláudia – Mar/2002

No exemplo (11), o texto de *conselho* tem como *macro-objetivo acional* "saber como se tornar uma mulher sedutora". Nele, o autor da produção textual apresenta 6 *comandos* principais que revelam como alguém deve se comportar diante de uma situação inter-pessoal problemática. O comportamento recomendado envolve a realização de diversas ações (elogiar-se; ser menos autocrítica; prestar atenção nos pequenos prazeres da vida; decorar o quarto como um santuário; etc.), as quais não obedecem a uma ordenação fixa – pode ser seguida uma ou outra ou, ainda, todas a depender de situação de cada leitor. Seguindo esta linha de raciocínio, os textos pertencentes a esta categoria, por tendência, organizam-se segundo o modelo abaixo:

Esquema 3 – Apresentação dos comandos em textos de conselho

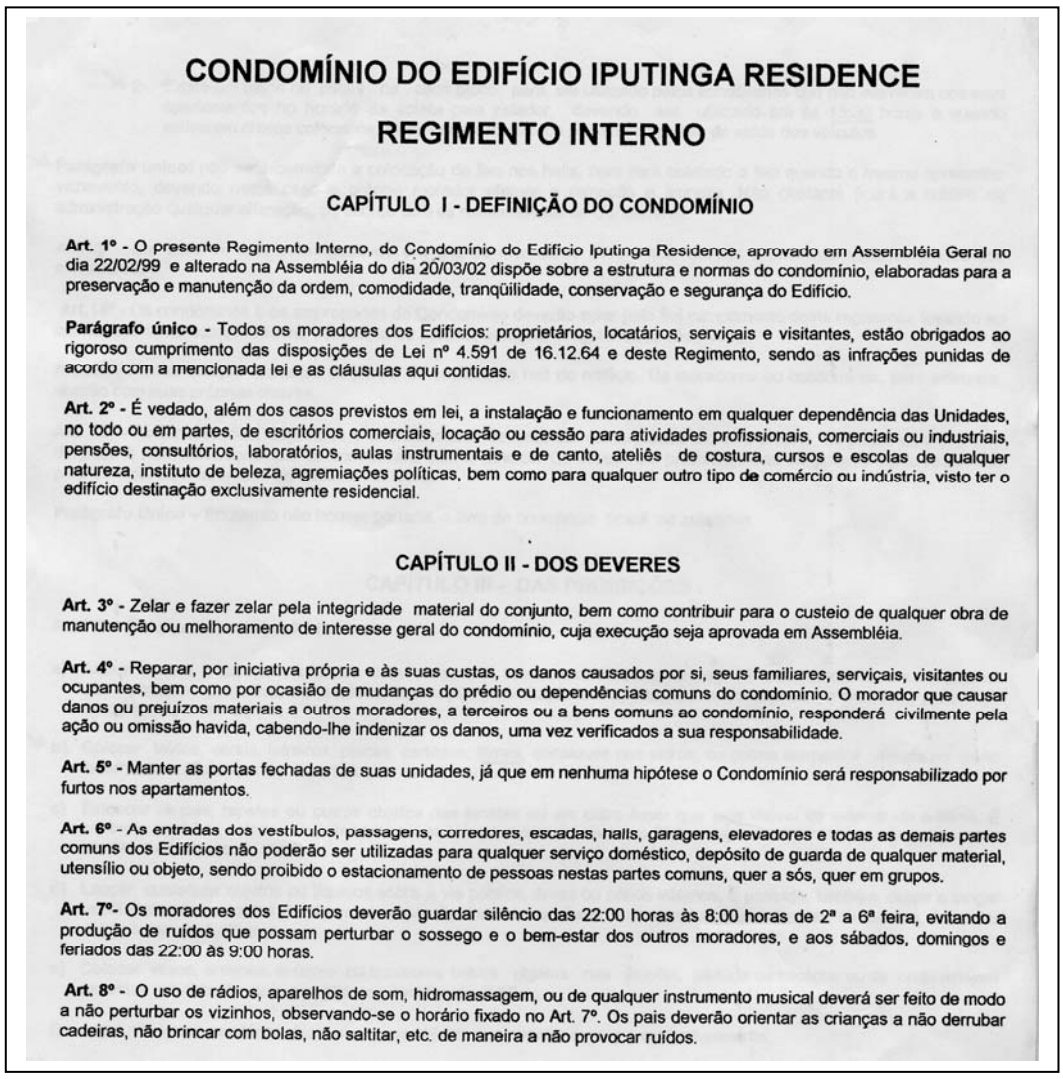


Em gêneros que seguem tal orientação, como os *conselhos médicos*, por exemplo, é importante que todos os comandos sejam seguidos; já nos *horóscopos*, *conselhos de beleza* ou *de comportamento* um comando pode ser importante para um leitor, mas irrelevante para um outro. Contudo, vale ressaltar que enquanto que o cumprimento da seqüência de ações indicada num texto instrucional-programador é uma garantia para que o macro-objetivo acional seja atingido, nos textos de conselho, o

cumprimento dos comandos sugeridos não garante de forma alguma a mesma proeza; isto porque, no primeiro caso, temos um plano de execução baseado em princípios técnicos e objetivos ao passo que, no segundo caso, este plano depende muito mais da subjetividade das relações humanas.

Finalmente, em textos reguladores-prescritivos, a fase de *apresentação de comandos* se processa, assim como ocorre nos textos de conselho, conforme um plano de execução não-ordenada, todavia, o cumprimento a todos os comandos determinados será pré-requisito para a obtenção de um resultado final satisfatório. O *regimento*, (12), comprova-nos a referida tese:

(12)



CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO IPUTINGA RESIDENCE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO DO CONDOMÍNIO

Art. 1º - O presente Regimento Interno, do Condomínio do Edifício Iputinga Residence, aprovado em Assembléia Geral no dia 22/02/99 e alterado na Assembléia do dia 20/03/02 dispõe sobre a estrutura e normas do condomínio, elaboradas para a preservação e manutenção da ordem, comodidade, tranqüilidade, conservação e segurança do Edifício.

Parágrafo único - Todos os moradores dos Edifícios: proprietários, locatários, serviçais e visitantes, estão obrigados ao rigoroso cumprimento das disposições de Lei nº 4.591 de 16.12.64 e deste Regimento, sendo as infrações punidas de acordo com a mencionada lei e as cláusulas aqui contidas.

Art. 2º - É vedado, além dos casos previstos em lei, a instalação e funcionamento em qualquer dependência das Unidades, no todo ou em partes, de escritórios comerciais, locação ou cessão para atividades profissionais, comerciais ou industriais, pensões, consultórios, laboratórios, aulas instrumentais e de canto, ateliês de costura, cursos e escolas de qualquer natureza, instituto de beleza, agremiações políticas, bem como para qualquer outro tipo de comércio ou indústria, visto ter o edifício destinação exclusivamente residencial.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES

Art. 3º - Zelar e fazer zelar pela integridade material do conjunto, bem como contribuir para o custeio de qualquer obra de manutenção ou melhoramento de interesse geral do condomínio, cuja execução seja aprovada em Assembléia.

Art. 4º - Reparar, por iniciativa própria e às suas custas, os danos causados por si, seus familiares, serviçais, visitantes ou ocupantes, bem como por ocasião de mudanças do prédio ou dependências comuns do condomínio. O morador que causar danos ou prejuízos materiais a outros moradores, a terceiros ou a bens comuns ao condomínio, responderá civilmente pela ação ou omissão havida, cabendo-lhe indenizar os danos, uma vez verificados a sua responsabilidade.

Art. 5º - Manter as portas fechadas de suas unidades, já que em nenhuma hipótese o Condomínio será responsabilizado por furtos nos apartamentos.

Art. 6º - As entradas dos vestíbulos, passagens, corredores, escadas, halls, garagens, elevadores e todas as demais partes comuns dos Edifícios não poderão ser utilizadas para qualquer serviço doméstico, depósito de guarda de qualquer material, utensílio ou objeto, sendo proibido o estacionamento de pessoas nestas partes comuns, quer a sós, quer em grupos.

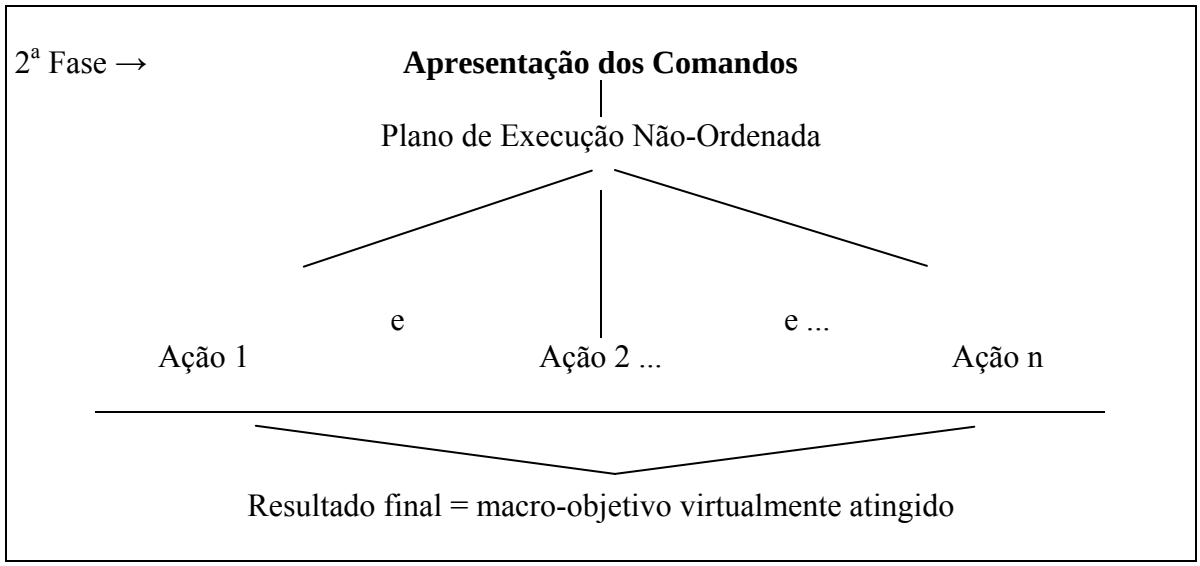
Art. 7º- Os moradores dos Edifícios deverão guardar silêncio das 22:00 horas às 8:00 horas de 2ª a 6ª feira, evitando a produção de ruídos que possam perturbar o sossego e o bem-estar dos outros moradores, e aos sábados, domingos e feriados das 22:00 às 9:00 horas.

Art. 8º - O uso de rádios, aparelhos de som, hidromassagem, ou de qualquer instrumento musical deverá ser feito de modo a não perturbar os vizinhos, observando-se o horário fixado no Art. 7º. Os pais deverão orientar as crianças a não derrubar cadeiras, não brincar com bolas, não saltitar, etc. de maneira a não provocar ruídos.

Recife – PE – Jan/2002

O *macro-objetivo acional* do texto "Condomínio do Edifício Iputinga Residence: Regimento Interno" consta em saber como "enquadrar-se nas regras da boa-convivência coletiva em condomínio". Aqui, a obtenção deste objetivo depende do cumprimento de todas as ações ("Art. 3º – Zelar e fazer zelar pela integridade material do conjunto (...) Art. 6º – As entradas dos vestíbulos, passagens, corredores (...) não poderão ser utilizadas para qualquer serviço doméstico ...") estabelecidas pelos *comandos* independente de uma ordem hierárquica. Diante do exposto, a apresentação dos comandos em textos reguladores-prescritivos, freqüentemente, se dá mediante o seguinte perfil:

Esquema 4 – Apresentação dos comandos em textos reguladores-prescritivos



Em relação aos comandos indicados nos gêneros textuais enquadrados neste agrupamento, apesar de não haver uma ordenação no seu plano de execução, todas as ações devem ser executadas ao mesmo tempo. Gêneros como *leis*, *regimentos*, *estatutos*, etc. instauram-se em relações pragmáticas que revelam que o macro-objetivo acional é um fruto de uma imposição de um grupo reconhecido e legitimado socialmente e, portanto, se o leitor não cumprir os comandos estabelecidos será penalizado; já em relação a textos como *regras de jogo*, as relações pragmáticas geradas pelo gênero textual indicam que o

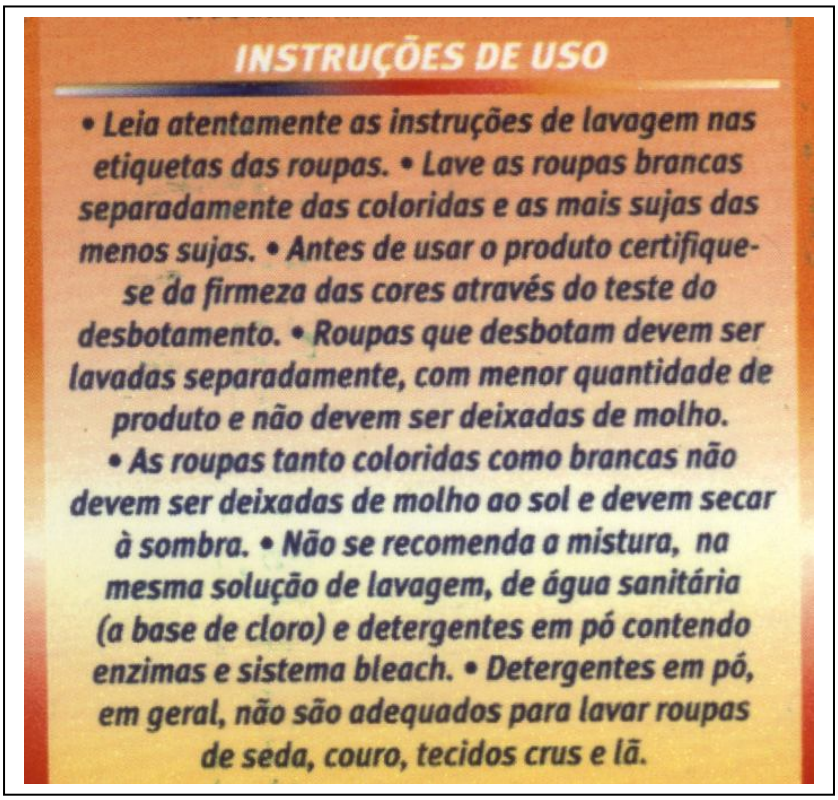
cumprimento dos comandos é de fundamental importância para que haja um consenso/entendimento entre os indivíduos no que tange a regulação de suas ações.

Diante da análise das características que permeiam a fase de *apresentação dos comandos*, é possível categorizar os *comandos* explicitados no plano de execução levando-se em consideração critérios como: necessidade de realização para se chegar ao objetivo final; grau de dependência ao macro-objetivo acional; e tempo de realização.

Quanto à necessidade de realização de um *comando* para que se chegue ao objetivo final regido pela injunção, os *comandos* podem ser **obrigatórios** ou **opcionais**.

a) **Obrigatórios** – aqueles que precisam ser executados, caso contrário o macro-objetivo acional estará fadado a não ser atingido. No exemplo (13), na seção "Instruções de uso" inserida no *rótulo* do sabão em pó OMO, encontramos nove comandos obrigatórios:

(13)


INSTRUÇÕES DE USO
• Leia atentamente as instruções de lavagem nas etiquetas das roupas. • Lave as roupas brancas separadamente das coloridas e as mais sujas das menos sujas. • Antes de usar o produto certifique-se da firmeza das cores através do teste do desbotamento. • Roupas que desbotam devem ser lavadas separadamente, com menor quantidade de produto e não devem ser deixadas de molho. • As roupas tanto coloridas como brancas não devem ser deixadas de molho ao sol e devem secar à sombra. • Não se recomenda a mistura, na mesma solução de lavagem, de água sanitária (a base de cloro) e detergentes em pó contendo enzimas e sistema bleach. • Detergentes em pó, em geral, não são adequados para lavar roupas de seda, couro, tecidos crus e lã.

Omo - Recife-PE – Jan/2002

O consumidor do sabão OMO deverá cumprir as ações expressas em cada um dos nove *comandos* assinalados – 1ª) ler (e, conseqüentemente, seguir) as instruções de lavagem nas etiquetas das roupas; 2ª) lavar roupas brancas separadas das de cor e muito sujas das pouco sujas; 3ª) realizar o teste de desbotamento; 4ª) lavar em separado roupas que desbotam; 5ª) Não deixar de molho roupas que desbotam; 6ª) não deixar as roupas de molho ao sol; 7ª) secar as roupas à sombra; 8ª) não misturar, na lavagem, o sabão OMO com outros produtos; e 9ª) não lavar roupas de seda, couro, tecidos crus e lã com o sabão OMO – para que as roupas não sejam prejudicadas após o processo de lavagem, logo estes *comandos* são de natureza obrigatória. Todavia, constatamos que entre os comandos obrigatórios pode haver uma hierarquia, ou seja, o cumprimento de um deles pode ser mais importante para o processo do que o cumprimento de outros. No caso do exemplo (13), o descumprimento do comando "Roupas que desbotam devem ser lavadas separadamente" certamente acarretará prejuízos ao macro-objetivo *evitar danos às roupas na lavagem com o sabão OMO* visto que roupas que desbotam mancham roupas que não desbotam quando misturadas numa lavagem. Por outro lado, apesar de ser importante que o leitor cumpra o comando "Antes de usar o produto certifique-se da firmeza das cores através do teste do desbotamento" para que não haja problemas no processo de lavagem com o sabão OMO, a não observância desta instrução nem sempre prejudicará a atividade desenvolvida.

Vale ressaltar que os comandos obrigatórios podem, ainda, apresentar-se como **eventuais** ou **alternativos**:

Os **eventuais** são aqueles que só precisam ser realizados mediante uma necessidade do processo desencadeado pela injunção ou do leitor que praticará a ação requerida.

I. condição do processo:

No texto “Instruções para instalação do CD-ROM UOL”, exemplo (14), verificamos a presença de comandos cuja realização está vinculada a uma condição especial do processo desencadeado por injunção:

(14)

Instruções para Instalação do CD-ROM UOL
UOL
O melhor da internet.
1. a) Coloque este CD-ROM no leitor de CD;
b) Ele deverá abrir automaticamente.
2. c) Siga as instruções da tela.
3. Caso o programa não execute automaticamente após 15 segundos, faça o seguinte:
a) Clique duas vezes em "Meu Computador" na área de trabalho;
b) Clique duas vezes em seu leitor de CD-ROM;
c) Clique duas vezes em cd_uol.exe;
d) Aguarde a tela inicial e siga as instruções.
Dúvidas na instalação ? Ligue:
0800 703 1000
Código da Promoção:
VEJA0202
Promoção válida até: 29/01/2003
CENTRAL DE ATENDIMENTO UOL 0800 703 1000

Recife-PE – Abr/2002

Em (14), os *comandos* “Coloque o CD-ROM no leitor de CD ” e “Siga as instruções da tela” são comandos **obrigatórios**, pois a não observância à execução dos mesmos acarretará problemas quanto à obtenção do macro-objetivo *instalar o programa OUL*; já o demais *comandos* “Clique duas vezes em ‘Meu Computador’ na área de trabalho”, “Clique duas vezes em seu leitor de CD-ROM”, “Clique duas vezes em cd_uol.exe” e “Aguarde a tela inicial e siga as instruções” são comandos **obrigatórios eventuais**, visto que só serão realizado diante de uma necessidade requerida pelo

"processo" desencadeado sob injunção, isto é, "Caso o programa não execute automaticamente após 15 segundos".

II. Condição do leitor:

Do mesmo modo, em (15), texto "Efeito Jade na maquiagem", vimos a existência de comandos eventuais que orientam as leitoras da revista Manequim sobre quais os segredos para maquiar seu olhos de forma similar à maquiagem usada por uma personagem de uma novela de TV:

(15)

Efeito Jade na maquiagem

As mulheres que se encantaram com os olhos de Jade, na novela O Clone, têm motivos para ficar felizes: as tendências de inverno pedem olhos bem marcados, com pálpebras delineadas e muito rímel – visual parecido com o da personagem, mas bem menos carregado. Anote as dicas da maquiadora Alba Licínia, de Belo Horizonte:

• Para suavizar olhos grandes faça com que o traço do delineador termine inclinado, em direção à sobrancelha.

• Ao aplicar sombras escuras, esfume bem nos cantos externos.

• Contorne os olhos com sombra molhada, delineador, lápis ou kajal – o que for mais fácil de usar.

• Se tiver olhos pequenos, evite delineá-los internamente.

• Nos lábios use apenas gloss ou batom cor de boca.

João Miguel Júnior

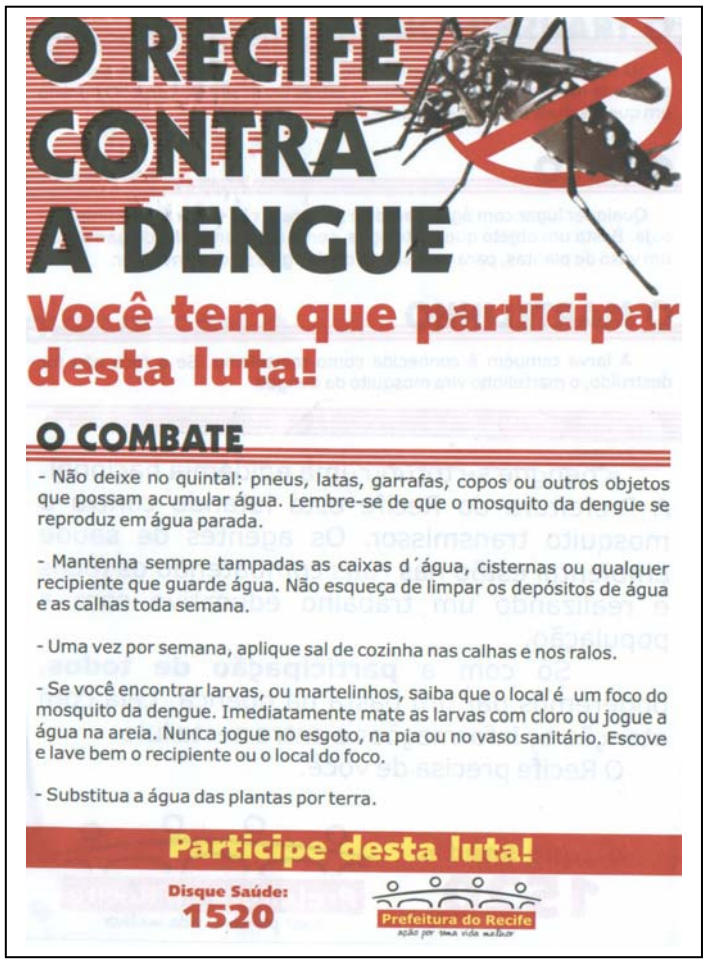
Revista Manequim – Mar/2002

No *manual de* beleza, exemplo (15), há dois comandos cuja realização é condicionada por uma necessidade específica do leitor do texto – o comando "faça com que o traço do delineador termine inclinado, em direção à sobrancelha" será executado apenas por leitores cujos olhos sejam grandes, ao passo que o comando "evite delineá-los (os olhos) internamente", por leitores que tenham olhos pequenos.

Os **alternativos** são dois ou mais *comandos obrigatórios* que se apresentam no plano de execução desempenhando a mesma função operacional. O leitor

do texto, assim, escolherá um deles para seguir. Em (16), texto "Recife contra a dengue – você tem que participar desta luta", vimos que, no combate ao mosquito da dengue, ao encontrar larvas do inseto, para exterminá-las, o cidadão terá à sua disposição duas formas distintas (instruídas por *comandos alternativos*) de fazê-lo:

(16)


O RECIFE CONTRA A DENGUE
Você tem que participar desta luta!
O COMBATE
- Não deixe no quintal: pneus, latas, garrafas, copos ou outros objetos que possam acumular água. Lembre-se de que o mosquito da dengue se reproduz em água parada.
- Mantenha sempre tampadas as caixas d´água, cisternas ou qualquer recipiente que guarde água. Não esqueça de limpar os depósitos de água e as calhas toda semana.
- Uma vez por semana, aplique sal de cozinha nas calhas e nos ralos.
- Se você encontrar larvas, ou martelinhos, saiba que o local é um foco do mosquito da dengue. Imediatamente mate as larvas com cloro ou jogue a água na areia. Nunca jogue no esgoto, na pia ou no vaso sanitário. Escove e lave bem o recipiente ou o local do foco.
- Substitua a água das plantas por terra.
Participe desta luta!
Disque Saúde:
1520
Prefeitura do Recife
Prefeitura da Cidade do Recife -PE – Jan/2002

Em (16), o autor do *panfleto*, a Prefeitura do Recife, informa ao cidadão da metrópole que diante de um foco de larvas do agente causador da dengue o indivíduo poderá executar o *comando* "Imediatamente mate as larvas com cloro" ou realizar um outro *comando* que exclui a execução do comando anterior "jogue a água na areia."

b) **Opcionais** - aqueles cuja execução não é condição essencial para que o macro-objetivo seja contemplado. São *comandos* que estão ligados a uma atitude de escolha por parte do leitor-usuário do texto, conforme podemos constatar no exemplo (17).

(17)

cozinha da leitora

As suas receitas de sucesso

"Quem não aprecia maçã pode substituí-la por banana cortada em rodelas. A combinação com groselha também fica ótima."

Juliana Costa Thomaz Tramarin, Itanhaém, SP

Prato Art Mix

BOLO DE MAÇÃ

Ingredientes

3 ovos
2 xícaras (chá) de açúcar
100 g de margarina
1 xícara (chá) de leite
3 xícaras (chá) de farinha de trigo
1 colher (chá) de fermento em pó
1 e ½ maçã cortada em rodelas
1 copo (tipo requeijão) de groselha

Bata as claras em neve e reserve. Bata o açúcar, a margarina e as gemas na batedeira até obter um creme. Adicione o leite e a farinha e bata até misturar bem. Tire da batedeira e acrescente o fermento em pó e, por último, as claras em neve. Mexa delicadamente. Distribua as rodelas de maçã no fundo e nas laterais de uma fôrma de anel com 24 cm de diâmetro. Derrame a groselha sobre as maçãs com cuidado e, por cima, despeje a massa. Leve ao forno (180°C), preaquecido, por cerca de 35 minutos. Desenforme ainda quente.

Rendimento: 10 porções

Revista Manequim – Fev/2002

Em (17), verificamos que todos os *comandos* referentes ao preparo do bolo de maçã, como "bata a clara em neve" e "desenforme ainda quente", são obrigatórios pois designam ações que o leitor/usuário do texto deve realizar, caso contrário o bolo não sairá como previsto. No entanto, há outros comandos neste texto que aparecem como uma sugestão da "leitora" da revista que enviou a referida *receita* e se diferenciam dos demais por não terem um caráter de obrigatoriedade. Os comandos "Quem não aprecia maçã *pode substituí-la por banana cortada em rodelas*. *A combinação com groselha também fica ótima.*" (*grifo nosso)* podem ser considerados como opcionais já que a sua realização só dependerá da escolha do leitor.

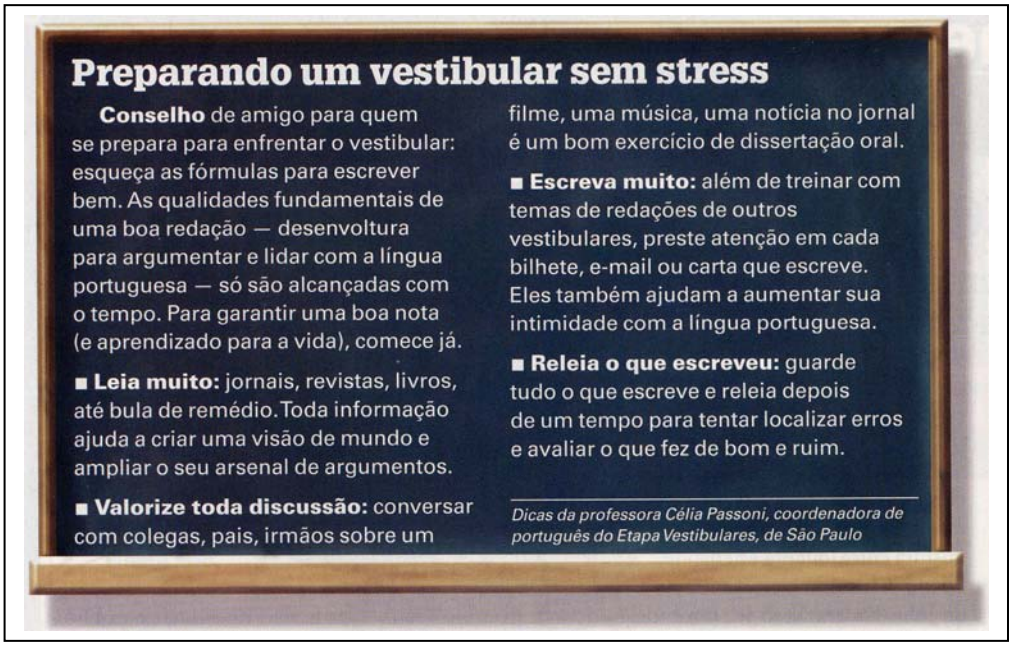
Quanto ao grau de dependência ao macro-objetivo acional, os comandos podem ser:

a) **principais** – aqueles cuja temática está associada diretamente ao macro-objetivo acional.

b) **subordinados** – aqueles que têm uma relação indireta com o macro-objetivo-acional visto que atuam no sentido de explicar ou ampliar o sentido de um *comando* anterior.

O exemplo (18) ilustra bem a ocorrência de comandos principais e subordinados:

(18)



Preparando um vestibular sem stress

Conselho de amigo para quem se prepara para enfrentar o vestibular: esqueça as fórmulas para escrever bem. As qualidades fundamentais de uma boa redação — desenvoltura para argumentar e lidar com a língua portuguesa — só são alcançadas com o tempo. Para garantir uma boa nota (e aprendizado para a vida), comece já.

■ **Leia muito:** jornais, revistas, livros, até bula de remédio. Toda informação ajuda a criar uma visão de mundo e ampliar o seu arsenal de argumentos.

■ **Valorize toda discussão:** conversar com colegas, pais, irmãos sobre um filme, uma música, uma notícia no jornal é um bom exercício de dissertação oral.

■ **Escreva muito:** além de treinar com temas de redações de outros vestibulares, preste atenção em cada bilhete, e-mail ou carta que escreve. Eles também ajudam a aumentar sua intimidade com a língua portuguesa.

■ **Releia o que escreveu:** guarde tudo o que escreve e releia depois de um tempo para tentar localizar erros e avaliar o que fez de bom e ruim.

Dicas da professora Célia Passoni, coordenadora de português do Etapa Vestibulares, de São Paulo

Revista Galileu – Mar/2002

No texto de *conselho* "Preparando um vestibular sem stress", vimos quatro comandos obrigatórios principais que devem ser seguidos para que o estudante atinja o macro-objetivo acional, ou seja, garanta uma boa nota no vestibular e aprendizado para a vida – "Leia muito", "Valorize toda discussão", "Escreva muito" e "Releia o que escreveu". Observamos também a presença de quatro comandos subordinados, dois deles associados ao comando "Escreva muito" e outros dois ao comando "Releia o que escreveu". O *comando* "Escreva muito", como mencionamos, é considerado um comando

principal, pois sua temática está diretamente relacionada ao macro-objetivo acional do texto; de outro modo, os comandos "além de treinar com temas de redações de outros vestibulares" e "preste atenção em cada bilhete, e-mail ou carta que escreve" funcionam como uma extensão do comando anterior "releia o que escreveu", estando diretamente subordinados a este e indiretamente ao macro-objetivo acional, sendo, portanto, comandos **subordinados** a um comando principal. O mesmo ocorre com os *comandos* "guarde tudo que escreve" e "releia depois de um tempo" que se subordinam ao comando principal "Releia o que escreveu".

Quanto ao tempo de realização, os comandos, uns em relação aos outros, podem ser :

a) **simultâneos** – aqueles que podem ser realizados ao mesmo tempo. No texto de *conselho* "violência para menores", exemplo (09), (p.54), e no texto *regulador-prescritivo* "Condomínio do Edifício Iputinga Residence: Regimento Interno", (12), (p.60), os *comandos* explicitados podem ser realizados todos ao mesmo tempo, pois não seguem a uma ordem seqüencial cronológica.

b) **sucessivos** – aqueles que estão dependentes cronologicamente uns dos outros para sua realização. No texto *instrucional-programador* "Bolo de maçã", exemplo (17), (p.67), no trecho referente ao preparo do bolo, a execução de cada *comando* depende da execução prévia de um *comando* explicitado anteriormente, ou seja, os comandos estão associados numa ordem seqüencial cronológica. Para que seja possível a realização do comando "desenforme ainda quente", é necessário que já esteja executado o comando anterior "Leve ao forno (180º), pré-aquecido, por cerca de 35 minutos". Do mesmo modo, para que se concretize a ação de levar a massa do bolo ao forno é imprescindível que as ações expressas pelos comandos "Derrame a groselha sobre as maçãs com cuidado e, por cima, despeje a massa" já tenham sido desenvolvidas, e assim sucessivamente.

De forma similar, no texto “Um guia esperto para você saber como ... pedir perdão”, exemplo (19), percebemos o caráter da cronologia entre os comandos:

(19)

receitas

Um guia esperto para você saber COMO...

perdir perdão

Podemos perder grandes amizades por orgulho de admitir um erro e pedir desculpas. Não é mesmo muito fácil reconhecer que erramos, mas pode ficar mais simples se, em vez de encarar o pedido de perdão como sinal de fraqueza e humilhação, você passar a tratá-lo como sinônimo de segurança, maturidade e comprometimento com uma relação – de amizade, parentesco ou amor. Se você quiser cultivar e fortalecer bons relacionamentos, veja nossas dicas para pedir desculpas com humildade:

1 **Seja honesta.** Só peça desculpas quando estiver arrependida, nunca para amenizar uma situação desconfortável.

2 **Questione-se.** Tenha claro em sua mente porque você está arrependida de algo que fez.

3 **Escreva** seu pedido de perdão em um papel para organizar melhor seus sentimentos e se acalmar antes de formulá-lo.

4 **Ensaie** o que planeja dizer até que se sinta confortável com as palavras.

5 **Mande o pedido de desculpas por carta** caso se sinta muito envergonhada de falar pessoalmente.

6 **Reconheça** suas ações sem tentar se justificar. Focalize no erro e não nos seus motivos.

7 **Não exagere** ou seja piegas. Apenas compartilhe com sua amiga o que sente.

8 **Escute** sem ficar na defensiva. Esteja preparada para ouvir reclamações e mágoas.

9 **Ofereça-se** para fazer o que for preciso para consertar o erro.

10 **Relaxe.** A partir do momento que ela perdoar você, não fique mais tocando no assunto.

11 **Dê um tempo** para o outro pensar. Não fique mal se a pessoa não lhe desculpar imediatamente.

12 **Não envolva outras pessoas.** É muito comum uma terceira pessoa comentar o ocorrido com outros e o caso virar fofoca, piorando ainda mais a situação.

Revista Capricho – Jan/2002

No exemplo (19), observamos a presença de três conjuntos de *comandos* cada qual referente a uma unidade temporal:

1º conjunto - antes de pedir perdão (comandos 2, 3, 4, 5);

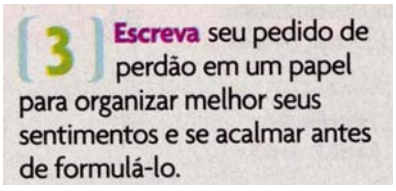
2º conjunto - durante o pedido de perdão (comandos 1, 6, 7, 8, 9, 12);

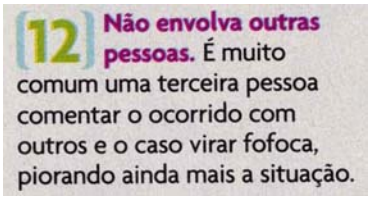
3º conjunto - depois de pedir perdão (10, 11).

Dentro de cada conjunto pode haver *comandos* simultâneos e/ou sucessivos uns em relação aos outros, porém os *comandos* pertencentes ao 2º conjunto são considerados sucessivos em relação aos *comandos* agrupados no 1º conjunto. Do mesmo modo, os comandos relativos ao 3º conjunto só poderão ser executados, após a execução de comandos pertencentes aos conjuntos anteriores.

A terceira e última fase que compõe o protótipo da seqüência injuntiva, *justificativa* tem a sua aparição mais restrita na seqüência e, como já enfatizamos, resulta da decisão do produtor, em face da situação de ação, de esclarecer ao seu destinatário os motivos pelos quais este deve seguir os comandos estabelecidos.

Esta fase da seqüência injuntiva é bastante comum nos *textos de conselho*, como podemos comprovar em trechos extraídos do texto que acabamos de ler, exemplo (19), (p.70):

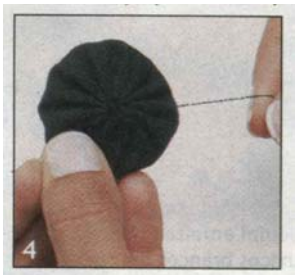



12 Não envolva outras pessoas. É muito comum uma terceira pessoa comentar o ocorrido com outros e o caso virar fofoca, piorando ainda mais a situação.

Nestes trechos, frente ao comando nº 3, "Escreva seu pedido de perdão em um papel", o autor apresenta uma justificativa "para organizar melhor seus sentimentos e se acalmar antes de formulá-los"; do mesmo modo, diante do comando nº 12, "Não envolva outras pessoas", encontra-se o enunciado "É muito comum uma terceira pessoa

comentar o ocorrido com outros e o caso virar fofoca, piorando ainda mais a situação" que funciona como uma explicação que justifica a necessidade de realização daquele comando.

No exemplo (10), (p.56), "Fuxico passo a passo", identificamos a *justificativa* associada a um comando com o objetivo de justificar o porquê da necessidade de execução daquele comando. No trecho



Achate a trouxinha, dando-lhe a forma de fuxico, e faça pontos no centro para que ele não se solte.

temos a tentativa do autor de justificar porque o seu leitor deve fazer pontos no centro do fuxico: *para que ele não se solte*.

No exemplo (12), (p.60), "Condomínio do Edifício Iputinga Residence", os comandos, pela natureza do gênero textual – *regimento* – são tidos como obrigações de caráter inquestionável a serem cumpridas e por tal motivo a aparição da fase de *justificativa* é bastante restrita. Apesar disto, ainda encontramos alguns indícios desta macroproposição, como ocorre no trecho:

Art. 2º - É vedado, além dos casos previstos em lei, a instalação e funcionamento em qualquer dependência das Unidades, no todo ou em partes, de escritórios comerciais, locação ou cessão para atividades profissionais, comerciais ou industriais, pensões, consultórios, laboratórios, aulas instrumentais e de canto, ateliês de costura, cursos e escolas de qualquer natureza, instituto de beleza, agremiações políticas, bem como para qualquer outro tipo de comércio ou indústria, visto ter o edifício destinação exclusivamente residencial.

Em (12), o artigo 2º do regimento traz um comando – "É vedado, (...), a instalação e funcionamento em qualquer dependência das Unidades, de escritórios comerciais, locação ou cessão para atividades profissionais (...), bem como para qualquer outro tipo de comércio ou indústria." – acompanhado de sua respectiva justificatica – "visto ter o edifício destinação exclusivamente residencial.".

Os enunciados que funcionam como *justificativa* reforçam a relevância do(s) comando(s) a ser(em) seguido(s), e assim possuem um cunho persuasivo. Ao justificar, o autor textual aponta, nas entrelinhas do texto, que a execução daquele(s) comando(s) é necessária visto que antecipa, em muitos casos, a solução para um possível problema.

Cabe ainda comentar, em relação ao protótipo da seqüência injuntiva, sobre o *resultado final*. O resultado aqui apontado não constitui em uma nova fase da seqüência, mas representa uma idéia, gerada pelas relações discursivas nas quais o texto injuntivo se insere, de que o macro-objetivo acional será virtualmente atingido. Para tanto, a situação inicial de partida, operada por injunção, sofrerá um processo de transformação ao longo da realização por parte do leitor do plano de execução de comandos formulado pelo autor do texto.

O estudo traçado neste capítulo focalizou-se numa análise macro-estrutural da seqüência injuntiva identificando que, quanto ao seu constructo teórico, esta seqüência textual compõem-se por um protótipo configurado por três fases (macroproposições) – *exposição do macro-objetivo acional*; *apresentação dos comandos* e *justificativa*. Estas fases, como já enfatizamos, estão baseadas em operações discursivas regidas pelo intuito do autor da produção textual em "fazer agir" o seu interlocutor a partir de um "dizer como agir".

Observa-se que, nos textos empíricos, o *esquema* prototípico da seqüência injuntiva, quanto a sua materialização estrutural global, vem a planificar o conteúdo temático de inúmeros gêneros a partir de, entre outros mecanismos, uma estrita associação com recursos não-verbais (componente icônicos e formatação tipográfica especial) os quais contribuem para o processo de construção da informação textual como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A SEQÜÊNCIA INJUNTIVA NA INTEGRAÇÃO DO VERBAL COM O NÃO-VERBAL

O capítulo em questão tem como principal finalidade discutir alguns mecanismos que estão ligados à materialização estrutural global da seqüência injuntiva. Dentre tais mecanismos, nos debruçamos sobre um estudo a respeito das relações existentes entre o texto verbal e os componentes icônicos a ele associados e, ainda, entre o texto verbal e a sua formatação tipográfica. Para fundamentar nossa discussão passamos a nos orientar fundamentalmente pelas idéias de Faria e Zanchetta Jr. (2002), Ganier et al (2001), Santaella e Nöth (1998) e Vanoye (1993).

1. PLANIFICAÇÃO TEXTUAL INJUNTIVA: QUAL O PAPEL DAS IMAGENS?

As operações que regem a escolha e o uso da seqüência injuntiva envolvem dimensões cognitivas, discursivas e interacionais da linguagem. Nos textos, estas operações podem ser expressas e tipificadas através de elementos lingüísticos e/ou extra-linguísticos que comportam certas regularidades.

É bastante comum que a planificação de um texto pela seqüência injuntiva se apresente a partir de uma relação complementar entre elementos de natureza lingüística e componentes icônicos (fotografias, desenhos, etc.). Esta associação entre texto verbal e imagem(ns) nos indica que, em geral, a informação explicitada em textos injuntivos nasce da integração entre as duas linguagens, a verbal e a não-verbal.

Observando o nosso *corpus*, conferimos que essa integração apresenta-se sob duas vertentes principais: textos visuoverbais e textos infográficos. Chamamos de textos visuoverbais (cf. Eco, 1997) aqueles gêneros textuais que são tendencionalmente, em virtude da sua própria natureza textual-discursiva, compostos a partir de um sistema misto de linguagens (associação de elementos imagéticos e lingüísticos), para exemplificar: *panfletos, rótulos de produtos, cartilhas, cartazes, manuais de instrução*. Já os textos infográficos são aqueles, visuoverbais ou não, que publicados pela imprensa escrita (jornais, revistas, etc.), sofrem um processo de editoração gráfica e plástica que (cf. Faria e Zanchetta Jr., 2002) alia soluções híbridas entre o texto verbal e imagens a fim de concorrer com a linguagem veiculada pelos meios áudio-visuais. Temos como exemplo de ocorrência infográfica no nosso *corpus,* as *receitas culinárias* que ganham uma nova roupagem quando associadas a imagens do seu preparo e consumo; *manuais de instrução* (beleza, confecção de roupa) e *aulas de atividades físicas* que se apresentam bastante

ilustrados por fotografias que produzem um efeito de simulação virtual da realidade; *guia de viagem* e *regras de jogos* associados a mapas e gráficos.

A análise dos textos constituídos por esta integração "texto-verbal + texto-não-verbal" evidenciou-nos que as imagens podem assumir uma função de representação dos processos que regem a configuração prototípica da seqüência injuntiva e, também, agir como uma fonte a mais para o processamento da informação textual.

1.1 IMAGENS REPRESENTANDO O PROTÓTIPO DA SEQÜÊNCIA INJUNTIVA

Desde os primórdios da civilização humana, as imagens têm sido usadas como forma de linguagem. Atualmente, na era da multimídia, mais do que nunca, os indivíduos integram a palavra e a imagem para interagir socialmente.

De acordo com Santaella e Nöth (1998), o mundo das imagens divide-se em dois planos que coexistem intimamente interligados: imagens como *representações visuais*, (desenhos, fotografias, imagens televisivas, etc.), consideradas como objetos materiais ou signos; e imagens como *representações mentais*, o que equivale ao domínio imaterial das imagens na nossa mente. Estas propriedades conferidas à linguagem imagética a fazem ser tomada como objeto de estudo tanto da semiótica como da ciência cognitiva, visto que ainda hoje não existe uma *ciência da imagem*.

Interessa-nos aqui traçar um estudo sobre o papel da imagem no contexto lingüístico verificando, em especial, como se estabelece a sua relação com a linguagem verbal na planificação temática do texto injuntivo e na produção sócio-cognitiva das informações.

Sendo assim, constatamos que as imagens configuram o protótipo da seqüência injuntiva apresentando uma representação sobre três perspectivas:

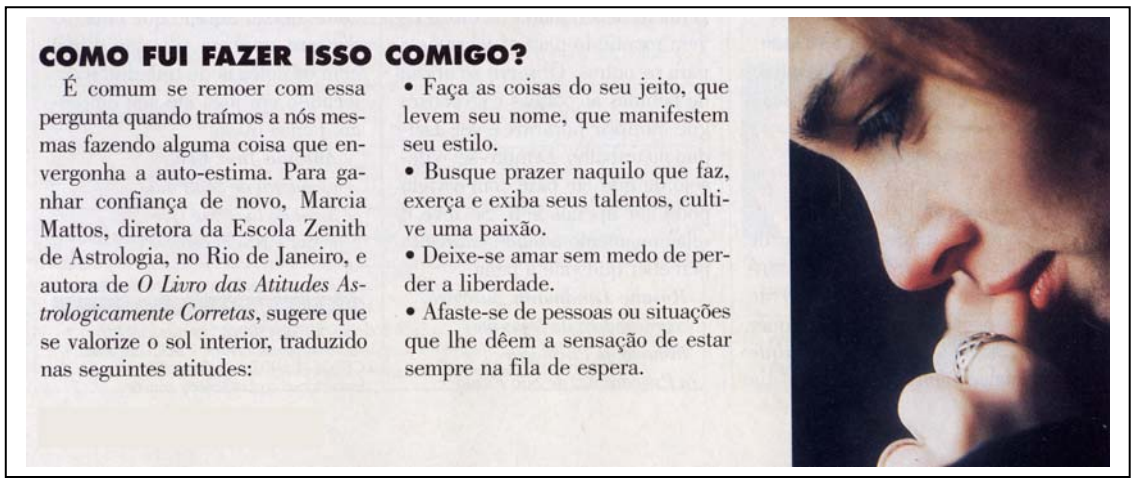
1) o *estado inicial de partida* que será desencadeado pela injunção;

2) o processo de realização do *plano de execução dos comandos*; e/ou

3) o *resultado final* do processo que representa o *macro-objetivo acional virtualmente atingido.*

No primeiro caso, representação do *estado inicial de partida*, a imagem vem a indicar ao leitor-utilizador sobre que tipo de referente do mundo extra-lingüístico ele deverá atuar após colher as informações mediadas pelo texto injuntivo com o qual se depara, o que podemos observar no exemplo (20):

(20)



COMO FUI FAZER ISSO COMIGO?

É comum se remoer com essa pergunta quando traímos a nós mesmas fazendo alguma coisa que envergonha a auto-estima. Para ganhar confiança de novo, Marcia Mattos, diretora da Escola Zenith de Astrologia, no Rio de Janeiro, e autora de *O Livro das Atitudes Astrologicamente Corretas*, sugere que se valorize o sol interior, traduzido nas seguintes atitudes:

- Faça as coisas do seu jeito, que levem seu nome, que manifestem seu estilo.
- Busque prazer naquilo que faz, exerça e exiba seus talentos, cultive uma paixão.
- Deixe-se amar sem medo de perder a liberdade.
- Afaste-se de pessoas ou situações que lhe dêem a sensação de estar sempre na fila de espera.

Revista Cláudia – Fev/2002

Em (20), a imagem permite ao leitor visualizar uma pessoa que aparentemente está passando por um problema pessoal relativo à baixa auto-estima. A fotografia associada ao texto verbal vem a representar um *estado inicial de partida* que o destinatário do texto identificará como um problema a ser resolvido. Em gêneros textuais como *manual de artesanato* e *manual de beleza*, este tipo de associação entre seqüência injuntiva e imagens é comum. Neles, inúmeras vezes, ocorre a presença de uma imagem

que vem a representar o *estado inicial de partida* em contra-ponto a outra que representa o *resultado final* de um processo que será desencadeado sob injunção, como podemos observar no exemplo (21):

(21)

A escova vai
durar mais
Se você tem cabelo ondulado...
ANTES
■ Depois de lavar a cabeça, enxugue os fios com uma toalha, desembarace e use o secador para retirar a umidade. Aplique o equivalente a uma colher de sobremesa de leave-in com efeito alisante e protetor, como o Nutri-Liss Tratamento Creme Lissant, Kérastase Nutritive, 24,50 reais. Espalhe uma quantidade maior do meio para as pontas e o restante próximo à raiz.
■ Divida o cabelo em três partes. "As linhas divisórias devem ser horizontais e paralelas à ponta do nariz", explica Júlio. Deixe apenas a parte inferior solta e trabalhe com uma mecha de cada vez com uma escova redonda de tamanho médio. Atenção: a escova deve deslizar sobre os fios. Puxe até alcançar a metade do comprimento dos fios e aproxime bem o secador para que a raiz possa ser alisada. Retire a escova, posicione-a agora por baixo dos fios e deslize até a ponta. Use a mesma técnica para modelar o restante do cabelo.
■ Para evitar o visual gatinha (totalmente fora de moda), com as pontas viradas para baixo, coloque cada mecha entre duas escovas redondas e grandes e deslize-as simultaneamente. Em seguida, aplique chapinha para dar acabamento e brilho. Finalize com alguns jatos de spray fixador. Uma boa sugestão é o Laque Professionnelle, Infinium Finition, L'Oréal Professionnel, 43,30 reais).

Revista Cláudia – Abr/2002

O texto exemplificado em (22) é um *manual de beleza* cujas imagens do *estado inicial* e do *resultado final* servem de guia comparativo para se ter uma noção sobre

o grau de transformação que o “produto” sofrerá e para se avaliar se o resultado em questão será satisfatório. Por vezes, a representação do *estado inicial de partida* por uma imagem pode se dá através de uma ilustração das partes de um “produto” que será confeccionado, o que nos revela o *manual de confecção* abaixo, exemplo (22):

(22)

190★★★
VESTIDO
Tam. 42 Folha 1

Peças de 1 a 4
Riscado com vermelho

TECIDO - Popeline
METRAGEM - 1,20 m com 1,40 m de largura (modelo com 1,05 m de comprimento)

Leia Instruções Gerais

CORTE

1 - FRENTE SUPERIOR. **2** - COSTAS SUPERIORES - Corte cada peça quatro vezes.
3 - FRENTE INFERIOR - Corte uma vez, formando uma peça inteira.
4 - COSTAS - Corte duas vezes.
A - VIÉS - Uma tira de 34 cm com 4

Plano de Corte

cm de largura.
B - ALÇAS - Duas tiras de 95 cm e 6 cm com 3 cm de largura.

MONTAGEM

- Franza o centro da frente superior. Una as peças superiores da frente com uma costura pelo centro.
- Feche as laterais superiores, unindo frente e costas das peças externas e internas, separadamente.
- Vinque as alças e alcinhas ao meio no comprimento, direito sobre direito. Costure pelas bordas maiores. Revire, avesso sobre avesso.
- Junte as peças externas e internas, direito sobre direito, com uma costura pelas bordas do decote e das cavas, prendendo as alças nos lugares indicados. Revire, avesso sobre avesso.
- Feche as pences. Una as costas inferiores com uma costura pelo centro.
- Arremate o decote das costas com o viés em rolotê (veja no modelo 211).
- Prenda a borda da parte externa superior sobre o direito das peças inferiores. Embainhe a borda da parte interna sobre o avesso da costura e pesponte rente. Pesponte a 0,70 cm do centro da frente superior.
- Faça a bainha inferior.

Revista Manequim - Mar/2002

Em (22), vê-se a imagem do resultado final desejado, a fotografia e o desenho da roupa a ser costurada, e um gráfico que representa o **plano de corte** da vestimenta. Este gráfico, de certo modo, é o retrato do *estado de partida* visto que indica como as partes que comporão o vestido (as partes de um todo) deverão está disposta no tecido para o **corte** (1º comando da injunção).

No segundo caso, imagem representando o *processo de realização do plano de execução dos comandos*, vimos, em textos como *receitas culinárias*, *manuais* (beleza, confecção, instalação, artesanato, etc.), *aulas de atividades físicas*, *cartilhas*, *conselhos de saúde*, uma constância em se integrar as informações textuais verbalizadas pela seqüência injuntiva a imagens. Essa integração se dá, freqüentemente, através de uma correlação entre os comandos e as imagens o que configura uma visualização do processo de transformação de um *estado inicial* desencadeado por injunção a um *estado final*.

No exemplo (21), (p.78), "A escovas vai durar mais", é possível verificar a correlação mencionada anteriormente.

1

2

3

Neste *manual*, para cada *comando* explicitado textualmente pela seqüência injuntiva e avaliado pelo produtor do texto com relevante, há uma imagem equivalente interligada. Em (21), a imagem 1 retrata a ação a ser desenvolvida sob o comando "espalhe uma quantidade maior (produto leave-in) do meio para as pontas e o restante próximo à raiz". A imagem 2 relaciona-se com os comandos "puxe (a escova) até alcançar a metade do comprimento do fios" e "aproxime bem o secador", além de mostrar a divisão do cabelo em partes solicitada pelo comando "Divida o cabelo em três partes", e a imagem 3 retrata os comandos

“coloque cada mecha entre duas escovas redondas e grandes e deslize-as simultaneamente”. Assim, o texto além de apresentar um plano de execução de comandos na forma verbal, também apresenta um conjunto de imagens dispostas em seqüência que permite ao leitor remontar este plano de execução visualmente, isto é, sob uma dimensão visual e espacial.

Neste sentido, a imagem e a palavra assumem relações de referência recíprocas em que, durante a leitura, a atenção do leitor dirige-se tanto da imagem à palavra, como da palavra à imagem (cf. Santaella e Nöth, 1998:55). Neste caso, a articulação do verbal com o não-verbal está regida por operações discursivas em que um autor visa a “fazer agir” o seu destinatário mostrando o “como agir”.

Por fim, vimos que a imagem também possui a propriedade de representar o *resultado final*, o *macro-objetivo acional* da seqüência injuntiva como virtualmente atingido. Nos exemplos (17) (p.67), (21) (p.78) e (22) (p.79), “Bolo de maçã”, “A escova vai durar mais” e “vestido 190”, respectivamente, observamos que este recurso serve de base de orientação para que o leitor do texto tenha um previsão sobre o provável resultado do processo sobre o qual irá operar:

(17)

(21)

(22)

Em (17), temos a imagem do bolo de maçã a ser preparado mediante receita; em (21), a imagem de uma mulher com o cabelo muito bem escovado; e em (22), a imagem do vestido que será confeccionado.

Ao atuar como forma de representação de fases da seqüência injuntiva, integrando-se à linguagem verbal para produção de sentido do texto, as imagens constroem, ainda que artificialmente, a figuração de uma cena que poderia ser real e, deste modo, confere ao texto um estatuto de veracidade.

Dar veracidade às informações textuais faz parte dos objetivos da produção de textos injuntivos não-ficcionais. Isto justifica a constante recorrência a imagens, sobretudo às fotografias, na construção dos mesmos. Conforme Neiva Jr. (1986:67), as fotografias têm um grande poder de representação do real: através delas, o leitor pode idealizar um fato como passível de ocorrência, logo "as imagens fotográficas têm o apelo da evidência, que é por si mesma capaz de nos persuadir".

Direcionando o nosso olhar mais profundamente sobre o texto "A escova vai durar mais", exemplo (21), (p.78), constatamos que todo processo de injunção é remontado fotograficamente dando a impressão de que é passível de realização e que produz resultados eficientes. Neste texto, a imagem do *produto final* é usada como mecanismo de persuasão, correspondendo a 50% do todo textual, chama a atenção do leitor ainda mais para a idealização de um resultado comprovado. Já quanto ao exemplo (17), (p.67), "Bolo de maçã", vimos que a imagem do bolo está em destaque e serve, também, de convite ao leitor para utilização prática da receita publicada na revista.

Faria e Zanchetta Jr. (2002:76), num estudo sobre a linguagem visual na imprensa, apontam que uma das funções da diagramação, projeto gráfico, de um jornal ou revista, é "orientar o caminho da leitura". Essa orientação passa pelo processo de destaque dos elementos verbais ou não-verbais de um texto – manipulando-os quanto ao seu enquadramento, proporção, relação com outros textos, etc – a fim de atingir os propósitos comunicativos desejados. Assim, como já afirmam Fiorin e Platão (1990), o texto não-

verbal cria um efeito de verdade a partir da simulação da realidade, recria e transforma o real a partir da ótica de quem o produz.

1.2 O PROCESSAMENTO INTEGRADO DA INFORMAÇÃO: IMAGENS E LINGUAGEM VERBAL

As imagens associadas à seqüência injuntiva além de, como vimos, assumirem uma função ilustrativa dos processos que regem a configuração prototípica da seqüência, também, podem agir, aliadas com o texto verbal, como uma fonte a mais para o processamento das informações textuais.

Vários autores (entre outros, Farias e Zanchetta Jr., 2002; Santaella e Nöth, 1998, Vanoye,1993) apresentam discussões similares, sobre as funções da imagem no contexto lingüístico, levando-se em consideração o grau de dependência entre o verbal e o não-verbal para informatividade textual. Farias (2002:84) parte do pressuposto de que a imagem pode ser tomada num texto "apenas para ilustrar a informação escrita" ou para, junto à linguagem escrita, construir a informação textual.

Sobre esse aspecto, Santaella e Nöth (1998: 54-55) expõem a idéia de que a imagem, no que tange à sua autonomia ou dependência do verbal, pode apresentar-se sob três prismas:

1º) **Redundância** – "a imagem é inferior ao texto e simplesmente o complementa", ou seja, apresenta-se como um adorno para o texto verbal, com uma função meramente decorativa, uma vez que não contribui para informatividade do texto.

2º) **Complementariedade** – "a imagem e o texto verbal têm a mesma importância", isto é, ambos se integram e se complementam no processamento informativo.

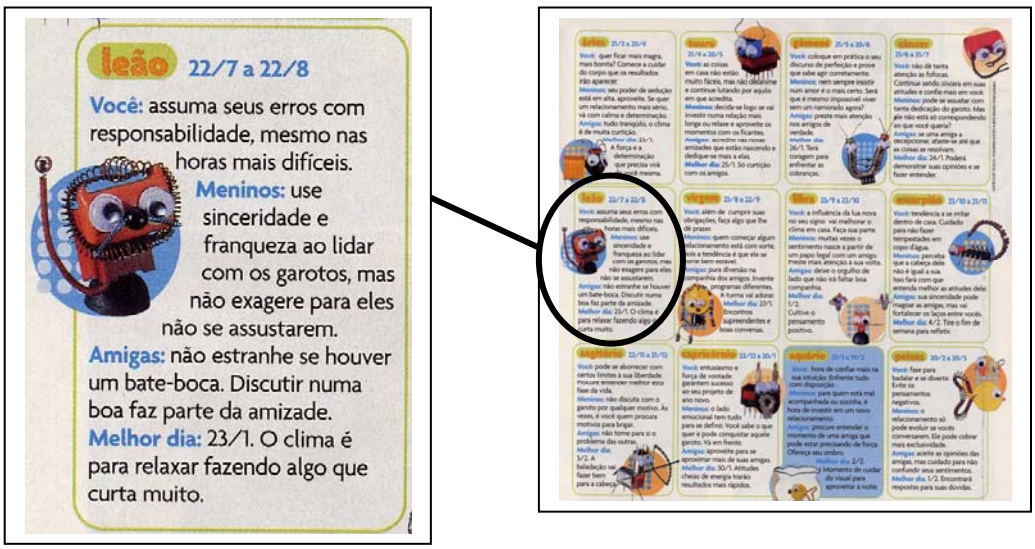
3º) **Informatividade** – "a imagem é superior ao texto", no sentido de que é mais informativa que ele. Nestes termos, a imagem chega a informar mais que a palavra a qual assume uma função acessória à imagem.

Os autores supracitados observam que as relações entre os dois componentes textuais – imagens e escrita – não são inflexíveis ou estanques, pelo contrário, se dão num contínuo que vai do mais baixo nível da redundância ao mais alto nível da informatividade.

As imagens, junto ao texto injuntivo, na maioria dos casos, assumem a função de *complementariedade* - quando atuam no sentido de **reforçar** as informações planificadas verbalmente - ou a função de *informatividade* - ao **completar** as informações expressas lingüisticamente ou ao **substituir** o texto verbal sendo muito mais informativa do que este.

Comprovamos que, nos *textos injuntivos*, a ocorrência da função de *redundância* da imagem em relação ao texto verbal é restrita. Captamos tal função num número ínfimo de gêneros textuais, para citar *horóscopos*, exemplo (04), (p.30):

(04)


leão 22/7 a 22/8
Você: assuma seus erros com responsabilidade, mesmo nas horas mais difíceis.
Meninos: use sinceridade e franqueza ao lidar com os garotos, mas não exagere para eles não se assustarem.
Amigas: não estranhe se houver um bate-boca. Discutir numa boa faz parte da amizade.
Melhor dia: 23/1. O clima é para relaxar fazendo algo que curta muito.

Em (04), a imagem é tomada para ilustrar o signo do zodíaco sobre o qual o texto verbal explanará. Apesar dela não contribuir para a progressão da

informatividade textual, auxilia no mecanismo de leitura seletiva do texto: o desenho guia os olhos do leitor para aquele trecho do texto que o interessa, para as informações textuais referentes ao seu signo ou ao signo de outrem especial. Isto indica que a leitura do gênero *horóscopo* não obedece ao padrão de linearidade como a do gênero *receita culinária*, por exemplo, e, neste caso, o uso da imagem, mesmo com o caráter ilustrativo/decorativo é de fundamental relevância para orientação do leitor.

No exemplo (23), temos um caso de ocorrência típica nos textos injuntivos em que as imagens servem como **reforço** às informações planificadas pela seqüência injuntiva:

(23)

Tylenol – Recife-PE – Mar/2002

O texto “recomendações para o paciente com dor no calcanhar”, um *conselho médico*, a cada comando planificado por injunção há uma imagem correspondente que não só o reforça como também se constituí numa fonte de informação. As imagens, assim como o texto escrito, contribuem para que a progressão da

informatividade textual se estabeleça a partir de um paralelo entre as duas linguagens: a verbal e a não-verbal. Deste modo, o leitor poderá realizar o seu processo de leitura das informações textuais apoiando-se na integração da escrita com a imagem, ou ainda em apenas uma das linguagens.

O uso de imagens no sentido de reforçar as informações planificadas verbalmente é bastante comum em textos injuntivos (*cartilhas, conselhos de saúde, cartazes*, etc.) que se destinam a atingir os diversos segmentos da população, como aqueles de "baixa renda" no nosso país; este tipo de construção textual desempenha um papel sócio-discursivo relevante visto que amplia as possibilidades de leitura, principalmente àqueles menos letrados. As imagens, aqui, vestidas de um caráter didático, entram em consonância com o processo instrucional/pedagógico que sustenta a organização sócio-cognitiva da seqüência injuntiva.

Em determinados casos, na tentativa de ampliação das possibilidades de leitura de um texto injuntivo, o produtor do texto vale-se quase que exclusivamente de imagem, como vemos nos exemplos (24) e (25) a seguir.

(24)

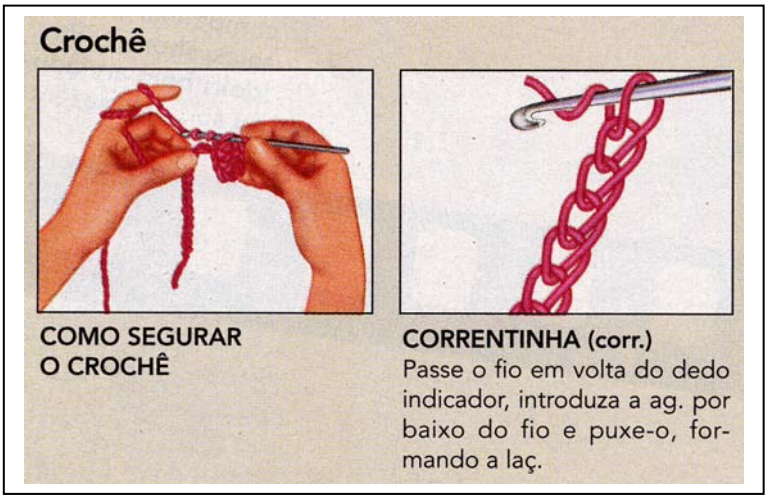
Recife-PE – Abr/2002

Observamos que as condições sócio-discursivas que geram o texto "Instruções de segurança – Varig Brasil 737" estão pautadas em relações interculturais, ou seja, o texto destina-se a leitores de diversas nacionalidades e culturas. Tais condições justificam que a produção deste texto valha-se das imagens como elementos de planificação do conteúdo temático textual. Assim, a representação cognitiva da seqüência injuntiva é expressa textualmente quase que exclusivamente através de componentes icônicos.

Este texto evidencia que a contextualização de uma imagem não depende apenas do contexto verbal. Na disposição ordenada de imagens, uma imagem funciona como contexto da outra, isto é, a articulação seqüencial entre elas, num dado gênero textual, pode garantir a interpretação de cada qual individualmente e, também, do conjunto total. A essa propriedade de inter-relação imagética Santaella e Nöth chamam de *imagem como contexto da imagem* (1998:57).

Em relação ao exemplo (25), que vemos adiante, trecho de um *manual de instrução* que ensina a fazer o ponto de crochê "correntinha", a imagem também tem um papel fundamental para que se compreendam os comandos explicitados pela seqüência injuntiva:

(25)


Crochê
COMO SEGURAR O CROCHÊ
CORRENTINHA (corr.)
Passe o fio em volta do dedo indicador, introduza a ag. por baixo do fio e puxe-o, formando a laç.

Revista Manequim –Mar/2002

No primeiro quadro do exemplo (25), a imagem chega a substituir a seqüência injuntiva, planificando iconicamente o conteúdo temático textual referente ao *plano de execução de comandos*, explanando visualmente como o leitor deve agir para desenvolver a atividade de "crochê". Neste caso, o elemento visual informa mais que a linguagem escrita. No segundo quadro, o componente icônico não chega a substituir, mas vem a complementar a informação planificada verbalmente pela seqüência textual. Este exemplo confirma as palavras de Vanoye (1993:191): "o discurso icônico e o discurso verbal não se opõem e nem se excluem. Eles interagem, superpõem-se, combinam-se".

Diante do exposto, constatamos que um dos aspectos a serem levantados para o estudo da seqüência injuntiva deve ser a sua inter-relação com os componentes icônicos. De acordo com Ganier et al (2001:52-53), resultados de várias pesquisas na área da psicolingüística sugerem que a apresentação conjunta de imagens e texto injuntivo facilita a representação de um modelo mental sobre o processo a se operar sob injunção e permitem uma melhor performance quanto ao tempo de realização de uma atividade por parte do leitor/usuário.

De acordo com as acepções dos autores supracitados, esta integração "texto verbal + imagem" apresenta um outro formato das propriedades visuais e espaciais das informações descritas textualmente. A imagem, neste sentido, pode ser usada pelo leitor como uma forma de representação referencial da informação textual que o ajudará nas suas dificuldades de compreensão do verbal, servirá como meio de verificar se a sua leitura está correta e/ou agirá como uma ajuda externa de memória para reativar a representação da informação.

2. A FORMATAÇÃO TIPOGRÁFICA COMO APOIO À INJUNÇÃO

Além da exploração da informatividade e dos recursos visuo-espaciais que as imagens podem proporcionar, nos textos injuntivos, também é freqüente a exploração de efeitos de sentido mediante o uso de uma formatação tipográfica especialmente marcada.

Em geral, na fase de *apresentação dos comandos* da seqüência, o conjunto de "ações" (solicitadas e/ou ordenadas ao leitor-usuário do texto) é sinalizado por uma **indicação alfanumérica** ou por **caracteres especiais** como marcas circulares ou quadradas, de cores variadas. Os *comandos* topicalizados por tal marcação podem formar conjuntos unitários ou não.

Na *cartilha* "Aprenda a prevenir o câncer do colo do útero", exemplo (26), no trecho em que orienta as mulheres sobre o uso da camisinha feminina, os comandos da injunção estão reunidos em cinco conjuntos cada qual sinalizado por um número cardinal seguindo uma ordem crescente. A numeração, neste caso, possui duas funções principais: relacionar cada conjunto de

(26)

Você conhece a camisinha feminina?
A camisinha feminina é um produto novo, que chegou ao Brasil há poucos anos. Ela é pouco conhecida, e são ainda poucos os serviços de saúde que têm essa camisinha.
1. Dobre o anel interno.
2. Introduza a camisinha feminina na vagina e empurre tão fundo quanto possível.
3. Verifique se ela está bem acomodada.
4. O anel externo fica para fora. Essa sobra é importante para garantir a segurança da camisinha pois, durante a relação, pênis e vagina aumentam de tamanho e a camisinha se ajusta melhor.
5. Depois de ser usada ela deve ser jogada fora.

Governo Federal do Brasil
Ministério da Saúde – Fev/2002

comandos com a imagem de sua provável execução e, também, enfatizar o caráter de realização das ações numa ordem seqüencial cronológica.

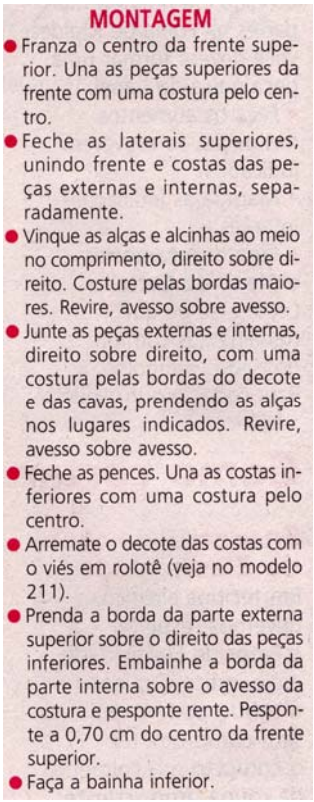
De modo similar, no texto “Recomendações para o paciente com dor no calcanhar”, exemplo (23), (p.85), cada *comando* recomendado ao paciente possui uma numeração específica:

(23)

Em (23), esta numeração, diferente do que ocorre no *manual* sobre o uso da camisinha feminina (26), (p.89), não contribui para marcar uma seqüência cronológica de realização de ações, mas atua no sentido de individualizar cada comando mediante uma listagem. Neste caso, a realização de cada comando é relevante seja de forma isolada ou em conjunto.

No caso do exemplo (22), (p.79), *manual de confecção* intitulado “Vestido 190”, as marcações tópicas reúnem um conjunto de comandos que configuram ações as quais deverão ser exercidas em blocos subseqüentes pelo leitor-usuário do texto. Com a realização das ações de cada bloco, as peças do vestido vão se formando e se integrando até que a roupa seja completamente constituída:

(22)



MONTAGEM

- Franza o centro da frente superior. Una as peças superiores da frente com uma costura pelo centro.
- Feche as laterais superiores, unindo frente e costas das peças externas e internas, separadamente.
- Vinque as alças e alcinhas ao meio no comprimento, direito sobre direito. Costure pelas bordas maiores. Revire, avesso sobre avesso.
- Junte as peças externas e internas, direito sobre direito, com uma costura pelas bordas do decote e das cavas, prendendo as alças nos lugares indicados. Revire, avesso sobre avesso.
- Feche as pences. Una as costas inferiores com uma costura pelo centro.
- Arremate o decote das costas com o viés em rolotê (veja no modelo 211).
- Prenda a borda da parte externa superior sobre o direito das peças inferiores. Embainhe a borda da parte interna sobre o avesso da costura e pesponte rente. Pesponte a 0,70 cm do centro da frente superior.
- Faça a bainha inferior.

Em todos os casos, a reunião de conjuntos de comandos através de uma sinalização tópica possui efeitos discursivos e contribui para a construção de sentido textual seja colaborando para ordenação de uma seqüência de comandos a ser cumprida ou atuando no sentido de ressaltar que a realização de um comando se dá independentemente da realização de um outro.

Outro recurso de formatação tipográfica comum em textos planificados pela seqüência injuntiva é o uso de **quadros envoltórios**, como podemos observar nas figuras a seguir:

Figura 1

Preparando um vestibular sem stress

É agora!

A ciência "molhada"

Apareça em Galileu

Você participa de um projeto voluntário?

Seção Seu Futuro

Avenida Jaguaré, 1.485, 5º andar, 05346-902, São Paulo, SP

Fax (11) 3767-7755

E-mail: galileu@edglobo.com.br

Figura 2

fuxico é fácil de fazer

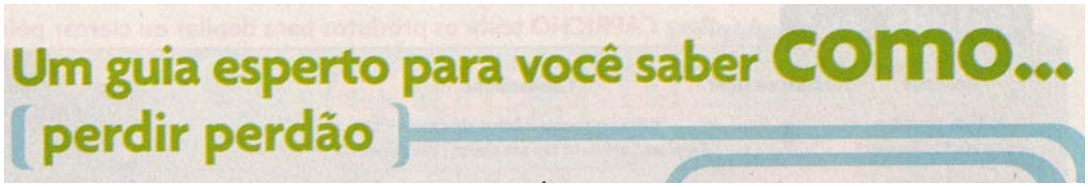
O fuxico passo a passo

Na **Figura 1**, verifica-se que o quadro envoltório funciona como uma forma de delimitar um gênero textual numa determinada seção da revista. Nesta figura, o *conselho* "Preparando um vestibular sem stress", exemplo (18), (p.68), está envolto pela imagem de um quadro-negro a qual remete ao tema abordado no texto. Na **Figura 2**, o quadro envoltório introduz um gênero textual em um outro gênero. Neste caso, o *manual de confecção* "O fuxico passo a passo", exemplo (10), (p.56), está delimitado por um quadro que funciona como um recurso de inserção deste gênero textual num gênero maior, *matéria* sobre artesanato.

O uso de **fontes** de tamanho e cores variados na formatação do texto planificado por injunção também é um mecanismo freqüente de representação das informações textuais. Os caracteres delineados de uma forma diferenciada assumem papéis diferentes no texto.

Tal formatação pode, dentre outras funções, contribuir para destacar fases da seqüência injuntiva como ocorre em (19) (p.70) e em (21)(p.78):

(19)



(21)

No exemplo (19), observa-se que há uma ênfase na formatação do título: as letras encorpadas o destacam em relação ao restante do texto verbal, e um contraste de

cores e tamanhos ressalta a palavra "**como**", elemento do enunciado que chama atenção do leitor para o *plano de execução dos comandos* da seqüência injuntiva. Igualmente, o título do *conselho* exposto no exemplo (21), está enfatizado em relação ao restante do texto. Neste caso, notamos que o trecho "**durar mais**", sinalizado com maior destaque na estrutura textual, orienta cognitivamente o leitor para o *macro-objetivo acional* da injunção.

A exploração de efeitos visuais na formatação de caracteres pode, também, contribuir para ressaltar os *comandos* avaliados como mais relevantes pelo autor do texto. Ainda sobre o exemplo (19), (p.70), percebemos o uso do negrito e cor acentuada em alguns trechos dos comandos, especialmente nos verbos e expressões que indicam ação. Esta formatação especial contribui para reforçar a importância dos comandos da injunção à luz dos olhos do leitor.

(19)

1 **Seja honesta.** Só peça desculpas quando estiver arrependida, nunca para amenizar uma situação desconfortável.

2 **Questione-se.** Tenha claro em sua mente porque você está arrependida de algo que fez.

3 **Escreva** seu pedido de perdão em um papel para organizar melhor seus sentimentos e se acalmar antes de formulá-lo.

4 **Ensaie** o que planeja dizer até que se sinta confortável com as palavras.

5 **Mande o pedido de desculpas por carta** caso se sinta muito envergonhada de falar pessoalmente.

6 **Reconheça** suas ações sem tentar se justificar. Focalize no erro e não nos seus motivos.

7 **Não exagere** ou seja piegas. Apenas compartilhe com sua amiga o que sente.

8 **Escute** sem ficar na defensiva. Esteja preparada para ouvir reclamações e mágoas.

9 **Ofereça-se** para fazer o que for preciso para consertar o erro.

O estudo traçado neste capítulo mostrou que a seqüência injuntiva vem a planificar o conteúdo temático de inúmeros textos a partir de, entre outros mecanismos, uma estrita associação com recursos não-verbais (componente icônicos e formatação tipográfica especial) os quais contribuem para o processo de construção do sentido do texto. Deve-se frisar que a seqüência injuntiva dotada de uma configuração prototípica e estrutural peculiar, no momento de sua materialização verbal, além de, inúmeras vezes,

associar-se a elementos não-verbais para sua realização, veste-se de uma natureza composicional baseada em uma notável recorrência a determinados elementos lingüísticos o que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

NATUREZA LINGÜÍSTICA DA SEQÜÊNCIA INJUNTIVA

O capítulo que se segue tem por base a preocupação com a descrição dos aspectos formais recorrentes que caracterizam lingüisticamente o protótipo da seqüência injuntiva em língua portuguesa. Procuramos não só apontar as marcas lingüísticas típicas da seqüência em questão, mas também apontar efeitos discursivos que as mesmas geram no universo da diversidade dos gêneros textuais. Para tanto, imergimos, especialmente, em referenciais teóricos postulados por Koch (1998b; 2002) e Neves (2000).

1. TÍTULOS: UMA ENTRADA LINGÜÍSTICO-COGNITIVA NO UNIVERSO DA SEQÜÊNCIA INJUNTIVA

O título é um ponto de partida lingüístico para adentrarmos no universo textual. Os itens lexicais que o constituem oferecem as pistas iniciais para a construção de sentido de um texto. Por este motivo, diversos autores (cf. Aguiar, 2002; Marcuschi, 2000; Koch, 1998a; Guimarães, 1997, para citar alguns) concordam que este elemento possui uma função cognitiva relevante para a compreensão.

Sobre este aspecto, Marcuschi (2000:56) nos esclarece que "o título é sempre a entrada cognitiva do texto. A partir dele fazemos uma série de suposições iniciais que depois podem ser modificadas ou confirmadas. É uma maneira de avançar hipóteses de conteúdos com base em nossas expectativas". Logo, ao nomear um texto, o título introduz as primeiras informações sobre a provável natureza temática a se desenvolver, o que favorece o processamento de ativação seletiva dos conhecimentos prévios que temos estocados na memória, passo importante para a compreensão textual.

Temos, então, que os títulos assumem um papel de articulador da organização textual, pois seus componentes lingüísticos estabelecem vínculos entre informações textuais e extra-textuais. Assim, realçam os elementos de significação e facilitam a retenção do conteúdo temático por parte do leitor. Vale ressaltar que subtítulos e títulos de seções de um mesmo texto mantêm uma estreita relação de gradação com o título principal, auxiliando, também, na antecipação e apreensão de informações que serão tratadas (cf. Guimarães, 1997).

Como nos lembra Aguiar (2002), o título, componente textual comum a muitos gêneros, possui, ainda, uma função operacional de importância enunciativa relevante. A seu ver, a construção lingüístico-discursiva dos títulos, além de atuar como

fonte de atração ou afastamento do leitor ao texto, também está ligada à capacidade de linguagem dominante da qual se faz uso (narrar, argumentar, etc.). No caso do *texto injuntivo*, para exemplificar, os títulos atuam, em especial, apresentando informações referentes a objetos, processos e ações que estão intimamente ligados ao esquema cognitivo da injunção.

Aguiar (2002), tomando por base os aspectos da constituição oracional, distribui os títulos em categorias tais como: títulos nominais ou substantivais, títulos verbais ou oracionais, títulos preposicionais, títulos adverbiais, títulos adjetivais, e títulos interjetivais. Seguindo esta linha de análise, identificamos que os títulos dos *textos injuntivos* que compõem o nosso *corpus* (consultar **Tabela de títulos**, em anexo) estão distribuídos maciçamente em duas principais categorias que tomaremos como alvo de comentário: títulos nominais e títulos verbais ou oracionais, conforme nos indica a **Tabela 1**:

Tabela 1 - Distribuição dos títulos dos *textos injuntivos*

quanto a sua constituição oracional

Títulos	**Quantidade**	**%**
Nominais	67	74,44
Verbais	21	23,33
Preposicionais	01	1,11
Adjetivais	01	1,11
TOTAL	90	100

Constatamos que os títulos, quando nominais, estruturam-se predominantemente por uma base substantival. O substantivo, ponto chave da construção sintagmática, possui um papel discursivo relevante no que se refere ao direcionamento cognitivo do leitor do texto para o processo de injunção que irá se estabelecer através da

linguagem verbal. Esta classe de lexemas que, como nos ensina Bechara (1999:112), se caracteriza por significar os "objetos substantivos", ou seja, "em primeiro lugar, substâncias (...) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (...), estados (...), processos (...)" – na maioria dos títulos de textos planificados predominantemente pela seqüência injuntiva, vem a designar, em geral, três principais objetos substantivos que avançam informações estreitamente relacionadas à *exposição do macro-objetivo acional* e à *apresentação dos comandos*, fases do protótipo da seqüência injuntiva, como sintetiza a **Tabela 2**:

Tabela 2 – Distribuição dos títulos nominais substantivais

Substantivo significando	**Quantidade**	**%**
Objetos	34	50,7
Gêneros textuais	17	25,3
Processos / ações	11	16,4
Outros	05	7,4
TOTAL	67	100

1º) Substantivo significando objetos que se requer ou que se deseja confeccionar ou sobre os quais alguém irá atuar – A maior parte dos títulos substantivais são compostos por sintagmas nominais cujo núcleo é um substantivo concreto, comum ou próprio, que se refere a alguma entidade do mundo extralingüístico sobre a qual o provável leitor-usuário do texto pretende ou deve operar sob injunção. Em (05), (p.31), por exemplo, o substantivo núcleo dos títulos das *receitas* expostas designa o alimento que se preparará através do processo da injunção:

(05)

Receitas-modelo

Vida de modelo não é fácil. Para batalhar a carreira, as meninas têm que largar casa, comida e roupa lavada para morar sozinhas nas grandes capitais. Natália Fell, 16 anos, e Poliane Novodvorski, 14, ensinam as receitas que fazem na hora em que aperta a fome e a mamãe não está por perto.

Atum saudável da Poliane

Ingredientes

1 latinha de atum light • 4 folhas de alface • 4 folhas de couve • 1 tomate cortado em rodelas • 1 cenoura ralada

Modo de fazer

"É só arrumar no prato o atum e a salada e servir.", conta.

Sopa florida da Natália

Ingredientes

1/4 de maço de couve-flor • 1 pacote de sopa de frango ou legumes

Modo de fazer

Cozinhe a couve-flor cortada em florzinhas em água fervente. Escorra e misture à sopa, já preparada.

FOTOS: FREDERICO HARAL

Neste exemplo, no primeiro título "Atum saudável da Poliane", o substantivo "atum" refere-se a um objeto do mundo material sobre o qual alguém irá atuar, "o peixe atum", e que será alvo de uma transformação sob um processo de injunção: o atum transformar-se-á num prato da culinária. Já no segundo título, "Sopa florida da Natália", o substantivo "sopa" designa um objeto que será alvo de uma composição, o prato culinário "sopa".

2º) Substantivo significando o gênero textual ao qual o texto pertence – Os títulos substantivais também podem ser compostos por substantivos que, ao nomearem o gênero textual (*receita, manual, guia, regimento, regra*, etc) ao qual o texto pertence, trazem a indicação de uma das funções sociais que o texto poderá desempenhar, no caso do

nosso *corpus*, "fazer 'fazer alguma' coisa sob injunção". Isto ocorre no exemplo (03), (p.29):

(03)

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

CAPÍTULO III
DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA

Art. 26. Os usuários das vias terrestres devem:

I - abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas;

II - abster-se de obstruir o trânsito ou torná-lo perigoso, atirando, depositando ou abandonando na via objetos ou substâncias, ou nela criando qualquer outro obstáculo.

Art. 27. Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.

Art. 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

No exemplo (03), o título é formado por uma base substantival que nomeia o gênero ao qual o texto pertence, "Código". Neste caso, ciente de que o texto alvo de leitura é um *código*, o leitor inferirá que nele haverá uma série de normas a serem cumpridas, ou seja, haverá um conjunto de *comandos* que os cidadãos devem seguir para conviver em harmonia no trânsito.

3º) Substantivo significando processo / ação a ser desencadeado por injunção – Neste caso, vimos títulos substantivais compostos por substantivos abstratos dotados de natureza semântica dinâmica os quais fazem referência direta ao *plano de execução de comandos*, fase da seqüência injuntiva. Neves (2000) defende a tese de que estes substantivos abstratos, quanto a sua base morfológica, são formados a partir de

verbos cuja natureza semântica deriva substantivos que designam nomes de ações ou processos. Em (24), (p.86), vimos que o título “Instruções de segurança” possui esta propriedade:

(24)

Neste *manual de instruções*, o substantivo abstrato “instruções” derivado do verbo de ação “instruir”, núcleo do título substantival, refere-se a uma série de ações que passageiros de transportes aéreos devem seguir ao embarcarem na aeronave, logo introduz uma informação diretamente ligada ao *plano de execução de comandos* da injunção.

Os títulos verbais atuam analogamente aos nominais reforçando e introduzindo informações sobre elementos relativos à capacidade de linguagem do domínio da injunção. Quanto à estruturação formal dos títulos verbais, observamos que estes são formados por períodos simples ou períodos compostos por subordinação, nos quais as frases estão predominantemente organizadas numa *ordem direta*. [sujeito (oculto ou não) + predicado]. Os verbos que constituem o predicado das orações dos períodos simples ou das orações principais dos períodos compostos podem ser classificados, do ponto de vista semântico, como dinâmicos.

De acordo com os estudos de Neves (2000:26), os verbos dinâmicos são aqueles que exprimem ações (que alguém faz ou que algo provoca) ou processos (o que acontece). A seu ver, os que exprimem ações são acompanhados por "um **participante agente** ou **causativo,** podendo haver, ou não, outro **participante** (afetado ou não), isto é, podendo haver, ou não, um processo envolvido"; ao passo que os que exprimem processos "envolvem uma relação entre um **nome** e um **estado**, e o **nome** é **paciente** do **verbo** (**afetado**)". A **Tabela 3** indica as construções oracionais mais signiticativas:

Tabela 3 – Distribuição dos títulos verbais ou oracionais

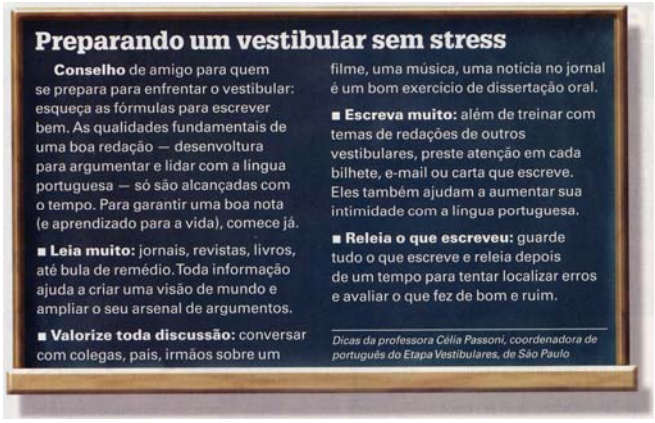
Natureza gramatical dos verbos	**Quantidade**	**%**
Forma nominal	10	47,6
Modo imperativo	07	33,3
Tempo futuro próximo	02	9,5
Tempo do presente	01	4,7
Tempo Passado	01	4,7
TOTAL	21	100

Os dados nos mostram que os verbos que constituem os títulos oracionais, no que tange a sua natureza gramatical, estão predominantemente nas suas formas nominais, no modo imperativo ou no tempo do futuro próximo.

1ª) verbo nas formas nominais: gerúndio e infinitivo

As formas nominais do verbo, segundo Bechara (1999), por caráter, não têm o papel de definir as pessoas do discurso que praticam ou sofrem ações verbais. Deste modo, nos títulos de *textos injuntivos,* elas acabam por referir-se ao próprio processo ou plano de ação da injunção. A exemplo disto vimos que o uso do gerúndio, em (18), (p.68), confere ao enunciado do título a noção de que existe uma atividade em andamento:

(18)



Preparando um vestibular sem stress

Conselho de amigo para quem se prepara para enfrentar o vestibular: esqueça as fórmulas para escrever bem. As qualidades fundamentais de uma boa redação — desenvoltura para argumentar e lidar com a língua portuguesa — só são alcançadas com o tempo. Para garantir uma boa nota (e aprendizado para a vida), comece já.

■ **Leia muito:** jornais, revistas, livros, até bula de remédio. Toda informação ajuda a criar uma visão de mundo e ampliar o seu arsenal de argumentos.

■ **Valorize toda discussão:** conversar com colegas, pais, irmãos sobre um filme, uma música, uma notícia no jornal é um bom exercício de dissertação oral.

■ **Escreva muito:** além de treinar com temas de redações de outros vestibulares, preste atenção em cada bilhete, e-mail ou carta que escreve. Eles também ajudam a aumentar sua intimidade com a língua portuguesa.

■ **Releia o que escreveu:** guarde tudo o que escreve e releia depois de um tempo para tentar localizar erros e avaliar o que fez de bom e ruim.

Dicas da professora Célia Passoni, coordenadora de português do Etapa Vestibulares, de São Paulo

No exemplo (18), a forma verbal "preparando" do título oracional "Preparando um vestibular sem stress" estabelece relações semânticas de atividade em andamento, o que retrata uma característica própria do domínio da injunção: *o fazer agir*.

2[a]) verbo no modo imperativo:

Nos títulos cujos enunciados são estruturados com os verbos no modo imperativo, o autor, em geral, tem por objetivo expressar ordem ou pedido ao seu leitor. Como nos lembra Bechara (1999), no modo verbal imperativo, o falante, em face da relação entre a ação verbal e seu agente, exprime um ato que se exige deste agente. Assim, a leitura do imperativo apresenta-se para o leitor-usuário do texto como uma *chamada à ação*. No texto "Doe Sangue", exemplo (27), observamos que a instituição Hemope incita à ação o leitor do texto através do imperativo.

(27)

HEMOPE
Muita gente precisa de você.
Doe sangue.
Agende sua doação pelo telefone 1525
QUEM PODE DOAR SANGUE
Homens e mulheres com idade entre 18 e 60 anos.
Peso: 50Kg
Gozar de boa saúde.
PARA DOAR SANGUE É PRECISO:
• Apresentar Carteira de Identidade, Reservista ou Profissional.
• Não ter tido Hepatite, Malária ou Doença de Chagas.
• Não ter comportamento de risco para doenças sexualmente transmissíveis, como: Sífilis, Gonorréia, AIDS, etc.
PARA PROTEGER A SUA SAÚDE E A DO PACIENTE É IMPORTANTE:
• Não ingerir bebida alcoólica nas últimas 24 horas antes da doação.
• Obedecer o prazo de doação: 90 dias(três meses) para homens e 120 dias(quatro meses) para mulheres.
• Não estar grávida ou amamentando.
• Não estar fazendo uso de medicação controlada ou em tratamento médico.

Hemope/PE – Abr/2002

Em (27), através de um título verbal construído com o imperativo, o órgão público de captação de sangue faz um apelo àquelas pessoas que estão aptas à doação sangüínea, apresentando posteriormente o meio de fazê-la. Neste caso, o agir solicitado ao leitor estará relacionado com um objetivo e um plano de ação informado posteriormente na cadeia textual.

3ª) Verbo no futuro próximo

Encontramos, ainda, títulos compostos por locuções verbais que sugere o desenvolvimento de ações no tempo futuro próximo. No exemplo (21), (p.78), vimos que o título

é estruturado por uma base oracional contendo uma locução verbal formada pelo presente do verbo auxiliar "ir" mais o infinitivo do verbo principal. Esta construção confere ao enunciado textual uma idéia importante: uma noção temporal de futuro próximo, de que algo está para acontecer, que parte da própria locução verbal. Aqui, diferente do que ocorre com os outros títulos verbais até então mencionados, o enfoque discursivo centra-se no **objeto** (escova) sobre o qual o leitor atuará sob injunção. Este objeto, sujeito da oração, sofrendo uma ação verbal de aspecto inacabado, apresenta-se para o leitor do texto como algo que poderá passar por um processo de transformação, chegando a um resultado final. Assim, no *texto injuntivo* relativo ao exemplo acima, o autor indicará como o leitor deve agir para chegar a este resultado final desejado (fazer com que o cabelo permaneça escovado por mais tempo).

Percebemos, também, que em gêneros como *receitas* e *manuais*, o *plano de execução de comandos* freqüentemente é anunciado por **subtítulos** de seções do próprio texto. Em geral, estes subtítulos são estruturados de modo similar ao dos títulos nominais: por substantivos abstratos derivados de verbos de ação (*Execução; Realização; Corte; Montagem; Preparo*; etc); ou por substantivos abstratos não derivados de verbos, mas que remetem à idéia de ação ou forma de executar algo (*modo de preparo; modo de fazer)* ou ainda por conjunções integrantes (*como fazer; como preparar*). Observa-se que esta mesma noção de atividade, é, ainda, obtida por expressões verbais imperativas do tipo: *faça o recheio; prepare a massa*, como ocorre com os títulos verbais.

Em suma, constamos que os títulos de *textos injuntivos*, nominais ou verbais, do ponto de vista formal, apresentam elementos lingüísticos que antecipam objetivamente informações importantes sobre objetos, processos e ações que fazem parte do mundo ordinário no qual o leitor-usuário se insere. A predominância de substantivos concretos, por exemplo, colabora para enfatizar as idéias de realidade e veracidade do mundo material sobre o qual o leitor atuará; ao passo que a presença de substantivos abstratos derivados de verbos acionais, tende a fazer o usuário se preparar para o processo que irá realizar segundo um *plano de execução de comandos* elaborado pelo autor; no que tange à grande incidência de verbos dinâmicos seja no imperativo, em suas formas nominais ou através de locuções verbais, vimos que estes conferem à cadeia textual um conteúdo semântico de atividade/ação, compatível com a própria natureza discursiva que rege a escolha da seqüência injuntiva para planificação de um texto: *fazer alguém agir*.

2. INTRODUÇÃO DO MACRO-OBJETIVO ACIONAL E ANÚNCIO DO PLANO DE EXECUÇÃO DE COMANDOS

Além do relevante papel dos *substantivos* e *verbos* que compõem os títulos dos *textos injuntivos* na sinalização e antecipação de informações sobre o *macro-objetivo acional* e o *plano de execução de comandos*, outros elementos lingüístico-discursivos presentes em **títulos**, **subtítulos** e/ou **explanações introdutórias** funcionam na mesma direção.

Vale relembrar que chamamos de **explanação introdutória,** como vimos no segundo capítulo deste trabalho, o trecho do *texto injuntivo* que antecede a fase do *plano de execução de comandos* e que tem como finalidade maior explicitar o *macro-objetivo acional* e/ou anunciar o referido *plano de execução*. O nosso *corpus* indicou-nos que *explanação introdutória* realiza-se com maior incidência nos textos publicados em revistas, sendo marcada especialmente por um parágrafo da cadeia textual posterior ao *título* ou ao *subtítulo*; já nos textos que circulam em outros suportes (panfletos, cartazes, embalagens, etc.) os *títulos* e/ou *subtítulos*, predominantemente, exercem esta finalidade da *explanação introdutória*.

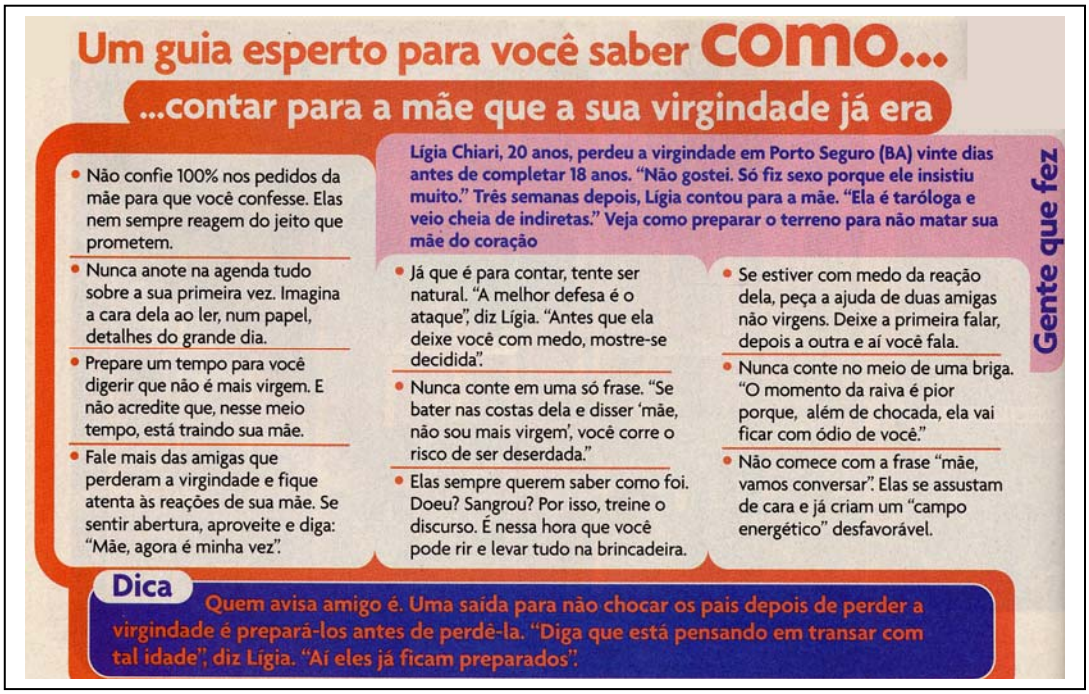
Percebemos alguns aspectos lingüístico-discursivos recorrentes na construção de *títulos*, *subtítulos* e *explanações introdutórias* que marcam os enunciados que expressam o *macro-objetivo acional* do texto e os que anunciam o conjunto dos *comandos* da injunção. Adiante, analisamos estes aspectos típicos.

I. Sinalização do *macro-objetivo acional*

No que diz respeito à sinalização do *macro-objetivo acional*, observamos o uso de articuladores textuais (cf. Koch, 2002) para estabelecer, entre alguns sintagmas do enunciado textual, relações lógico semânticas de finalidade. E são estas relações, expressas

por tais articuladores, que freqüentemente demarcam a cadeia textual na qual se comunica verbalmente o objetivo central do *texto injuntivo*. O exemplo (28) evidencia esta tese, a partir do uso da preposição "para" tanto no título quanto na explanação introdutória:

(28)



Um guia esperto para você saber COMO...

...contar para a mãe que a sua virgindade já era

Lígia Chiari, 20 anos, perdeu a virgindade em Porto Seguro (BA) vinte dias antes de completar 18 anos. "Não gostei. Só fiz sexo porque ele insistiu muito." Três semanas depois, Lígia contou para a mãe. "Ela é taróloga e veio cheia de indiretas." Veja como preparar o terreno para não matar sua mãe do coração

Gente que fez

- Não confie 100% nos pedidos da mãe para que você confesse. Elas nem sempre reagem do jeito que prometem.
- Nunca anote na agenda tudo sobre a sua primeira vez. Imagina a cara dela ao ler, num papel, detalhes do grande dia.
- Prepare um tempo para você digerir que não é mais virgem. E não acredite que, nesse meio tempo, está traindo sua mãe.
- Fale mais das amigas que perderam a virgindade e fique atenta às reações de sua mãe. Se sentir abertura, aproveite e diga: "Mãe, agora é minha vez".
- Já que é para contar, tente ser natural. "A melhor defesa é o ataque", diz Lígia. "Antes que ela deixe você com medo, mostre-se decidida".
- Nunca conte em uma só frase. "Se bater nas costas dela e disser 'mãe, não sou mais virgem', você corre o risco de ser deserdada."
- Elas sempre querem saber como foi. Doeu? Sangrou? Por isso, treine o discurso. E nessa hora que você pode rir e levar tudo na brincadeira.
- Se estiver com medo da reação dela, peça a ajuda de duas amigas não virgens. Deixe a primeira falar, depois a outra e aí você fala.
- Nunca conte no meio de uma briga. "O momento da raiva é pior porque, além de chocada, ela vai ficar com ódio de você."
- Não comece com a frase "mãe, vamos conversar". Elas se assustam de cara e já criam um "campo energético" desfavorável.

Dica

Quem avisa amigo é. Uma saída para não chocar os pais depois de perder a virgindade é prepará-los antes de perdê-la. "Diga que está pensando em transar com tal idade", diz Lígia. "Aí eles já ficam preparados".

Revista Capricho – Fev/2002

Conforme as pesquisas lingüísticas de Neves (2000), a preposição "para" pode atuar textualmente fora do sistema de transitividade, no sentido de estabelecer relações semânticas no sintagma nominal (adjunto adnominal) ou no sintagma verbal (adjunto adverbial); ou, ainda, atuar no sistema de transitividade, funcionando como introdutor de um complemento. Em todos os casos, em se tratando da sinalização do *macro-objetivo acional* da injunção, este elemento lingüístico mantém seu traço semântico o qual aponta para destacar o *fim, objetivo, intenção* de se realizar algo.

No exemplo (28) temos duas ocorrências do uso do "para" como sinalizador do *macro-objetivo acional* do texto. A primeira ocorrência aparece no título

"Um guia esperto *para* você saber como ...

contar para mãe que a sua virgindade já era", (*grifo nosso*).

Neste título, a preposição "para", em "para você saber", introduz uma expressão adverbial de finalidade relativamente a um sintagma nominal. Os estudos de Bechara (1999) nos indicam que a circunstância de finalidade expressa por um adjunto adverbial, em geral, é representada não por advérbios, mas por sintagmas preposicionados ou por orações subordinadas adverbiais que funcionam como adjunto adverbial da sua oração principal. Isto se observa no exemplo citado, em que a preposição "para", inserida no sintagma oracional "para você saber", estabelece não só relações semânticas de destinação ("para você") como também de finalidade ("para saber (...)") ao sintagma nominal "Um guia esperto".

A segunda ocorrência do articulador "para" em (18) está neste trecho da explanação introdutória, primeiro parágrafo da estrutura textual:

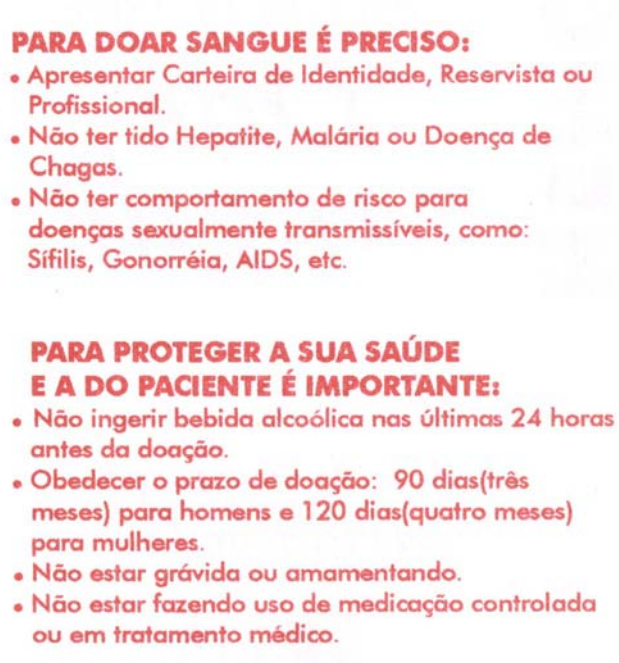
"(...) veja como preparar o terreno *para* não matar a sua mãe do coração" (*grifo nosso*).

Neste caso, a referida preposição também introduz uma expressão adverbial de finalidade, porém a um sintagma verbal. No enunciado, "para" compõe a oração adverbial final "para não matar a sua mãe do coração", subordinada a sua oração principal "como preparar o terreno". Temos, neste período uma relação entre orações do tipo "faça isso" (oração principal) "para obter aquilo" (oração subordinada que introduz o *macro-objetivo acional* do texto).

Diferente do que ocorre em (28), texto em que a preposição "para" atua textualmente fora do sistema de transitividade, em (27), (p.103), texto "Doe sangue",

vimos a ocorrência deste articulador no sistema de transitividade, funcionando como introdutor de um complemento:

(27)



PARA DOAR SANGUE É PRECISO:

- Apresentar Carteira de Identidade, Reservista ou Profissional.
- Não ter tido Hepatite, Malária ou Doença de Chagas.
- Não ter comportamento de risco para doenças sexualmente transmissíveis, como: Sífilis, Gonorréia, AIDS, etc.

PARA PROTEGER A SUA SAÚDE E A DO PACIENTE É IMPORTANTE:

- Não ingerir bebida alcoólica nas últimas 24 horas antes da doação.
- Obedecer o prazo de doação: 90 dias(três meses) para homens e 120 dias(quatro meses) para mulheres.
- Não estar grávida ou amamentando.
- Não estar fazendo uso de medicação controlada ou em tratamento médico.

No exemplo acima, temos a presença do articulador de finalidade em subtítulos de duas seções do texto “Doe sangue”: “Para doar sangue é preciso:” e “Para proteger a sua saúde e a do paciente é importante:”. Em cada uma das seções, observa-se que as orações que expressam os comandos da injunção funcionam sintaticamente como o sujeito da oração principal inserida no subtítulo: “é preciso” e “é importante”, respectivamente. Neste caso, o articulador “para” introduz um complemento oracional aos nomes “preciso” e “importante”, respectivamente, inserindo-lhes uma noção de finalidade que aponta para o *macro-objetivo* da injunção.

O uso de elementos lingüísticos (articuladores textuais) para estabelecer relações de finalidade entre enunciados ou partes de enunciados do texto é um dos recursos coesivos comuns do *texto injuntivo*. Mecanismos de coesão seqüencial frástica como estes contribuem para progressão das informações textuais na medida em que estabelecem encadeamentos de segmentos do texto imprimindo lhes relações lógico-semânticas (cf.Koch, 1998b; 2002).

II. Anúncio do conjunto dos *comandos* da injunção

No que diz respeito aos elementos lingüísticos que funcionam como introdutores do *plano de execução de comandos*, presentes em *títulos*, *subtítulos* ou *explanações introdutórias* de *textos injuntivos*, constatamos que estes, em geral, são palavras ou expressões de natureza fórica que atuam na progressão textual.

No título e na explanação introdutória do exemplo (28), (p.107), vimos o uso da palavra "como" com função de remissão catafórica:

Enunciado 1 - Título

"Um guia esperto para você saber *como* ... contar para mãe que a sua virgindade já era"

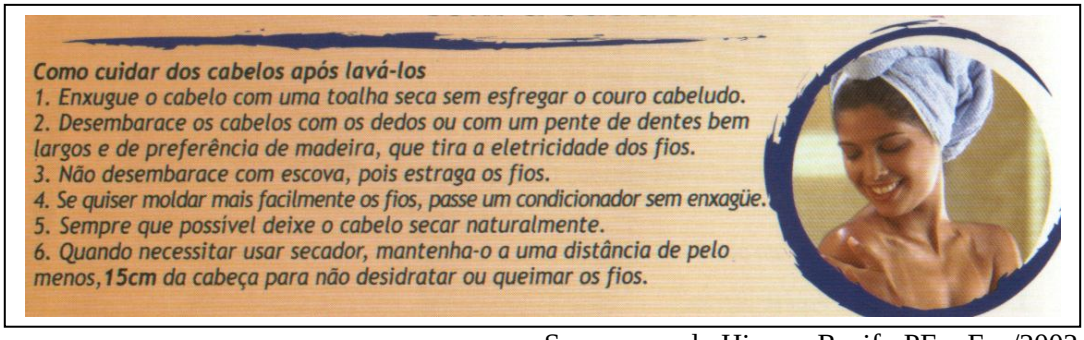
Enunciado 2 - Explanação introdutória

"(...) veja *como* preparar o terreno para não matar a sua mãe do coração" (*grifo nosso*).

Nos dois enunciados citados, a conjunção integrante "como" expressa uma noção semântica de "modo", no caso, "modo/maneira para se realizar algo" e assim remete cataforicamente a cada um dos *comandos* da injunção co-textualmente explicitados: "Não confie 100% nos pedidos da mãe para que você confesse", "Nunca conte em uma só frase", "Peça ajuda a duas amigas não virgens", etc.

Da mesma forma, no exemplo (29), *manual de beleza* retirado texto "Abra e veja que a fórmula da saúde e da beleza não é nenhum segredo", a palavra "como" possui uma natureza catafórica:

(29)


Como cuidar dos cabelos após lavá-los
1. Enxugue o cabelo com uma toalha seca sem esfregar o couro cabeludo.
2. Desembarace os cabelos com os dedos ou com um pente de dentes bem largos e de preferência de madeira, que tira a eletricidade dos fios.
3. Não desembarace com escova, pois estraga os fios.
4. Se quiser moldar mais facilmente os fios, passe um condicionador sem enxagüe.
5. Sempre que possível deixe o cabelo secar naturalmente.
6. Quando necessitar usar secador, mantenha-o a uma distância de pelo menos, 15cm da cabeça para não desidratar ou queimar os fios.

Supermercado Hiper – Recife-PE – Fev/2002

No *manual* (29), no enunciado “Como cuidar dos seus cabelos ao lavá-los”, a conjunção “como” atua no sentido de introduzir os passos, ou melhor, seis comandos que o leitor deve seguir para saber tratar corretamente os seus cabelos.

Assim como a conjunção “como”, algumas formas nominais referenciais também possuem uma natureza catafórica e colaboram para a introdução do plano de execução dos *comandos* do texto injuntivo. Na nossa discussão sobre os títulos dos *textos injuntivos,* apontamos para o fato de que títulos nominais podem ser formados por uma base substantival de natureza dinâmica cujo substantivo faz referência direta ao *plano de execução de comandos*, fase da seqüência injuntiva. Observamos que não só nos títulos, mas também em subtítulos ou em explanações introdutórias, estes substantivos unem-se a outros elementos lingüísticos (adjuntos) para desempenhar uma função de destaque na progressão referencial, constituindo o que chamamos de formas nominais referenciais. No texto “Preenchendo lacunas”, exemplo (30), o autor vale-se de formas nominais para se referir aos comandos que o leitor deve seguir para corrigir esteticamente suas sobrancelhas: (30)

Preenchendo lacunas

Você tirou demais as sobrancelhas e agora se arrependeu? Calma lá. É possível reparar o estrago com alguns truques de maquiagem.

1 Com uma escovinha de rímel limpa, penteie os pêlos no sentido do crescimento.

2 Para mudar o formato do arco, aplique com um pincel fino uma sombra que tenha a cor exata da sobrancelha.

3 Precisa preencher a falha entre os pêlos? Passe uma quantidade significativa da mesma sombra. “Mas agora use um pincel compacto e rígido para espalhar o produto”, aconselha a maquiadora Cida Nunes, de São Paulo.

4 Para manter os fios no lugar, passe um pouco de gel (há versões específicas para sobrancelha) ou rímel, ambos transparentes.

Revista Cláudia – Mar/2002

Em (30), o enunciado “É possível reparar o estrago com alguns *truques de maquiagem*”, (*grifo nosso*), a expressão “truques de maquiagem” anuncia cataforicamente o conjunto de *comandos* do texto injuntivo. Em consonância com as hipóteses de Koch (2002:92), observamos que as formas nominais referenciais assumem funções coesivas relevantes para progressão textual como a organização macroestrutural do texto. Segundo a autora, as expressões catafóricas, por exemplo, podem predeterminar o número de parágrafos ou seções do texto, influindo na paragrafação gráfica. Em (30), a forma nominal “truques de maquiagem” anuncia que mais de um tópico discursivo virá em curso – mais de uma oração que expressa *comando* será explicitada textualmente. Isto sugere que as formas nominais podem exercer a função de articuladores textuais de caráter meta-enunciativo - “‘comentam’, de alguma forma, a própria enunciação” (Koch, 2002:135) – poi funcionam como organizadores textuais e metaformulativos (introdutores de tópicos).

Além de desempenharem um papel de destaque na organização macroestrutural do *texto injuntivo*, as formas nominais referenciais, ainda, exercem a função de orientar aspectos semântico-pragmáticos do texto. A categorização dos referentes, *“comandos da injunção”*, por tais elementos meta-enuciativos, está, também, pautada numa natureza deôntica, ou seja, estes elementos lingüísticos possuem a faculdade de indicar o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional. Sob este aspecto, vê-se que em gêneros textuais categorizados como *reguladores-prescritivos* (*leis, códigos, regulamentos*, etc.) é comum que estas formas nominais sejam do tipo “normas” / “regras” / “determinações” indicando, em conseqüência, que os *comandos* aos quais se referem terão um caráter de maior obrigatoriedade. Por outro lado, em gêneros *instrucionais-programadores* (*receitas, manuais,* etc.) predominam formas do tipo “instruções” / “truques” / “segredos” e em gêneros *de conselho* (*horóscopo, orientações médicas, conselhos de uma forma geral),* “recomendações” / “sugestões” /

"dicas", o que orienta o leitor para diferentes graus de facultatividade no cumprimento dos *comandos*.

Dentre os elementos lingüísticos usados para sinalizar o *macro-objetivo acional* da injunção ou introduzir o *plano de execução de comandos*, enfatizamos aqueles que funcionam como articuladores textuais e elementos com funções referenciais. Constatamos que a indicação do objetivo maior do *texto injuntivo* se dá, especialmente, a partir da exploração de articuladores que estabelecem relações lógico-semânticas de finalidade entre enunciados; já o anúncio do conjunto de comandos a serem desencadeados sob injunção, ocorre, freqüentemente, mediante a utilização de articuladores dos tipos organizador textual e metaformulativo. Em todos os casos, colaboram para progressão textual, não só por desempenharem funções textuais / coesivas, mas, sobretudo, por conferirem aspectos semânticos e pragmáticos aos enunciados do texto.

3. ASPECTOS LINGÜÍSTICOS QUE CARACTERIZAM O PLANO DE EXECUÇÃO DE COMANDOS

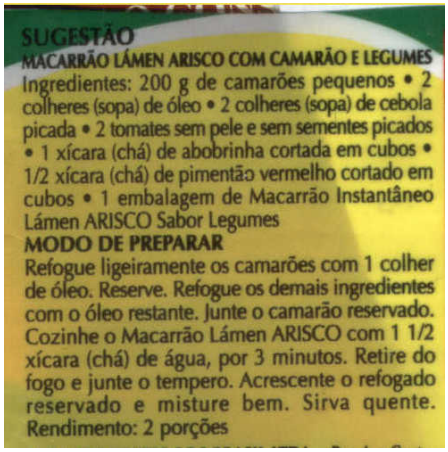
A construção dos enunciados que marcam a *apresentação dos comandos* – uma das macroproposições que compõem o protótipo da seqüência injuntiva – tem como principal característica lingüístico-discursiva o uso de atividades formulativas baseadas em procedimentos de recorrência de estruturas sintáticas similares preenchidas com elementos lexicais diferentes, o *paralelismo sintático* (cf. Koch, 2002:122). Nesse sentido, a progressão textual desenvolvida mediante estratégia de "repetições", além de manter a coesão entre os elementos do texto, colabora para construção do seu sentido.

Nesta fase da seqüência injuntiva vimos a exposição de um *plano de execução de comandos.* Este *plano* é, em geral, organizado lingüisticamente por um parágrafo longo ou por vários parágrafos curtos freqüentemente topicalizados através de marcadores alfanuméricos. Cada um destes parágrafos pode apresentar orações que contenham os *comandos* da injunção associadas entre si ou associadas a orações que expressem a macroproposição da *justificativa*.

As orações que expressam os *comandos* estão, na sua maioria, dispostas na ordem direta, articuladas entre si por coordenação e estruturadas seguindo uma base sintática similar. A construção oracional dos *comandos* da injunção realiza-se, em especial, a partir de uma recorrência, na composição de seus predicados, a sintagmas verbais cujos verbos estão estruturados pelos mesmos tempos e/ou modos. Do ponto de vista semântico, os verbos que compõem os predicados destas orações possuem uma natureza dinâmica (cf. Neves, 2000), e imprimem, também, junto a outros elementos lingüísticos como advérbios e adjetivos, um caráter imperativo ao enunciado do texto.

Constatamos esta tese ao analisar, por exemplo, a exposição dos *comandos* no texto "Sugestão – Macarrão Lámen Arisco com camarão e legumes", na seção "Modo de preparar", inserido no exemplo (01), (p.23).

(01)


SUGESTÃO

MACARRÃO LÁMEN ARISCO COM CAMARÃO E LEGUMES

Ingredientes: 200 g de camarões pequenos • 2 colheres (sopa) de óleo • 2 colheres (sopa) de cebola picada • 2 tomates sem pele e sem sementes picados • 1 xícara (chá) de abobrinha cortada em cubos • 1/2 xícara (chá) de pimentão vermelho cortado em cubos • 1 embalagem de Macarrão Instantâneo Lámen ARISCO Sabor Legumes

MODO DE PREPARAR

Refogue ligeiramente os camarões com 1 colher de óleo. Reserve. Refogue os demais ingredientes com o óleo restante. Junte o camarão reservado. Cozinhe o Macarrão Lámen ARISCO com 1 1/2 xícara (chá) de água, por 3 minutos. Retire do fogo e junte o tempero. Acrescente o refogado reservado e misture bem. Sirva quente. Rendimento: 2 porções

Neste texto, as orações que expressam os comandos da injunção são construídas a partir de uma recorrência a construções sintáticas similares do tipo: sujeito

agente elíptico + predicado (verbo dinâmico transitivo no imperativo + complemento (elíptico ou não)):

- (você) Refogue ligeiramente os camarões com uma colher de óleo.

- (você) Reserve (os camarões refogados).

- (você) Refogue os demais ingredientes com o óleo restante.

- (você) Junte os camarões reservados. (...)

É comum que as orações nas quais o autor do *texto injuntivo* comunica uma ordem, sugestão ou instrução possuam sujeitos elípticos podendo ou não ser anunciados anteriormente no título, subtítulo ou explanação introdutória. Em (01), o sujeito desinencial, "você", possui uma natureza dêitica visto que diz respeito ao interlocutor (leitor/usuário) do texto o qual é chamado a praticar a ação expressa verbalmente no predicado. Na referida *receita culinária*, os predicados são compostos por sintagmas verbais estruturados por verbos de caráter dinâmico, todos no mesmo modo (imperativo) associados aos seus respectivos complementos.

Este exemplo de paralelismos sintáticos mostra-nos que a progressão textual, nesta fase da *injunção*, está pautada, geralmente, em relações pragmático-discursivas nas quais os elementos de recorrência possuem uma função retórica, pois produzem efeitos de sentido que intensificam ou enfatizam a necessidade de se realizar os *comandos* estabelecidos textualmente.

As orações que introduzem a idéia de ordem, sugestão, instrução, ou seja, de *comando* expressa pelo autor do *texto injuntivo* ao seu interlocutor, estão marcadas, particularmente, por uma construção sintática na qual a forma verbal apresenta-se como elemento lingüístico de destaque. O verbo, nesta fase do *texto injuntivo*, guia relações pragmáticas entre os interactantes da ação pela linguagem em duas vertentes: por um lado, permite que o autor dê um *comando* ao seu interlocutor, daí a grande incidência de

sintagmas verbais com verbos no modo imperativo ou marcados por modalizações deônticas; e, por outro lado, pela sua natureza dinâmica, indica e incita ações que o leitor/usuário do texto compreende como objeto do seu fazer.

A análise textual do nosso *corpus* indicou-nos que os verbos que compõem os predicados das orações que expressam os *comandos* da injunção estão dispostos principalmente no modo imperativo e na forma nominal do infinitivo. Vale ressaltar que sintagmas verbais na forma nominal do gerúndio e do particípio ou nos tempos futuro e presente do indicativo, bem como estruturados por expressões compostas por verbos modalizadores como "dever" e "poder" também ocorrem.

No texto "Poupe tempo", *envelope bancário para depósito e pagamento*, na seção "Instruções de uso", exemplo (07), (p.35), observamos a ocorrência de *comandos* estruturados com diferentes formulações verbais:

1) Modo imperativo – "**Preencha** corretamente seu endereço completo (inclusive CEP) (...)
2) Forma verbal do infinitivo: "No verso do(s) cheque(s) **anotar** o código da agência e o número da conta para depósito" / "**Colocar** os cheques abertos" / "**Utilizar** um envelope para cada conta favorecida", etc.
3) Modalizador – "os cheques **devem** ser cruzados e nominais ou endossados" / "O pagamento **deve** ser efetuado através de cartão ou cheque do Bandepe (...)"

Nas três formulações sintagmáticas verbais explicitadas acima, observa-se que o autor da produção textual expressa seus *comandos*, "instruções", com graus de imparcialidade distintos. A estruturação do sintagma verbal no infinitivo traz um traço de

impessoalidade ao enunciado, de distanciamento entre o autor e o leitor do texto; já o uso do modo imperativo e de verbos modalizadores como “dever”, marca mais nitidamente uma relação na qual o falante exprime um ato que se exige de um agente. Em todos os casos, nos *textos injuntivos*, frente aos *comandos*, o leitor é chamado a agir sobre algo, sobre alguém ou sobre si mesmo, e essa chamada pode ser marcada textualmente através de orações na voz ativa nas quais ele se assume como o **sujeito** que praticará a ação verbal ou através de orações na voz passiva nas quais o leitor incorpora o papel do **agente da** voz **passiva**.

3.1 ELEMENTOS VERBAIS QUE AJUDAM A DISTINGUIR CATEGORIAS DE COMANDOS

No segundo capítulo deste trabalho, sugerimos uma categorização dos *comandos* da seqüência injuntiva. De acordo com o critério de necessidade de realização de um *comando* para que se chegue ao objetivo final regido pela injunção, percebemos que eles podem ser considerados como **obrigatórios** ou **opcionais**; ao passo que se levarmos em consideração o critério de tempo de realização dos *comandos*, uns em relação aos outros, vimos que podem ser **simultâneos** ou **sucessivos**.

Na identificação de um *comando* como pertencente a uma ou a outra categoria, estão envolvidas várias dimensões da linguagem que vão das pragmático-discursivas às cognitivas. Desta maneira, o leitor distinguirá os *comandos* acionando seus conhecimentos de mundo, em muito guiado pelas pistas lingüísticas traçadas pelo autor da produção textual. Nesse sentido, de acordo com o objetivo deste capítulo, apontamos

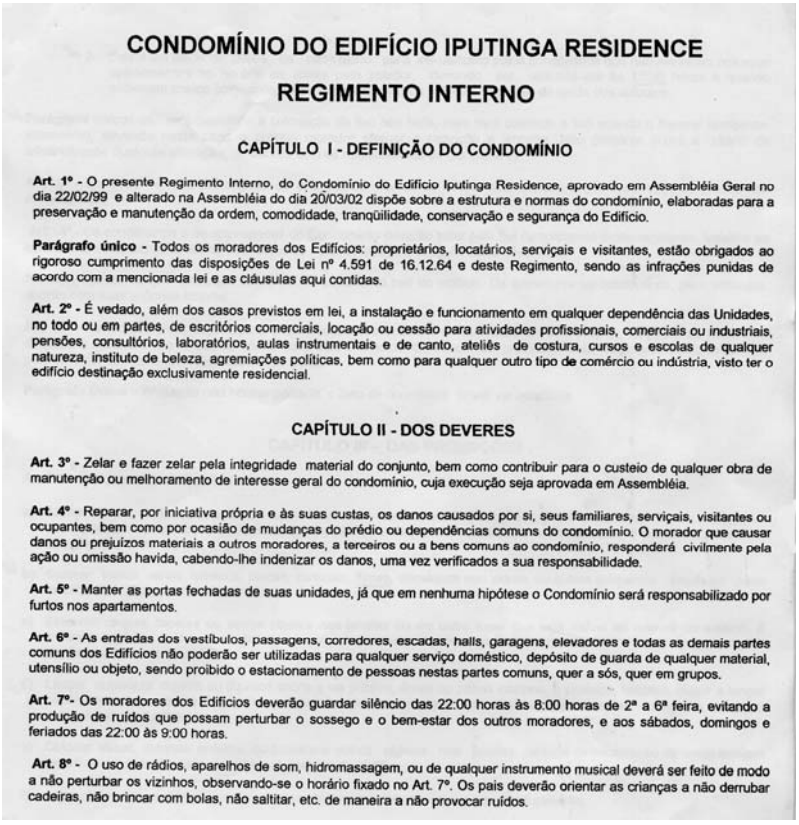
adiante algumas características lingüísticas que tipificam determinadas categorias de *comandos*.

1) **Comandos obrigatórios**, como já vimos, são aqueles que precisam ser executados caso contrário o macro-objetivo acional estará fadado a não ser atingido. Em geral, a maior parte dos *comandos* explicitados no *texto injuntivo* é de natureza obrigatória. Além do próprio conhecimento de mundo do leitor, o que inclui a sua experiência pragmática em situações reais ou de possibilidade real de realização de um *comando*, o caráter de obrigatoriedade pode ser categoricamente marcado pelo uso de elementos lingüísticos com funções de modalizações deônticas de necessidade, traço que facilmente os diferenciam daqueles comandos considerados opcionais.

De acordo com as proposições de Bronckart (1999), o objetivo principal das modalizações em um texto é revelar, de qualquer voz enunciativa, comentários ou avaliações formulados sobre elementos do conteúdo temático textual. Nesse sentido, elas participam do estabelecimento da coerência pragmática do texto e orientam os leitores para a interpretação das informações nele contidas.

No caso dos *textos injuntivos*, no que diz respeito aos *comandos*, observamos que as principais funções desempenhadas pelo mecanismo da modalização são as de caráter deôntico. Nas palavras de Bronckart (1999:331), estas modalizações "consistem em uma avaliação de alguns elementos do conteúdo temático, apoiada nos valores, nas opiniões e nas regras constitutivas do mundo social, apresentando os elementos do conteúdo como sendo do domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso". No exemplo (12), (p.60), há ocorrências típicas de modalizações deônticas sobre o conteúdo proposicional dos comandos da injunção marcando a sua natureza de obrigatoriedade:

(12)



CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO IPUTINGA RESIDENCE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO DO CONDOMÍNIO

Art. 1º - O presente Regimento Interno, do Condomínio do Edifício Iputinga Residence, aprovado em Assembléia Geral no dia 22/02/99 e alterado na Assembléia do dia 20/03/02 dispõe sobre a estrutura e normas do condomínio, elaboradas para a preservação e manutenção da ordem, comodidade, tranqüilidade, conservação e segurança do Edifício.

Parágrafo único - Todos os moradores dos Edifícios: proprietários, locatários, serviçais e visitantes, estão obrigados ao rigoroso cumprimento das disposições de Lei nº 4.591 de 16.12.64 e deste Regimento, sendo as infrações punidas de acordo com a mencionada lei e as cláusulas aqui contidas.

Art. 2º - É vedado, além dos casos previstos em lei, a instalação e funcionamento em qualquer dependência das Unidades, no todo ou em partes, de escritórios comerciais, locação ou cessão para atividades profissionais, comerciais ou industriais, pensões, consultórios, laboratórios, aulas instrumentais e de canto, ateliês de costura, cursos e escolas de qualquer natureza, instituto de beleza, agremiações políticas, bem como para qualquer outro tipo de comércio ou indústria, visto ter o edifício destinação exclusivamente residencial.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES

Art. 3º - Zelar e fazer zelar pela integridade material do conjunto, bem como contribuir para o custeio de qualquer obra de manutenção ou melhoramento de interesse geral do condomínio, cuja execução seja aprovada em Assembléia.

Art. 4º - Reparar, por iniciativa própria e às suas custas, os danos causados por si, seus familiares, serviçais, visitantes ou ocupantes, bem como por ocasião de mudanças do prédio ou dependências comuns do condomínio. O morador que causar danos ou prejuízos materiais a outros moradores, a terceiros ou a bens comuns ao condomínio, responderá civilmente pela ação ou omissão havida, cabendo-lhe indenizar os danos, uma vez verificados a sua responsabilidade.

Art. 5º - Manter as portas fechadas de suas unidades, já que em nenhuma hipótese o Condomínio será responsabilizado por furtos nos apartamentos.

Art. 6º - As entradas dos vestíbulos, passagens, corredores, escadas, halls, garagens, elevadores e todas as demais partes comuns dos Edifícios não poderão ser utilizadas para qualquer serviço doméstico, depósito de guarda de qualquer material, utensílio ou objeto, sendo proibido o estacionamento de pessoas nestas partes comuns, quer a sós, quer em grupos.

Art. 7º- Os moradores dos Edifícios deverão guardar silêncio das 22:00 horas às 8:00 horas de 2ª a 6ª feira, evitando a produção de ruídos que possam perturbar o sossego e o bem-estar dos outros moradores, e aos sábados, domingos e feriados das 22:00 às 9:00 horas.

Art. 8º - O uso de rádios, aparelhos de som, hidromassagem, ou de qualquer instrumento musical deverá ser feito de modo a não perturbar os vizinhos, observando-se o horário fixado no Art. 7º. Os pais deverão orientar as crianças a não derrubar cadeiras, não brincar com bolas, não saltitar, etc. de maneira a não provocar ruídos.

Nos *comandos*

"Art 6º - As entradas dos vestíbulos (...) não *poderão* ser utilizadas para qualquer serviço doméstico (...)" ,

"Art 7º - Os moradores *deverão* guardar silêncio das 22 horas às 8 horas (...)",

"Art 8º - O uso de rádio (...) *deverá* ser feito de modo a não perturbar os vizinhos (...)", (*grifo nosso*),

a marcação da modalização deôntica no sintagma verbal das orações que comunicam os *comandos* da injunção se dá pelo uso de **verbos modalizadores** (cf. Neve, 2000:62). Nestes casos, os verbos modalizadores se constroem junto a outros verbos para imprimir

aos enunciados um caráter de *obrigatoriedade* do *comando* ordenado, ou seja, uma natureza de **necessidade deôntica.**

Dentre os verbos modalizadores de maior incidência podemos citar os *dever, poder* e *precisar*, bem como o verbo *ter* que algumas vezes funciona como auxiliar modalizador. Tais verbos podem encontrar-se nos tempos presente ou futuro do modo indicativo, ou no modo imperativo associados a verbo(s) na forma do infinitivo o(s) qual(is) constitui(em) os predicados das orações.

Além do recurso aos verbos modalizadores, os valores semânticos de modalização dos *comandos* da seqüência injuntiva também podem ser obtidos pelo uso de predicações estruturadas por um verbo não-dinâmico (estado) + adjetivo qualificador com função de modalização deôntica (cf. Neves, 2000:188), o que ocorre em (12), na estruturação do *comando*

"Art 2º - *É vedado* aos condôminos lavagem de veículo automotor, no período de racionamento.(...)", (*grifo nosso*).

Neste caso, a modalização deôntica expressa por tal construção morfossintática marca, também, o grau de obrigatoriedade de realização do *comando* em conformidade com as normas e usos do mundo social do qual os interactantes da ação verbal fazem parte – o uso de expressões do tipo "é vedado", "é proibido" conferem um tom de ordem ao discurso, assim como o de expressões modalizadoras do tipo "é importante", "é bom", "é indicado" permitem ao leitor inferir que é relevante seguir um dado conselho ou instrução recomendada textualmente.

O caráter de obrigatoriedade de um comando pode, ainda, ser enfatizado através da construção de enunciados na forma negativa. Verificamos que a grande maioria

dos *comandos* estruturados formalmente por elementos lingüísticos de conteúdo semântico de negação tem a sua natureza obrigatória exacerbada, como nos comprova o exemplo (31), texto que chama atenção dos usuários do cartão de crédito Hipercard para as precauções que eles devem tomar para não danificá-lo:

(31)

Cuidados com o seu cartão
• Evite atritos com superfícies metálicas.
• Não assine sobre a tarja magnética.
• Evite o contato com aparelhos eletrônicos ou campos magnéticos.
• Proteja de raios solares, areia e umidade.
• Não use clipes nem envergue o seu cartão.

Hipercard – Recife/PE – Mar/2002

No texto "Cuidados com o seu cartão", verificamos que a idéia de negação, nas orações que expressam os *comandos*, é obtida através do uso de advérbio de negação, conjunção aditiva de significado negativo, verbo de significado negativo e verbo implicativo negativo:

- Nos comandos "Não assine sobre a tarja magnética", "Não use clipes e "nem envergue o seu cartão", o advérbio "não" e a conjunção "nem" fazem incidir sobre os predicados das orações valores semânticos de exclusão. O advérbio "não", como comenta Neves (2000), é o elemento básico da negação. Este advérbio de negação é, sem dúvida, a palavra mais usada na formulação de comandos na forma negativa, todavia, o recurso a outros advérbios e expressões adverbiais como os que mesclam noções temporais às negativas (nunca, jamais, etc.) também é procedente.

- No comando "Proteja (o cartão) de raios solares, areia e umidade", a noção de exclusão é expressa pelo verbo de significado negativo "proteger". De acordo

com os estudos de Neves (2000:292), verbos de significado negativo constituem negações particulares de outros lexemas de significado oposto (afirmativo)", assim a oração

"Proteja de raios solares, areia e umidade",

tem em princípio, um significado muitíssimo próximo daquele comunicado pela oração

"Não exponha a raios solares, areia e umidade".

- Nos comandos "Evite atritos com superfícies metálicas" e "Evite o contato com aparelhos eletrônicos ou campos magnéticos", nota-se que o uso do verbo implicativo "evitar" confere aos enunciados o caráter de negação. Neves (2000:35), comenta que, quanto à transitividade, os verbos implicativos têm como complemento orações. Estes verbos compõem predicados implicativos de orações principais nos quais "está envolvida a noção de condição necessária e suficiente, que apenas determina se o estado de coisas descrito na oração completiva ocorre ou não". Vale ressaltar que o complemento de uma oração principal cujo predicado é composto por um verbo implicativo pode ser representado por uma nominalização da oração completiva. A exemplo disto temos o enunciado

"Evite atritos com superfícies metálicas"

(= Evite atritar com superfícies metálicas)

em que o verbo implicativo "evitar" confere uma implicação negativa a nominalização da oração completiva.

Como defendemos, um comando obrigatório, em geral, tem o seu caráter de obrigatoriedade enfatizado quando formulado a partir de enunciados negativos. Em consonância com as idéias de Neves (2000), admitimos que a negação é um processo que atua na construção de sentido e, dentre outras funções, pode ser tomada como um recurso de argumentação textual. No caso dos *textos injuntivos*, a formulação de um comando mediante estruturas negativas, chama atenção do leitor para uma ação que não deve ser executada. Essa impossibilidade de execução da ação expressa pelo comandos, freqüentemente, está associada à antecipação da resolução de um possível problema, assim, o não cumprimento do que é solicitado pelo comando negativo poderá acarretar uma conseqüência drástica. No caso dos comandos do exemplo (31), (p.121), esta conseqüência seria danificar o cartão de crédito.

Como vimos, o recurso à modalização de necessidade deôntica e à negação é uma característica comum na formulação de enunciados que expressam os comandos obrigatórios, no entanto outros aspectos lingüístico-discursivos podem também tipificar tais comandos, em especial, quando estes se apresentam como **eventuais** ou como **alternativos**.

a) Os comandos obrigatórios **eventuais** são aqueles que só precisam ser realizados mediante uma necessidade do processo desencadeado pela injunção ou do leitor que praticará a ação requerida. No texto “Pêlos clarinhos”, exemplo (32), uma série de comandos, eventuais ou não, instrui o leitor sobre como clarear os pêlos do corpo sem prejudicar a sua pele:

(32)

PÊLOS CLARINHOS

Fabio Heizenreder

Descolorir os pêlos das pernas, dos braços e do buço pode ser uma técnica eficiente para quem não se adapta aos métodos depilatórios. A dermatologista Adriana Awada, de São Paulo, ensina como proceder para não prejudicar a pele.

✔ Prepare a solução clareadora com duas partes de água oxigenada de 20 ou 30 volumes para uma de pó descolorante (a quantidade depende da extensão da região a ser clareada).
✔ Antes de passar o descolorante, aplique óleo de amêndoas sobre a pele para protegê-la.
✔ Após aplicar o descolorante, cubra a região com filme plástico. O calor agiliza o processo, o que vai evitar o contato prolongado da pele com o produto.
✔ Ao terminar, lave a pele com sabonete e água fria. Enxugue e passe um creme hidratante.
✔ Quem nunca clareou os pêlos deve testar o descolorante na parte interna do antebraço ou da coxa. Caso a pele fique muito vermelha ou cheia de bolinhas, suspenda o uso da mistura.
✔ As práticas loções descolorantes compradas prontas – próprias para clareamento – só funcionam para quem tem pêlos finos e claros. Para pelinhos pretos e espessos, o resultado não é satisfatório.
✔ Nunca saia ao sol com essas substâncias, pois elas podem manchar a pele mais sensível.
✔ Se você tem receio de clarear os pêlos sozinha, experimente o chamado Banho de Lua, um método de clareamento acompanhado de hidratação da pele, realizado em clínicas especializadas.

Revista Manequim – Fev/2002

Em (32), nos quatro primeiros parágrafos, há instruções sobre o preparo e a aplicação de uma solução para clarear pêlos. Logo após, no quinto parágrafo, o leitor é alertado sobre a necessidade de se realizar um *teste* para verificar o seu grau de sensibilidade à substância:

> "Quem nunca clareou os pelos deve testar o descolorante na parte interna do antebraço ou da coxa. Caso a pela fique muito vermelha ou cheia de bolinhas, suspenda o uso da mistura".

Neste enunciado, há a ocorrência de um comando eventual: o comando "suspenda o uso da mistura" é considerado um comando **obrigatório** posto que sua realização colaborará para concretização dos *macro-objetivo acional* do *texto injuntivo* do qual faz parte (clarear os pêlos mantendo a pele sadia), e possui, ainda, um caráter de **eventualidade** na medida em que só será executado diante de um problema apresentado pelo *usuário* do texto injuntivo – "Caso a pele fique muito vermelha ou cheia de bolinhas". No último parágrafo do texto, há a sugestão de uma outra forma de clarear os pêlos que pode servir não só àqueles que

têm medo de praticar a atividade de clareamento em casa, como àqueles que tenham apresentado uma alergia à solução clareadora receitada no início do texto:

> "Se você tem receio de clarear os pêlos sozinha, experimente o chamado Banho de Lua, um método de clareamento acompanhado de hidratação da pele, realizado em clínicas especializadas".

Neste enunciado, também encontramos o comando eventual "experimente o chamado Banho de Lua" cuja execução dependerá especialmente da condição "se você tem receio de clarear os pêlos sozinha".

Na maioria dos casos, o traço lingüístico que marca o caráter de eventualidade dos *comandos eventuais* é justamente o recurso a articuladores textuais que interligam orações: uma oração **principal** contendo o *comando* da injunção associada a uma oração **subordinada** adverbial que expressa relações lógico-semânticas de condição para que o *comando* seja passível de execução. No caso do exemplo (32), (p.124), temos na primeira ocorrência de comando eventual, a oração principal *suspenda o uso da mistura* associada a oração subordinada *caso a pela fique muito vermelha ou cheia de bolinhas*, e na segunda ocorrência de comando eventual, a oração principal *experimente o chamado Banho de Lua*, junto à oração subordinada *se você tem receio de clarear os pêlos sozinha.*

Nesta articulação entre oração principal contendo o comando eventual e oração subordinada contendo uma condição para se realizar tal comando, a noção de condicionalidade é, em geral, obtida pelo uso de conjunções condicionais ("caso" / "se" / etc.) ou expressões conjuntivas. Todavia, como nos informa Neves (2000: 831), esta noção pode ainda mesclar-se a noções temporais e ser exercida através de "construções **temporais**" com matriz condicional, conforme nos evidencia o comando

“Manter as torneiras dos apartamentos fechadas constantemente *quando* não estejam em uso normal (...), (*grifo nosso)*,

presente no exemplo (12), (P.60), *Regimento*, com o uso da palavra “quando”.

b) Os comandos obrigatórios **alternativos**, como vimos, são dois ou mais *comandos obrigatórios* que se apresentam no *texto injuntivo* desempenhando a mesma função operacional, ficando a cargo do usuário do texto a escolha daquele que melhor lhe pareça. Esta natureza de execução por uma escolha alternativa que marca tal categoria de comando pode ser comumente obtida sintaticamente a partir do uso de articuladores textuais de caráter disjuntivos, como nos mostra o exemplo (33), na seção “Como explorar”. Neste *manual de instalação*, para “rodar” o programa “SSH3.pl”, o usuário do texto terá que optar pela realização do comando “basta você instalar o pacote” ou do comando “digitar no bash perl ssh3.pl”, portanto a relação entre as orações que expressam os *comandos* será de disjunção exclusiva (em que os elementos se excluem).

(33)

SSH

Sistema:	Unix
Tipo:	Remota
Versões Afetadas:	3.0
Nível:	Avançado
Gravidade:	Alta
Privilégios:	Login no Sistema com contas de altos privilégios

Descrição:
O SSH é uma implementação do telnet. Ele permite usar muito mais recursos do que no servidor telnet e além disso se destaca por sua segurança quanto à transmissão de dados, que é feita criptografada. Nesta versão 3.0, existe uma falha gritante quanto a autenticação de usuários. Em contas com 2 ou poucos caracters, é possível "logar" no sistema apenas com uma senha em branco. A gravidade é alta pois este problema de autenticação ocorre em contas que já vem instaladas por padrão, tais como bin, games, sys.

Como Explorar:
Vasculhe se o host remoto/local tem a porta do SSH aberta com o comando nmap -O -p22 -P0 IP_Da_Maquina . Uma vez com a porta aberta, rode o programa SSH3.pl que localiza-se no CD-ROM da PCMaster. Para rodá-lo, voce precisa de um interpretador. No Linux, basta você instalar o pacote ou simplesmente digitar no bash perl ssh3.pl (uma vez que ele já vem instalado por padrão na maioria das distribuições). No Windows, é necessário baixar um interpretador Perl, chamado Active Perl. A versão mais nova está disponível no CD-ROM.

Revista PC Master – Jan/2002

Como nos confirma Neves (2000:771), “a conjunção coordenada **ou** marca **disjunção** ou alternância entre o elemento coordenado no qual ocorre e o elemento anterior” e é justamente esta relação de disjunção que inter-relaciona *comandos* alternativos em (33).

É importante ressaltar que esta mesma relação de disjunção entre enunciados que expressam comandos pode também ser obtida a partir do uso de um verbo modalizador que indica possibilidade deôntica, “pode”, associado a um advérbio de inclusão, “também”, como nos indica o exemplo (34), texto “Timmy Card”:

(34)

Frente

Verso

Timmy
card
TIM
Como utilizar:
• Ligue gratuitamente para *44 do seu aparelho Timmy e siga as instruções do Atendimento Automático. Quando o sistema solicitar o seu código secreto, digite os 16 números que se encontram abaixo. Pronto! O sistema já creditou o valor deste cartão automaticamente. Agora você já pode falar mais do seu Timmy.
• O seu Timmy Card só poderá ser utilizado nos celulares do serviço Timmy, não sendo reembolsável e nem reutilizável.
• Você pode também recarregar o seu Timmy nas casas lotéricas, Correios, bancos credenciados ou pelo site www.timnordeste.com.br . Para maiores informações, ligue para a Central de Atendimento ao Cliente Timmy: *99 do seu Timmy ou 0800 901404 de outro telefone.
Raspe a faixa cinza e veja o número de seu código secreto:
Série:
6900 0461 8743 3248
122815906
IMPORTANTE: NÃO COMPRE ESTE CARTÃO SE A FAIXA CINZA ESTIVER VIOLADA.

Timmy - Recife-PE/Mar-2002

Neste *manual de instruções*, o leitor, para recarregar os créditos do seu celular pré-pago, poderá seguir o bloco de comandos:

“Ligue gratuitamente para *44 e siga as instruções do Atendimento Automático. Quando o sistema solicitar o seu código secreto, digite os 16 números que se encontram abaixo.”,

ou realizar um outro comando que exclui a execução do bloco de comandos anterior:

> "Você *pode também* recarregar o seu Timmy nas casas lotéricas, Correios, bancos credenciados ou pelo site www.timnordeste.com.br" (*grifo nosso*).

O uso do verbo modalizador "poder" confere ao enunciado uma natureza de permissão à realização do *comando*, **possibilidade deôntica.** Já o uso do advérbio "também" confere-lhe uma noção de inclusão. Assim, a construção "pode também" marca entre os comandos um grau de alternância.

2) Comandos **opcionais**, como já discutimos, são aqueles cuja execução não é condição essencial para que o macro-objetivo seja atingido, pois estão ligados a uma atitude de escolha opcional por parte do usuário do texto.

Dentre os aspectos lingüístico-discursivos que estruturam os enunciados que expressam esta categoria de comando, podemos citar o recurso a modalizações de **possibilidade** deôntica, como observamos na *receita culinária*, Bolo de maçã, exemplo (17), (p.67):

(17)

cozinha da leitora

As suas receitas de sucesso

"Quem não aprecia maçã pode substituí-la por banana cortada em rodelas. A combinação com groselha também fica ótima."

Juliana Costa Thomaz Tramarin, Itanhaém, SP

Prato Art Mix

BOLO DE MAÇÃ

Ingredientes

3 ovos
2 xícaras (chá) de açúcar
100 g de margarina
1 xícara (chá) de leite
3 xícaras (chá) de farinha de trigo
1 colher (chá) de fermento em pó
1 e ½ maçã cortada em rodelas
1 copo (tipo requeijão) de groselha

Bata as claras em neve e reserve. Bata o açúcar, a margarina e as gemas na batedeira até obter um creme. Adicione o leite e a farinha e bata até misturar bem. Tire da batedeira e acrescente o fermento em pó e, por último, as claras em neve. Mexa delicadamente. Distribua as rodelas de maçã no fundo e nas laterais de uma fôrma de anel com 24 cm de diâmetro. Derrame a groselha sobre as maçãs com cuidado e, por cima, despeje a massa. Leve ao forno (180°C), preaquecido, por cerca de 35 minutos. Desenforme ainda quente.

Rendimento: 10 porções

No texto “Bolo de maçã”, temos um exemplo de comando opcional: “Quem não aprecia maçã *pode* substitui-la por banana cortada em rodela” (*grifo nosso*). Neste caso, o uso do verbo modalizador “poder” imprime ao enunciado do texto um caráter de permissão e não de obrigatoriedade como acontece quando este tipo de verbo modaliza comandos estritamente obrigatórios.

O comando opcional pode, ainda, ser traduzido através de construções sintáticas nas quais se estabeleçam entre orações ou atos de fala relações que indiquem facultatividade sobre o conteúdo proposicional que expressa o *comando* da injunção, como ocorre em (35), *receita* do suco “Ameixa e goiaba”:

(35)

Ameixa e goiaba

Rendimento: 4 porções

- 4 ameixas-pretas médias (360 g), com casca e sem caroço
- 1/2 beterraba média (70 g), descascada
- 2 goiabas vermelhas médias (300 g), sem casca
- 2 colheres (sopa) de açúcar
- 3 xícaras de água mineral gelada (720 ml)

Bata todos os ingredientes no liquidificador até que fiquem bem triturados. Passe por uma peneira e sirva.

- Se quiser conservar as fibras no suco de ameixa, bata antes a goiaba com água, peneire delicadamente para separar as sementes e junte os outros ingredientes.

Revista Cláudia – Abr/2002

Nos trecho do exemplo (35)

“se quiser conservar as fibras no suco de ameixa, bata antes a goiaba com água, peneire delicadamente para separar as sementes e junte os outros ingredientes”,

vimos que a noção de facultatividade para os comandos é obtida por construções do tipo: duas orações principais coordenadas entre si (cada qual contendo um *comando*) + oração

subordinada adverbial condicional cujo verbo possui natureza semântica de volição, “querer” / “ desejar”.

3) Os comandos **simultâneos**, conforme considerações vistas anteriormente, são aqueles que podem ser realizados ao mesmo tempo, não seguindo uma ordem seqüencial cronológica rígida. Vale ressaltar que a identificação deste tipo de *comando* por parte do leitor do texto pode ser feita através de uma reflexão sobre a própria função social do gênero textual no qual a seqüência injuntiva se realiza. Num *código de trânsito*, por exemplo, poderíamos dizer que, *a priori*, todos os *comandos* planificados verbalmente pelo tipo injuntivo podem ou devem ser realizados na base da simultaneidade; já aqueles que planificam *manuais de instruções* e *receitas* de um modo geral, obedecem a uma ordem cronológica de execução mais rígida. De qualquer modo, é possível, ainda, destacar alguns aspectos formais que permitem reconhecer comandos como simultâneos, como evidencia o exemplo (36):

(36)

Costas definidas
Você vai precisar de: pesinhos de 2 kg e 3 kg.
Posição inicial: uma perna à frente da outra, com joelhos semiflexionados. Estenda os braços à frente do corpo, segurando, por baixo, um pesinho de 2 kg em cada mão.
1
2
Posição final: puxe os cotovelos para trás, sem curvar a coluna e mantendo a barriga contraída.
Número de repetições:
• Iniciante: 2 séries de 20 repetições (pesos de 2kg)
• Intermediário: 2 séries de 25 repetições (pesos de 2kg).
• Avançado: 3 séries de 15 repetições (pesos de 3kg).

Revista Capricho – Mar/2002

No texto “Costas definidas”, observamos a exploração da forma verbal do gerúndio, que traz a noção semântica de processo em andamento, para desempenhar a função de simultaneidade temporal entre as oração que expressam comandos. Assim, vê-se

no trecho “puxe os cotovelos para trás (...) *mantendo* a barriga contraída”, (*grifo nosso*), a construção do tipo: oração principal (contendo um *comando*) + oração subordinada adverbial temporal reduzida de gerúndio (contendo um segundo *comando* de ocorrência simultânea ao primeiro).

Observa-se que as orações que expressam os *comandos* simultâneos estão encadeadas por um processo a partir do qual o leitor, pela atividade mental da coerência, pode estabelecer entre elas relações semânticas de temporalidade. De acordo com os estudos de Koch (2002), articuladores textuais de conteúdo proposicional podem contribuir para a marcação de relações espácio-temporais entre enunciados de um texto, dentre eles conjunções (“enquanto”) e expressões de ligação (“à medida que”). O recurso a tais articuladores para caracterizar a natureza de tempo contínuo ou progressivo de execução dos *comandos* também é procedente na injunção.

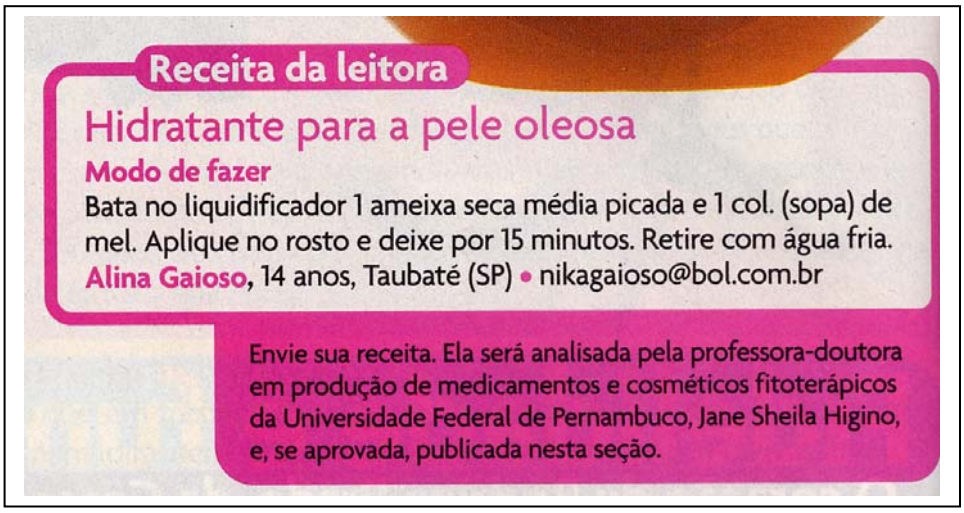
4) Os comandos **sucessivos,** diferente dos simultâneos, estão cronologicamente dependentes uns dos outros para sua execução. Esta dependência, do ponto de vista textual, pode ser marcada por dois processos básicos: um encadeamento entre enunciados ou seqüências maiores do *texto injuntivo* por *justaposição* ou um encadeamento entre as orações que expressam os *comandos* por *conexão*.

Conforme as orientações de Koch (1998b), a *justaposição* pode ocorrer com ou sem o uso de partículas lingüísticas seqüenciadoras. No primeiro caso, com a ausência de conectores para coordenar os segmentos textuais, a coerência do texto é construída pelo leitor independente do recurso a elementos formais coesivos, mas através de processos cognitivos baseados no seu conhecimento de mundo. No segundo caso, a *justaposição* com partículas permite um seqüenciamento coesivo entre unidades maiores ou menores da superfície textual. No *texto injuntivo*, vimos que as duas formas de

justaposição são usadas para obter um encadeamento entre os segmentos textuais permitindo estabelecer relações semântico-discursivas de caráter temporal entre eles.

No texto "Hidratante para a pele oleosa", exemplo (37), o conhecimento de mundo do leitor permite-lhe inferir, através da *justaposição* entre orações que estão demarcadas por sinais de pontuação (vírgulas, ponto final) ou por conjunção aditiva, uma relação de ordenação cronológica para execução, no "mundo real", dos *comandos* comunicados por cada uma delas.

(37)

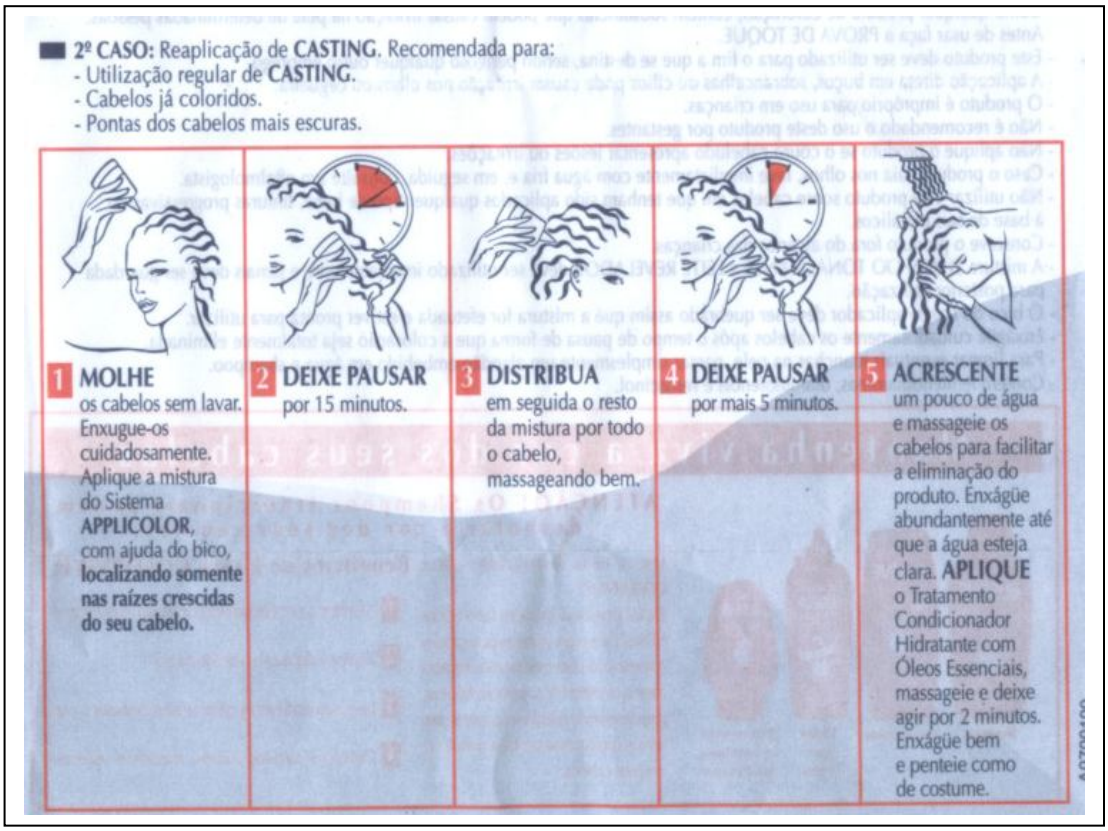

Receita da leitora
Hidratante para a pele oleosa
Modo de fazer
Bata no liquidificador 1 ameixa seca média picada e 1 col. (sopa) de mel. Aplique no rosto e deixe por 15 minutos. Retire com água fria.
Alina Gaioso, 14 anos, Taubaté (SP) • nikagaioso@bol.com.br
Envie sua receita. Ela será analisada pela professora-doutora em produção de medicamentos e cosméticos fitoterápicos da Universidade Federal de Pernambuco, Jane Sheila Higino, e, se aprovada, publicada nesta seção.

Revista Capricho – Mar/2002

No preparo do hidratante, o leitor entenderá que para se "Retirar (o produto de hidratação) com água fria" é preciso que o hidratante já esteja pronto o que demanda a execução de comandos anteriores numa ordem sucessiva: *Bata no liquidificador (ingredientes) – Aplique no rosto (a mistura) – Deixe por 15 minutos*.

Já no exemplo (38), *manual* "Uma preparação fácil – Casting L´Oreal", esta relação semântica de ordenação temporal dos comandos é reforçada pelo uso de elementos lingüísticos. Assim, em alguns casos, observa-se que a *justaposição* entre as orações ou entre os períodos e/ou parágrafos do texto ocorre com o auxilio dos chamados *marcadores de ordenação no tempo* (cf. Koch, 1998b:61):

(38)


2º CASO: Reaplicação de CASTING. Recomendada para:
- Utilização regular de CASTING.
- Cabelos já coloridos.
- Pontas dos cabelos mais escuras.
1 MOLHE os cabelos sem lavar. Enxugue-os cuidadosamente. Aplique a mistura do Sistema APPLICOLOR, com ajuda do bico, localizando somente nas raízes crescidas do seu cabelo.
2 DEIXE PAUSAR por 15 minutos.
3 DISTRIBUA em seguida o resto da mistura por todo o cabelo, massageando bem.
4 DEIXE PAUSAR por mais 5 minutos.
5 ACRESCENTE um pouco de água e massageie os cabelos para facilitar a eliminação do produto. Enxágüe abundantemente até que a água esteja clara. APLIQUE o Tratamento Condicionador Hidratante com Óleos Essenciais, massageie e deixe agir por 2 minutos. Enxágüe bem e penteie como de costume.

L´Oreal - Recife-PE - Mar/2002

Em (38), há uma série de instruções sobre como o consumidor do xampu-tintura Casting deve proceder no caso de uma reaplicação deste produto nos seus cabelos. Observa-se, no texto, que os procedimentos deverão ser realizados seguindo cinco etapas básicas de atividades cuja ordenação cronológica de sucessão é marcada especialmente por uma numeração em ordem crescente. No entanto, além do recurso à numeração, nota-se, também, que na transição entre a etapa 2 (“deixe pausar”) e a etapa 3 (“distribua *em seguida* o resto da mistura por todo o cabelo massageando bem”) (*grifo nosso*) o uso da expressão “em seguida” marca uma ordenação temporal entre a execução dos comandos. Assim, tal expressão funciona como demarcadora da progressão textual, pois contribui para ordenar segmentos da superfície textual referentes ao *plano de execução dos comandos* da seqüência injuntiva: no exemplo, estabelece relações de temporalidade

posterior dos comandos “distribua o resto da mistura por todo o cabelo massageando bem” em relação ao comando “deixe pausar”.

No que tange à *conexão,* vimos que o uso de conjunções, expressões de ligação, advérbios e locuções adverbiais podem estabelecer entre as orações que contém os *comandos* da injunção relações de temporalidade (tempo anterior ou tempo posterior) marcando a sucessão das ações a serem desenvolvidas pelo usuário do *texto injuntivo*.

No exemplo (32), (p.124), texto “Pêlos clarinhos”, vimos os seguintes comandos sucessivos articulados por conexão:

“*Antes de* passar o descolorante, aplique óleo de amêndoas sobre a pele para protegê-la” e

“*Após* aplicar o descolorante, cubra a região com filme plástico” (*grifo nosso*)

Neste caso, temos a construção sintática do tipo: oração subordinada adverbial temporal (contendo um *comando* a ser realizado) + oração principal (contendo um segundo *comando* a ser realizado numa ordem cronológica anterior ou posterior à realização daquele comando inserido na oração subordinada). O uso de conectores como “antes de” e “após” como articuladores oracionais marca entre os *comandos* relações temporais que os determinam como estritamente sucessivos.

4. RECURSOS FORMAIS QUE TIPIFICAM A JUSTIFICATIVA

Como já evidenciamos, a *justificativa*, fase da seqüência injuntiva, caracteriza-se por explicitar um conteúdo proposicional que visa esclarecer o porquê de se realizar um ou mais de um *comando* da injunção. Identificamos que os enunciados que

planificam verbalmente esta fase no *texto injuntivo* estabelecem relações discursivo-argumentativas de *explicação* ou *justificativa* com enunciados que planificam *comandos*.

Estas relações podem ocorrer entre as orações de um mesmo período ou entre dois ou mais períodos e/ou parágrafos, pois, como nos indica Koch (1998b; 2002), elas encandeiam enunciados particulares, originários de atos de fala distintos: a *justificativa* encandeia sobre um ato de fala imperativo de *comando*, outro ato de fala que justifica ou explica o anterior.

No texto (39), "Garantia Sanremo", encontramos exemplos em que o *comando* e a *justificativa* para realização deste comando estão expressos num mesmo período através de uma conexão entre orações:

(39)

Frente

Garantia
SANREMO
Para desfrutar da garantia, remeta a peça danificada junto com este cupom preenchido para o endereço abaixo mais próximo de você. Esta garantia é válida por 3 anos, desde que observados os cuidados descritos no verso.
Nome/Nombre:
Endereço/Dirección:
Cidade/Ciudad:
Estado/Província/Departamento:
CEP/Dto. Postal:
SANREMO S/A

Verso

Garantia
VAC FREEZER
SANREMO
1. Evite preparar alimentos que contenham alto teor de gordura e/ou açúcar, pois eles podem atingir temperaturas de até 400°C, provocando danos ao pote.
2. Quando levar ao microondas, use a tampa de cabeça para baixo, para permitir que o ar saia e evitar respingos no interior do forno.
3. Lavá-lo com sabão neutro e esponja macia.
4. Se usar a lava-louça, mantenha-o afastado do elemento de aquecimento da máquina.
5. Ao retirá-lo do freezer tenha cuidado redobrado com choques ou pancadas, pois a baixa temperatura reduz a resistência a impactos.
6. Observe o intervalo de temperatura de -20°C a +110°C na utilização do seu pote.
1. Evite preparar alimentos que contengan alto tenor de grasa y/o azúcar, puesto que ellos pueden elevarse a temperaturas de 400°C, provocando daños al hermético.
2. Cuando llevar al microondas, use la tapa boca abajo, para permitir que el aire salga y evitar salpicaduras al interior del horno.
3. Lávelo con jabón neutro y esponja blanda.
4. Si usa el lavavajillas, manténgalo alejado del elemento de calentamiento de la máquina.
5. Al retirarlo del freezer tenga cuidado redoblado con choques o golpes, pues la baja temperatura reduce la resistencia a impactos.
6. Observe el intervalo de temperatura de -20°C a +110°C en la utilización de su hermético.
107.079

Sanremo - Recife-PE / Abr -2002

(39) é um *certificado de garantia* referente a um "depósito plástico". Este certificado estabelece os cuidados que os consumidores devem tomar com o produto para

garantir que, no caso de danos ou defeitos, este objeto possa ser trocado por um outro em perfeito estado. No enunciado referente ao tópico 1

"Evite preparar alimentos que contenham alto teor de gordura e/ou açúcar, *pois* eles podem atingir temperaturas de até 400º C, provocando danos ao pote", (*grifo nosso*),

no enunciado referente ao tópico 2

"Quando levar ao microondas, use a tampa de cabeça para baixo, *para* permitir que o ar saia e evitar respingos no interior do forno", (*grifo nosso*) e

no enunciado referente ao tópico 5

"Ao retirá-lo do freezer tenha cuidado redobrado com choques ou pancadas, *pois* a baixa temperatura reduz a resistência a impactos", (*grifo nosso*),

vimos que relações discursivo-argumentativas de *justificativa / explicação* são obtidas pelo uso de articuladores textuais que encadeiam orações num mesmo período.

Nos tópicos 1 e 5, o uso do articulador "pois" introduz oração(ões) coordenada(s) que estabelece(m) relações discursivo-argumentativas de *explicação* com a oração coordenada assindética que expressa o *comando*, demarcando, assim, a fase da *justificativa*.

No caso do tópico 2, o uso do articulador "para" expressa uma conexão entre duas orações: uma *oração principal* contendo um comando e uma *oração subordinada* que explicita o porquê da realização do comando expresso na oração principal. Vale lembrar, que a preposição "para", como comentamos, pode funcionar como um articulador textual que estabelece relações de finalidade entre enunciados do texto, introduzindo o *macro-objetivo acional* da seqüência injuntiva. Porém, na expressão da

justificativa, a referida preposição acumula a seu status de articulador de finalidade um caráter explicativo.

Diferente do que ocorre em (39), no texto "Cuide da voz", exemplo (40), verificamos que as orações que expressam os comandos e as orações que expressam as relações de justificativa a estes comandos estão dispostas em períodos distintos:

(40)

Cuide da **VOZ**

Atitudes simples ajudam a preservar as cordas vocais de quem precisa falar muito no trabalho

STONE

Os problemas relacionados à voz são um dos principais motivos de licença médica de professores e operadores de telemarketing. Assim como eles, todo profissional que usa a voz como instrumento de trabalho e está submetido a estresse e a condições que exijam esforço das cordas vocais – uma sala em que tenha de gritar para se fazer ouvir, por exemplo – pode sofrer com rouquidão e outros distúrbios. Se sua profissão a obriga a falar muito, o melhor é prevenir:

- Procure tomar água durante todo o expediente.
- Evite comer chocolate antes de trabalhar. "Ele eleva a produção de saliva, que pesa sobre as cordas vocais", diz Marta de Andrada e Silva, coordenadora do setor de voz da Divisão de Educação e Reabilitação nos Distúrbios da Comunicação da PUC-SP.
- Fuja de comidas apimentadas e temperadas demais. Digestão lenta atrapalha a respiração e a fala.
- Dispense o café, que resseca a boca.
- Ajuste o volume do telefone. Quem não ouve bem aumenta o tom da voz sem notar.
- Nunca apóie o telefone no ombro. Faz mal à coluna e à laringe.
- Use pastilhas com moderação. "Como elas têm efeito anestésico, a pessoa continua a fazer esforço para falar sem perceber", observa o otorrinolaringologista Arnaldo Guilherme, professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). "Com o tempo, prejudicam mais do que ajudam." ✪

Luciana Marinelli

Revista Cláudia - Fev/2002

O exemplo (40) apresenta, através de comandos, uma série de medidas a serem tomadas por um profissional, que necessita falar bastante no seu ambiente de trabalho, para que possa evitar problemas com as suas cordas vocais. Neste texto, identificam-se sete parágrafos cada qual topicalizado por um marcador de formato quadrangular:

- no primeiro parágrafo, há apenas uma oração a qual expressa o primeiro comando da injunção, neste enunciado, não se verifica a presença da *justificativa*;

- no quarto parágrafo, encontram-se duas orações coordenadas – a) “Dispense o café” - oração assindética que comunica um comando e b)“que resseca a boca”, oração sindética explicativa que apresenta a *justificativa* ao comando com o auxílio do articulador “que”;

- no sexto parágrafo, observa-se que o mesmo tipo de associação entre orações coordenadas encontrado no quarto parágrafo ocorre, ainda que haja uma elipse da conjunção coordenativa – “Nunca apóie o telefone no ombro.” (comando), “Faz mal à coluna e à laringe” (justificativa); e

- nos demais parágrafos, as orações que expressam comandos e os enunciados que visam justificar a realização destes comandos estão dispostos em períodos diferentes e encontram-se associados sem o auxílio de articuladores textuais.

Neste último caso, verifica-se que apesar da ausência do articulador textual, a relação de explicação não fica comprometida. Esta relação é obtida pelo recurso da coerência seguindo a seguinte lógica: um primeiro enunciado constata uma informação sobre o objeto do fazer indicado no comando (oração declarativa no presente do indicativo) e um segundo enunciado evidencia uma possível conseqüência do efeito desta constatação, conforme sistematiza o quadro abaixo:

Comando	**Constatação**	**Conseqüência**
Evite comer chocolate antes de trabalhar.	Ele eleva a produção de saliva,	que pesa sobre as cordas vocais.
Fuja de comidas apimentadas e temperadas demais.	Ø (elas tornam a digestão lenta)	Digestão lenta atrapalha a respiração e a fala.
Ajuste o volume do telefone	Quem não ouve bem aumenta o tom da voz sem notar.	Ø (esse esforço extra acaba prejudicando a voz)

Comando	Constatação	Conseqüência
Use pastilhas com moderação.	Como elas têm efeito anestésico, a pessoa continua a fazer esforço para falar sem perceber.	Com o tempo prejudicam mais do que ajudam.

A partir deste quadro, vemos que, no processo de justificativa, o enunciado que funciona como *constatação* retoma algum objeto de discurso que está na oração que expressa o comando, somando a este informações suplementares. A associação da *constatação* com a *conseqüência* gera relações semânticas de "causa" e "efeito" o que enfatiza a natureza explicativa da justificativa.

Este capítulo teve como preocupação central a descrição de propriedades micro-estruturais típicas que caracterizam a seqüência injuntiva, no âmbito da língua portuguesa. Nesse sentido, traçamos uma análise sobre unidades lingüísticas co-ocorrentes que caracterizam os títulos do domínio da linguagem da injunção, e nos debruçamos, também, sobre mecanismos de progressão referencial e textual que caracterizam cada fase da referida seqüência. A seguir, diante das discussões e constatações apontadas ao longo do nosso trabalho de pesquisa, apresentaremos nossas considerações finais sobre o "passo a passo" da injunção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho debruçou-se sobre o estudo tipológico da seqüência textual injuntiva tendo como objetivo maior investigar implicações discursivas decorrentes do seu uso em gêneros textuais veiculados na comunidade escrita, bem como identificar sua configuração prototípica (esquemático-cognitiva) e características formais.

O nosso *corpus* compôs-se de 90 (noventa) textos de gêneros textuais diversos, modalidade escrita, constituídos predominantemente pela seqüência injuntiva. Destes textos, 40 (quarenta) têm como ambiente de circulação espaços públicos e privados, e como suporte panfletos e/ou cartazes (entregues e/ou expostos nas ruas, nos ônibus, nos supermercados, nos postos de saúde, etc.), embalagens de produtos (limpeza, alimentos, utensílio, móveis, jogos, etc.), cartões telefônicos e correspondências comerciais; e 50 possuem como suporte revistas de variedades e de informação da mídia escrita, de circulação nacional.

A análise deste *corpus* permitiu-nos abstrair algumas conclusões conforme temática desenvolvida em cada capítulo desta dissertação:

- Refletindo sobre relações sócio-discursivas e pragmáticas que regem ações de linguagem através de gêneros textuais planificados predominantemente pela seqüência injuntiva, identificamos que a seqüência possui um vasto campo de circulação na vida cotidiana social abrangendo, tendencialmente, textos de natureza instrucional, textos de cunho prescritivo e textos de aconselhamentos. Constatamos, também, que a escolha e o uso da injunção na planificação de um texto estão intimamente relacionadas com os objetivos comunicativos almejados pelo autor do texto, “fazer alguém agir em uma determinada direção através de comandos”, e que a interpretação destes comandos como uma ordem, um conselho ou um ensinamento, por exemplo, dependerá do conhecimento

por parte do leitor sobre a própria natureza do gênero textual no qual a seqüência se insere. E percebemos, ainda, que o produtor de um texto de natureza injuntiva precisa estar legitimado socialmente para que a interação seja efetivada com sucesso. Estas conclusões vêm contribuir para termos uma maior compreensão sobre como, através da atividade sócio-interativa com a linguagem, produzimos, interpretamos e reagimos aos *textos injuntivos* com os quais nos deparamos.

- Ao estudarmos os traços macro-estruturais que compõem a organização seqüencial injuntiva, identificamos que um esquema cognitivo prototípico para injunção pode ser configurado por três fases principais (macroproposições): *exposição do macro-objetivo acional*; *apresentação dos comandos* e *justificativa*. O macro-objetivo acional representa um objetivo geral que o leitor deve atingir sob a orientação de um plano de comandos estabelecido pelo produtor de um texto injuntivo; a apresentação dos comandos diz respeito a uma seqüência de ações, ordenadas ou não, expostas pelo autor a serem seguidas pelo seu interlocutor para que o mesmo possa atingir o macro-objetivo; e a justificativa esclarece os motivos pelos quais o leitor deve seguir determinado(s) comando(s).

- Investigando questões relativas à materialização estrutural formal do *esquema* prototípico da seqüência injuntiva em textos empíricos, verificamos que a planificação de um texto pela seqüência pode apresentar-se a partir de uma relação complementar entre elementos da linguagem verbal e da não-verbal (componentes icônicos). A análise de textos constituídos pela integração entre estas duas linguagens evidenciou-nos que as imagens podem não só atuar como uma fonte a mais de informação textual, mas também assumir uma função de representação dos processos que regem a configuração prototípica da seqüência injuntiva.

- Ao debruçarmo-nos sobre uma descrição de aspectos micro-estuturais que caracterizam lingüisticamente o protótipo da seqüência injuntiva no âmbito da língua portuguesa, obtivemos resultados que evidenciam que o título é a primeira entrada lingüístico-cognitiva no domínio da linguagem da injunção. Os títulos, na sua maioria de base substantival ou verbal, possuem componentes lingüísticos que direcionam cognitivamente o leitor do texto para objetos, ações e/ou processos com os quais deverá operar sob injunção. Outras regularidades lingüísticas da injunção observáveis neste momento são: uso de modalizações de caráter deôntico; predominância de verbos de natureza dinâmica no imperativo ou no infinitivo; progressão textual caracterizada pelo paralelismo sintático e pelo recurso a articuladores textuais (os que indicam relações lógico-semânticas de *finalidade* – para demarcar a fase de *apresentação do macro-objetivo acional* da injunção; aqueles que estabelecem relações temporais – para ordenar cronologicamente os *comandos* da seqüência injuntiva; os que sinalizam relações discursivo-argumentativas de explicação – para introduzir a *justificativa*; etc).

Visto que o nosso trabalho não se teve a pretensão de esgotar o tema, apontamos algumas questões que despertam o nosso interesse para estudos futuros:

1) identificar processos cognitivos envolvidos no tratamento com textos marcados pela seqüência injuntiva como, por exemplo, o papel da articulação conjunta dos conhecimentos declarativo e episódico com o conhecimento procedural para realização de atividades de produção, compreensão e execução dos comandos;

2) evidenciar outros aspectos formais tais como as conexões entre a seqüência injuntiva e as demais seqüências, as marcas de interação autor / leitor nos *textos injuntivos*, papel lingüístico-discursivo das formas de citação na injunção; e

3) analisar abordagens teórico-metodológico empregadas nas atividades pedagógicas com textos de natureza injuntiva nos livros didáticos de português.

A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para o esclarecimento, dentre tantos pontos, de questões relativas à compreensão de fenômenos que envolvem a organização textual e o funcionamento enunciativo de inúmeros gêneros textuais, em especial, os da literatura não-ficcional. Estas questões, sem dúvida alguma, despertam o interesse dos educadores voltados para o ensino de língua, visto que o trabalho com a linguagem pressupõe entender os processos de produção e recepção de textos vinculados às práticas discursivas. Assim, a título de sugestão, apresentamos alguns objetivos pedagógicos que podem ser traçados para o estudo de *textos injuntivos* no âmbito escolar:

- observar os objetivos comunicativos que colaboram para a produção de um gênero textual estruturado predominantemente pela seqüência injuntiva;

- comparar diferentes gêneros textuais planificados tendencialmente por injunção a fim de apontar os elementos da situação comunicativa que permitem ao leitor identificar os *comandos* estabelecidos no texto como *ordens*, *instruções* ou *conselhos*;

- verificar, num texto injuntivo, a organização seqüencial macro-estrutural;

- levantar hipóteses sobre o conteúdo do texto, bem como sobre as fases da seqüência injuntiva que o planifica, a partir da análise do título e das ilustrações; e

- diferenciar os comandos do texto levando em consideração os critérios da necessidade de realização, do grau de dependência ao *macro-objetivo acional* e do tempo de realização.

Entendemos que as práticas discursivas humanas são extremamente variadas e complexas, assim, tentar classificar os fenômenos que as envolvem não se põe como uma tarefa fácil. Por esta razão, estamos cientes de que as discussões, análises, conclusões e sugestões aqui apresentadas, certamente, irão fomentar novos

questionamentos, contribuindo para a construção do conhecimento científico. Assim, partindo do pressuposto de que nenhuma tipologia deva ser tomada como definitiva, com este trabalho, esperamos, tão somente, colaborar para o desenrolar de um aprofundamento sobre o estudo lingüístico-discursivo da injunção.